

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Vanessa de Campos Junges

**CONHECER, APRENDER, TRANSFORMAR: PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO ESPAÇO DE PRÁTICAS
COLETIVAS**

Santa Maria, RS
2018

Vanessa de Campos Junges

**CONHECER, APRENDER, TRANSFORMAR: PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO ESPAÇO DE PRÁTICAS
COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), área de concentração em Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional, como requisito para obtenção do título de **Mestra em Administração.**

Orientadora: Prof^a Dr^a Simone Alves Pacheco de Campos

Santa Maria, RS
2018

Junges, Vanessa de Campos
CONHECER, APRENDER, TRANSFORMAR: PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO ESPAÇO DE PRÁTICAS COLETIVAS
/ Vanessa de Campos Junges.- 2018.
141 p.; 30 cm

Orientadora: Simone Alves Pacheco de Campos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Administração, RS, 2018

1. Estudos Baseados em Prática 2. Empresa de Base
Comunitária 3. Projeto de Desenvolvimento Social 4.
Trabalho coletivo 5. Reciclagem I. Alves Pacheco de
Campos, Simone II. Título.

Vanessa de Campos Junges

**CONHECER, APRENDER, TRANSFORMAR: PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO ESPAÇO DE PRÁTICAS
COLETIVAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), área de concentração em Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional, como requisito para obtenção do título de **Mestra em Administração.**

Aprovado em 20 de dezembro de 2018:

Simone Alves Pacheco de Campos, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Shalimar Gallon, Dra. (IMED)

Minelle Eneas da Silva, Dr. (UNIFOR) - Videoconferência

Vania de Fatima Barros Estivaleta, Pós Dra. (UFSM) - Suplente

Santa Maria, RS
2018

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação à minha família, pois sem vocês nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Vilson e a minha mãe Ilma, por serem os melhores pais que eu poderia ter, por acreditarem na minha capacidade e nunca me abandonarem, por terem me dado todo o suporte necessário tanto nos momentos bons quanto nos ruins. Este trabalho existe porque vocês me fizeram crer que eu conseguiria, nunca me deixaram desanimar. Obrigada por tudo!

Ao meu irmão Junior, por sempre me incentivar, pegar minhas ‘dores’ e acreditar no meu potencial, me fazer sorrir com suas brincadeiras e chatices, por ser o melhor irmão que eu poderia ter. A minha avó Lani, por sempre ver em mim algo bom, me defender, mimar, entender e ensinar. Ao meu namorado Eduardo, por estar sempre ao meu lado nestes dois anos, me dar suporte em momentos difíceis, me incentivar que seria possível, e me divertir com suas brincadeiras sem fim. Tua participação e teu amor fizeram diferença para que meu sonho se concretizasse!

À minha sobrinha Liz, um anjinho que me deu alegria e força, só por saber que viria a fazer parte da minha caminhada. A todos os meus familiares, tios e tias, primos e primas, afilhadas, padrinhos e madrinhas, o apoio de vocês foi muito importante para mim! Aos meus primos Paula e Roger, por terem me auxiliado no envio da documentação, a minha prima Luiza por me auxiliar na Universidade, e a minha prima Renata, por ter dividido comigo esse momento de angústias e aflições, me divertir e dar força sempre que precisei. Aos meus sogros, Vera e Carlos, e cunhadas, Lauren, Isabele e Caroline, por estarem sempre me incentivando e torcendo por mim, obrigada!

Às minhas amigas, Renata, Patrícia, Bibiana, Liliane, Adriana, Ellen, Lauren, Moniqui e Karen, por me divertirem e ajudarem a acreditar, a amizade de vocês faz a diferença! As amigas que fiz durante o mestrado, Emanuely, Luciana, Gabrielle, Denise, Rúbia e Carine foi um período que tivemos que ‘afundar’ nos estudos, mas valeu cada segundo, obrigada por dividirem esse momento comigo, foi muito bom conhecer vocês!

A vida é algo imprevisível, e muitas vezes não a entendemos. Por isso, dedico o meu trabalho a vocês que já se foram, minha prima e amiga Lú, minha avó Maria, meus avôs Augusto e Candido, tenho certeza que de alguma forma sempre estiveram torcendo por mim. Principalmente a você Lú, tua presença fez muita falta, mas sei que desde que iniciei o processo do mestrado, como tu mesmo disse, ‘vou sempre torcer por você’.

À minha orientadora, Prof. Simone, por ter acreditado e confiado em mim nesta caminhada, por me passar seu conhecimento, e discutir/debater o quanto foi necessário para que eu conseguisse desenvolver um bom trabalho. Pelos momentos de alegria que tivemos,

porque nem sempre consigo controlar a piada, bem como a senhora sabe. A minha banca de trabalho, pelo empenho e dedicação em contribuir com meu estudo, obrigada!

Aos professores da UNICRUZ do curso de Administração, por terem me incentivado a seguir a carreira acadêmica, vocês me passaram todas as informações que eu precisava para ingressar no processo do mestrado, obrigada! A equipe do Projeto Profissão Catador, por ter me recebido de portas abertas e me oferecer todo o suporte possível. E a todos os integrantes da Associação de Recicladores do Bairro Primavera, foi incrível poder conhecer vocês, não somente em questão do meu trabalho, mas como pessoa, tenho certeza que não sou a mesma desde o momento que estive com vocês, e como falei para Lídia (integrante do Projeto), ‘eu agarrei a causa’.

Por fim, agradeço a Deus pela vida que tenho, por ter me dado a oportunidade de chegar até aqui, por ter conhecido pessoas tão interessantes, e por toda minha família e amigos.

Essa vitória não é minha, é de todos nós, obrigada!

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.*

Paulo Freire

RESUMO

CONHECER, APRENDER, TRANSFORMAR: PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO ESPAÇO DE PRÁTICAS COLETIVAS

AUTORA: Vanessa de Campos Junges
ORIENTADORA: Simone Alves Pacheco de Campos

A presente dissertação teve como objetivo compreender como se configuram as práticas coletivas na Associação de Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador. Para tanto, desenvolveu-se um estudo intersubjetivo e interpretativista, por meio de uma pesquisa qualitativa e descritiva, com base em um estudo de caso intrínseco único. O objeto de pesquisa tratou-se da AREPRICA, a qual pertence ao Projeto Profissão Catador. A coleta de dados ocorreu através de técnicas etnográficas, como entrevistas semiestruturadas, observações não participantes e dados secundários. Em relação a análise dos dados, utilizou-se a análise textual interpretativa em conjunto com a análise de *templates*. As principais evidências residem na relevância de um PDS, o qual, quando desenvolvido diretamente com base nas carências da comunidade, resulta em aspectos positivos à sociedade como um todo, assim como ocorreu na iniciativa criada pela UNICRUZ (desenvolvedora). Ainda neste meio, aponta-se a atuação dos agentes de desenvolvimento, que por meio de um trabalho a longo prazo, estão conseguindo reinserir os recicladores na comunidade, prestando-lhes o auxílio necessário, atuando enquanto mediadores entre desenvolvedores e desenvolvidos. E o que compete ao desenvolvidos, observou-se avanço social e econômico, em que se revelam enquanto agentes ambientais, e possuem uma perspectiva de vida diferenciada. Em relação ao pilar de condução da EBC, este se dá por meio do trabalho coletivo, que se dissolve em autogestão e ação coletiva. Sobre isso, percebeu-se que mesmo havendo dois tipos de recicladores na EBC, ambos agem com base no trabalho coletivo, principalmente sob o viés da ação coletiva, configurando um espaço que visa o bem comum. Assim, tal característica do grupo demonstrou facilitar o desenvolvimento de suas práticas coletivas no momento de trabalho. Sob um olhar mais apurado (*zoom in*), evidenciou-se que as práticas vão sendo modeladas no momento da sua realização por meio dos fazeres e dizeres, bem como da ordem interacional. Os artefatos se configuram enquanto meio de suporte, inovação, bem como condição para que algumas atividades possam ser realizadas. A preocupação prática se destaca no grupo, em que consideram o coletivo para agir, ao mesmo passo que podem ser criativos, desde que sua inovação não impacte negativamente. Assim, a prática em si da reciclagem é institucionalizada por seus praticantes, mas as atividades que a compõe, por vezes, não são reconhecidas devido serem realizadas de modos diferentes. Por outro lado, sob um olhar mais afastado (*zoom out*), verificou-se que a textura da EBC se compõe do individual ao institucional, isto é, se conecta ao aprendizado individual, as interações do grupo, do Projeto Profissão Catador, dos compradores, dos eventos e notícias, bem como das leis que integram tais espaços. Dessa forma, é criada uma rede de práticas que possui diversos praticantes que tanto afetam a EBC, quanto são afetados por ela. Portanto, o formato da EBC, configurado no trabalho coletivo, oportuniza crescimento a mesma, gerando maior oportunidade de trabalho e renda.

Palavras-chave: Estudos Baseados em Prática. Empresa de Base Comunitária. Projeto de Desenvolvimento Social. Trabalho coletivo. Reciclagem.

ABSTRACT

TO KNOW, LEARN, TRANSFORM: SOCIAL DEVELOPMENT PROJECT AS A SPACE FOR COLLECTIVE PRACTICES

AUTHOR: Vanessa de Campos Junges

ADVISOR: Simone Alves Pacheco de Campos

The present dissertation aimed to understand how collective practices are configured in the Association of Recyclers of the Spring District of the Profession Project Catador. Therefore, an intersubjective and interpretative study was developed, through a qualitative and descriptive research, based on a unique intrinsic case study. The research object was the AREPRICA, which belongs to the Profession Project Catador. Data collection took place through ethnographic techniques, such as semi-structured interviews, non-participant observations and secondary data. In relation to the analysis of the data, the interpretative textual analysis was used in conjunction with the analysis of templates. The main evidence lies in the relevance of a PDS, which, when developed directly based on the needs of the community, results in positive aspects to the society as a whole, as it happened in the initiative created by UNICRUZ (developer). Still in this environment, the agents of development are pointed out, that through a long-term work, they are succeeding in reinserting the recyclers in the community, providing them with the necessary assistance, acting as mediators between developers and developed. And what is the responsibility of the developed, social and economic progress has been observed, in which they are revealed as environmental agents, and have a different life perspective. Regarding the conduction pillar of the EBC, this occurs through collective work, which dissolves in self-management and collective action. Regarding this, it was noticed that even though there are two types of recyclers in the EBC, both act based on collective work, mainly under the collective action bias, configuring a space that aims at the common good. Thus, this characteristic of the group demonstrated to facilitate the development of their collective practices in the moment of work. Under a closer look (zoom in), it was evidenced that the practices are being modeled at the moment of its realization through the actions and sayings, as well as of the interactional order. The artifacts are configured as means of support, innovation, as well as the condition so that some activities can be carried out. The practical concern stands out in the group, in which they consider the collective to act, while they can be creative, as long as its innovation does not impact negatively. Thus, the practice of recycling itself is institutionalized by its practitioners, but the activities that compose it are sometimes not recognized because they are performed in different ways. On the other hand, under a closer look (zoom out), it was verified that the texture of the EBC is composed of the individual to the institutional, that is, it connects to the individual learning, the interactions of the group, Project Profiler, buyers, events and news, as well as the laws that integrate such spaces. In this way, a network of practices is created that has several practitioners who both affect the EBC and are affected by it. Therefore, the EBC format, configured in the collective work, allows for the same growth, generating greater opportunities for work and income.

Keywords: Practice-based Studies. Community-based Enterprise. Social Development Projects. Collective work. Recycling.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da dissertação.....	25
Figura 2 - Esquema teórico.....	55
Figura 3 - Esquema da postura ontológica, epistemológica e metodológica do estudo ..	57
Figura 4 - Desenho de pesquisa.....	57
Figura 5 – Construção do objeto de pesquisa.....	60
Figura 6 - <i>Template</i> inicial de análise.....	71
Figura 7 - <i>Template</i> final de análise	72
Figura 8 – Estrutura da análise dos resultados	77
Figura 9 – Situação atual do Projeto Profissão Catador	81
Figura 10 – Estrutura física externa da EBC	84
Figura 11 – Estrutura física interna da EBC.....	85
Figura 12 – Suporte de publicidade.....	90
Figura 13 – Momento de reunião	99
Figura 14 – Desenvolvimento da reciclagem na EBC.....	103
Figura 15 – Balança.....	110
Figura 16 – <i>Bags</i>	111
Figura 17 – Prensa	112
Figura 18 – Fardos.....	112
Figura 19 – Meios para auxiliar a organização da gestão da EBC.....	113
Figura 20 – A textura de práticas na EBC	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Abordagens da prática	30
Quadro 2 – Aspectos que formam uma prática	32
Quadro 3 – Elementos de análise das práticas por meio do <i>zoom in</i> e <i>zoom out</i>	36
Quadro 4 – Contribuições empíricas de estudos baseados em prática	39
Quadro 5 – Contribuições empíricas sobre EBC x aprendizagem x desenvolvimento local	48
Quadro 6 – Momentos de observação	62
Quadro 7 – Informações sobre os documentos obtidos	64
Quadro 8 – Relação dos entrevistados	65
Quadro 9 – Operacionalização dos objetivos	67
Quadro 10 – Elementos de análise do <i>zoom in</i> e <i>zoom out</i> que compõe o estudo	70
Quadro 11 – Características dos cinco princípios dialógicos	74
Quadro 12 – Condução da coleta de dados	75
Quadro 13 – Protocolo do estudo de caso intrínseco único	75
Quadro 14 – Cargos na EBC de acordo com o estatuto	96
Quadro 15 – Síntese das principais evidências através da lente do <i>zoom in</i> e <i>zoom out</i>	120

LISTA DE SIGLAS

ACCA - Associação de Catadores de Cruz Alta.

AF - Aprendizagem Formal.

AGETREC - Autogestão para Geração de Trabalho e Renda com Catadores de Materiais Recicláveis.

AI - Aprendizagem Informal.

ARCA - Associação de Recicladores de Cruz Alta.

AREPRICA - Associação de Recicladores do Bairro Primavera.

ATRECA - Associação dos Trabalhadores Recicladores de Cruz Alta.

AVESOL - Associação do Voluntariado e da Solidariedade.

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

EBC - Empresa de Base Comunitária.

EBP - Estudos Baseados em Prática.

EPI - Equipamento de Proteção Individual.

LETS - Sistema Local de Emprego e Comércio - *Local Employment and Trading System*.

ONGs - Organizações Não Governamentais.

PDS - Projeto de Desenvolvimento Social.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

UNICRUZ - Universidade de Cruz Alta.

UNISOL - Centro de Cooperativas e Empreendimentos Solidários.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	19
1.2 OBJETIVOS	22
1.2.1 Objetivo Geral	22
1.2.2 Objetivos Específicos	22
1.3 JUSTIFICATIVA	22
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	25
2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA	26
2.1 APRENDIZAGEM E OS ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICA	26
2.1.1 Aprendizagem formal e informal	27
2.1.2 Estudos Baseados em Prática	29
2.1.2.1 <i>Knowing in Practice</i>	34
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA	40
2.3 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO ESPAÇO PARA APRENDIZAGEM COLETIVA	44
2.3.1 Ação Coletiva	51
2.3.2 Autogestão	53
2.4 ARTICULAÇÃO TEÓRICA	54
3 PERCURSO METODOLÓGICO	56
3.1 MÉTODO DE ABORDAGEM E DELINEAMENTO DA PESQUISA	58
3.2 OBJETO DE PESQUISA	59
3.3 COLETA DE DADOS	61
3.4 ANÁLISE DE DADOS	69
3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	72
3.6 CRITÉRIOS DE QUALIDADE DA PESQUISA	73
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	77
4.1 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	77
4.1.1 Desenvolvedores: a atuação da UNICRUZ no Projeto Profissão Catador	79
4.1.2 Agentes de desenvolvimento: o papel desempenhado pela equipe técnica	77
4.1.3 Desenvolvidos: o caso da empresa de base comunitária	83
4.1.3.1 <i>O avanço dos desenvolvidos: reflexos de um projeto de desenvolvimento social</i>	87
4.2 O TRABALHO COLETIVO	94
4.2.1 Autogestão: uma construção coletiva	94
4.2.2 Ação coletiva: em busca de um fim comum	95
4.3 O FAZER ENQUANTO PRÁTICA	102
4.3.1 Zoom in: um olhar mais apurado em vista das particularidades	103
4.3.2 Zoom out: um olhar mais afastado em vista da interconexão das particularidades	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
5.1 OPORTUNIDADE DE TRABALHO E RENDA QUE SURGE DA PRÁTICA .	123
5.2 DIFICULDADES E POSSIBILIDADES: LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS	126
REFERÊNCIAS	127
APÊNDICE A	137
APÊNDICE B	138
APÊNDICE C	139

APÊNDICE D	141
-------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Muito me questionei o quanto seria válido desenvolver esta apresentação, devido as minhas escolhas no estudo, poderia ter adotado a primeira pessoa para desenvolvê-lo, porque, conforme Saccol (2009), um estudo intersubjetivo, interpretativista e qualitativo, pode ser desenvolvido em primeira pessoa. Contudo, em função da indecisão, em que me dei conta disso quando já havia escrito boa parte da dissertação, acabei por seguir na terceira pessoa.

Minha história acadêmica, como de muitos estudantes, começou em outra área, eu era apaixonada por estratégia, vantagem competitiva e por aí vai. Ao mesmo tempo, tinha certa compatibilidade com a área de gestão de pessoas e comportamento organizacional, o que faltava era uma oportunidade para me entregar de fato.

Ao ingressar no mestrado, minha área de estudos se tornou então gestão de pessoas e comportamento organizacional. A partir disso, descobri o quanto poderia amadurecer enquanto profissional e pessoa, até por que, meu estudo foi desenvolvido em um projeto social de reciclagem, o que ao mesmo tempo satisfaz carências pessoais minhas, com o intuito de poder de alguma forma contribuir com tais questões.

Assim, estudar temas como economia solidária, empresas de base comunitária, reciclagem, autogestão e ação coletiva, foi uma oportunidade maravilhosa. É claro que são abordagens que requerem o esforço do pesquisador, mas seguir uma linha em que nem tudo é o ‘lucro’, me fez ver as coisas de um modo diferente e melhor.

Além disso, estudar práticas me fez crescer intelectualmente de forma positiva, abriu minha mente, e mesmo sendo uma vertente que considero difícil, ainda não supri minha vontade de descobrir o quanto os estudos baseados em prática podem me fornecer conhecimento. Por fim, desenvolver um estudo com técnicas etnográficas me possibilitou ver que a pesquisa não precisa ser algo tão ‘fechada’, o pesquisador pode, e é válido, que esteja ali, buscando entender a ‘construção e reconstrução da sociedade’, sem esquecer os pressupostos e percepções que possui.

1 INTRODUÇÃO

“O que é escrito sem esforço em geral é lido sem prazer.” (Samuel Johnson)

Em virtude da gama de problemas sociais (exclusão social e desemprego), econômicos (miserabilidade) e ambientais (degradação ambiental), diferentes alternativas têm sido desenvolvidas (ANACLETO; PAIVA; MOURA, 2017; BARRETO; DE PAULA, 2014). Neste cenário, direciona-se a atenção ao papel de fomento desempenhado pelos PDS, os quais, quando direcionados a parcela fragilizada que enfrenta situação de vulnerabilidade, buscam reinseri-las na sociedade, bem como incentivar seu empoderamento (BARRETO; DE PAULA, 2014).

Os PDS são formados por um grupo heterogêneo de indivíduos que agem conjuntamente, buscando objetivos comuns, em que o desenvolvimento da iniciativa se baseia nas necessidades da comunidade envolvida (DE SARDAN, 1988, 2005). A configuração dos PDS dá-se por três grupos de indivíduos, quais sejam: desenvolvedores, agentes de desenvolvimento e desenvolvidos (DE SARDAN, 1988).

O grupo dos desenvolvidos é composto por indivíduos representados através de uma EBC, os quais recebem o apoio do PDS (DE SARDAN, 1988). Uma EBC age de forma corporativa, em que a própria comunidade atua como empreendedora em vista de criar iniciativas sociais que produzam efeitos sociais e econômicos a todos os envolvidos (PEREDO, 2003; PEREDO; CHRISMAN, 2006). Esses empreendimentos formados pela comunidade são exemplos de iniciativas para atender as demandas sociais, entretanto, atuando de forma individual, pouco conseguem progredir (ANACLETO; PAIVA; MOURA, 2017), por isso, a importância do apoio do PDS.

As EBCs podem ser compreendidas enquanto reflexos de empreendimentos de economia solidária, os quais surgem enquanto reação à desigualdade que permeia toda a sociedade, e se dissolvem em pobreza, exclusão social, desemprego, entre outros problemas sociais. Dessa forma, os indivíduos passaram a criar alternativas através do trabalho coletivo, em vista de se realocarem na sociedade (ANDRADE et al., 2016; COELHO; GODOY, 2011; FLACH, 2011; PIROTTI; BITENCOURT; WEGNER, 2017; TORRES et al., 2015).

Isto posto, entende-se como trabalho coletivo, o espaço em que tanto individual como coletivamente, os indivíduos devem agir com base no grupo, dado que, suas ações impactam a todos (GHERARDI, 2012b). São atos que, quando existe um ambiente favorável, podem gerar uma diversidade de opiniões e modos de realizar o trabalho, oportunizando crescimento (GHERARDI, 2012b).

Dentro do trabalho coletivo, no estudo em questão, observa-se que é possível perceber dois aspectos, sejam eles: autogestão e ação coletiva. Em relação à autogestão, entende-se como um dos princípios da economia solidária (TORRES et al., 2015), em que os indivíduos trabalham em conjunto, há uma estrutura flexível de gestão, todos possuem a mesma relevância não existindo um dono, se configurando como um espaço solidário e coletivo, que oferece autonomia ao trabalhador (FLACH, 2011; PINHEIRO; PAULA, 2016). Já sobre a ação coletiva, parte-se do pressuposto de que os indivíduos agem com base no bem comum de forma solidária, não objetivando resultados bons somente para si (OSTROM, 2000). Nesta mesma linha, aponta-se o estudo de Barnes (2005), em que o autor defende que os indivíduos desenvolvem práticas coletivas compartilhadas, posto que, não agem de modo somente individual, são agentes sociais e interagem, possuem sensibilidade, que é o que os faz agir pensando nos indivíduos a sua volta (BARNES, 2005).

Neste cenário, as práticas são um conjunto de atividades, formadas por diversas ações, as quais se transformam ao longo do tempo (GHERARDI, 2009a, 2009b). Nenhuma prática é igual a outra, a cada novo fazer se abre espaço para uma nova prática (NICOLINI; MONTEIRO, 2017). Neste contexto, o presente estudo é desenvolvido sob a lente teórica dos EBP, em que se entende que o trabalho é desenvolvido através de práticas coletivas, as quais são construídas no dia a dia, e envolvem uma textura, isto é, a ligação de práticas, que vai se modelando pelo que as pessoas fazem e dizem (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003).

A prática, neste interim, é entendida como o *locus* do *knowing in practice*¹ e do *organizing*². Considera-se que, é no momento em que se realiza uma prática que o pensamento e a ação se unem (GHERARDI, 2011). O *knowing in practice* resulta da ligação gerada entre as pessoas, o contexto e os objetos utilizados para desenvolver as práticas. O saber é visto como um processo que ocorre de forma coletiva, não há desassociação entre o pensar e fazer, um decorre do outro. Cada situação se altera de acordo com os indivíduos envolvidos nela e a maneira que conduzem suas ações (ANTONELLO; AZEVEDO, 2011; AVILA; ANTONELLO, 2016; BISPO, 2013a).

¹ O termo não foi traduzido para preservar o seu significado original. De acordo com Nicolini, Gherardi e Yanow (2003, p. 1), pode ser entendido como “um conhecimento em ação, situado no contexto histórico, social e cultural em que ele surge, sendo incorporado por uma variedade de formas e meios. É situado em sistemas de ações práticas contínuas, relacional, mediado por artefatos e sempre arraigado em um contexto de interações. Tal conhecimento é adquirido através de alguma forma de participação, e é continuamente reproduzido e negociado; isto é, sempre dinâmico e provisional”.

² O termo não foi traduzido para preservar o seu significado original. Segundo Gherardi (2009a), é possível compreendê-lo enquanto um espaço em que o conhecimento é fragmentado, composto por uma rede múltipla de indivíduos que carregam consigo o contexto a que pertencem, sendo um espaço em constante construção de saberes.

Diante disso, Gherardi (2009a, p. 357) argumenta que os EBPs apresentam “uma concepção renovada de organização como uma textura de práticas inter-relacionadas que se estendem para formar uma rede de ação sustentada por um conhecimento em ação que se renova e se transforma em prática”. Bispo (2013a) aponta que, parte-se das interações dos indivíduos e fatores não humanos, o que gera a textura, sendo que esta remete a lógica de organização instável, ou seja, constantemente se modifica devido às práticas serem transformadas a cada atividade, em que o *knowing* é produzido.

Em virtude do exposto, a pesquisa em questão reside no interesse de estudar os EBPs em um PDS, tendo em vista a relevância destes, os quais tratam-se de grupos de indivíduos diferentes que buscam um objetivo em comum, que seria promover determinada comunidade (DE SARDAN, 2005). Segue-se a linha da socioantropologia do desenvolvimento, porque busca-se entender os envolvidos e as práticas desenvolvidas, sendo analisado a reprodução/transformação dos indivíduos, considerando que os projetos acabam por fomentar o aprendizado coletivo (DE SARDAN, 1995, 2005; CARNEIRO, 2012).

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

As EBCs, enquanto modo de atuação em vista de criar melhores condições de trabalho, são resultados de um processo de construção, mediante o qual a comunidade age como empreendedora, para criar e operar uma iniciativa incorporada em sua estrutura social, sendo gerida e regulada para o alcance de objetivos econômicos e sociais, produzindo benefícios individuais e coletivos sustentáveis (PEREDO; CHRISMAN, 2006). Dessa forma, enquanto reduzem a pobreza, estimulam mercados, revitalizam a cultura e preservam o ambiente natural (PEREDO, 2003; PEREDO; CHRISMAN, 2006).

Pedrozo e Silva (1999) apontam que uma possibilidade interessante para tais EBCs reside nas organizações de caráter cooperativo, as quais possuem dentre seus princípios norteadores, a autogestão, a participação e a ajuda mútua. Direciona-se então, o olhar para os projetos de reciclagem criados através de associações ou cooperativas, que seguem os princípios da autogestão, sendo empreendimentos de economia solidária, desenvolvidos por meio de trabalho coletivo. Estes projetos acabam por gerar oportunidades aos indivíduos envolvidos, bem como aumentam a visibilidade de questões ambientais e sua relevância (ASSIS et al., 2015; PEREDO, 2003; PEREDO; CHRISMAN, 2006; PINHEIRO; PAULA, 2016; SILVA, 2017; SOUZA; PAULA; DE SOUZA-PINTO, 2012; THESING; SILVA, 2015; VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015).

Neste cenário, a reciclagem é uma forma produtiva que visa transformar em matéria prima os resíduos que são descartados (FORTUNA; FOSCHIERA, 2015). Os recicladores procuram materiais que para outras pessoas não possuíam utilidade, enquanto para eles é um meio de gerar retorno financeiro, além do bem ambiental (TRINDADE; SILVA, 2015). Diante disso, os resíduos depositados no lixo tornaram-se uma opção de trabalho e renda para os recicladores que, por meio da reciclagem, transformam o que era lixo em algo dotado de valor (SILVA, 2015; SILVA, 2017).

De acordo com a PNRS³, busca-se a inclusão dos recicladores na sociedade, a extinção dos lixões, entre outros aspectos voltados tanto aos indivíduos envolvidos, quanto ao ambiente e a economia. Dagnino e Johansen (2017) salientam que a Lei da PNRS visa transformar os resíduos sólidos em um bem econômico e de valor, que proporciona trabalho e renda.

À vista disso, na presente dissertação, os catadores são entendidos enquanto recicladores de materiais e não catadores de lixo. Argumenta-se isso, devido o próprio nome da EBC estudada (AREPRICA) tratar enquanto ‘recicladores’. Além do exposto por Bastos e Araújo (2015), os quais defendem que tais indivíduos merecem ser vistos como profissionais, devido exercerem uma atividade grandiosa a sociedade. Nesse contexto, a profissão de reciclador passa a ser compreendida enquanto uma atividade relevante, tanto em virtude do bem ambiental, quanto das condições difíceis que tais trabalhadores enfrentam (BASTOS; ARAÚJO, 2015; CORRÊA; XAVIER, 2013; TRINDADE; SILVA, 2015).

Aliado a isso, Corrêa e Xavier (2013, p. 15) discorrem que “em países como o Brasil, as altas taxas de reciclagem na última década refletem principalmente condições sociais e econômicas desfavoráveis de uma parcela significativa da população”. Diante do exposto, é preciso atentar o olhar para os PDS, os quais normalmente amparam associações e cooperativas de reciclagem, a fim de gerar maior crescimento a comunidade.

Isto posto, as EBCs, apoiadas por PDS, seguem uma lógica de gestão diferenciada, em que os indivíduos têm maior flexibilidade e autonomia em suas ações. Neste meio, torna-se válido apontar a perspectiva dos EBP. Argumenta-se isso, devido ao interesse residir na lógica de que ambas não seguem uma linha predeterminada de raciocínio, porque tanto a primeira quanto a segunda são rodeadas por interações flexíveis dos indivíduos, os quais se desenvolvem por meio da coletividade. Entende-se assim, os PDS como um espaço para aprendizagem (MOURA; DINIZ, 2016) e ação coletiva, em que se busca trabalhar o empoderamento e a emancipação dos indivíduos.

³ Estabelecida pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Neste contexto, as EBCs, enquanto associações e cooperativas, favorecem aos indivíduos um ambiente em que o aprendizado se dá em longo prazo, um aprende com o outro, dado que, compartilham saberes, e a organização se modifica a cada dia. Deste modo, os indivíduos trabalham de forma coletiva, aprendem a cada tarefa, dividem os recursos, almejando uma realidade diferente da que lhes foi oferecida (VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015).

Consoante a isso, Gherardi (2006), sob as lentes dos EBP, alega que no dia a dia as organizações fazem trocas de conhecimento por meio de suas interações, seja através de conversas, ações, práticas, entre outros meios. Em vista disto, observa-se congruência entre as EBCs e os EBP, já que ambos possuem um cenário de construção e reconstrução da realidade, através de autonomia e ações coletivas. O aprendizado é algo desenvolvido de forma coletiva, e o saber e fazer não podem ser vistos de forma separada, mas que se complementam (GHERARDI, 2006, 2011).

Neste espaço, é possível refletir sobre os empreendimentos sociais voltados à economia solidária, com base nos princípios da autogestão, os quais carecem de novos modos de gestão, suportados por valores e não apenas aspectos materiais (CASTANHEIRA; PEREIRA, 2008). Todavia, França-Filho (2007) faz questionamentos relevantes em torno da dificuldade da formação da ação coletiva, pois em um contexto marcado por um mercado em que o individualismo e ações egoístas se destacam, tornam-se problemáticas modificações em que os indivíduos partam de uma lógica de crescimento não somente individual, mas coletivo.

Em meio a isso, Villardi e Castro Junior (2007) apontam a respeito da relevância da cooperação e interação em tais espaços, dado que, a aprendizagem coletiva se reflete positivamente sob o grupo. De Faria (2017) complementa que, empreendimentos que seguem os princípios da autogestão são baseados em trabalho coletivo. Assim, a aprendizagem coletiva está relacionada ao desenvolvimento do grupo, o qual se reflete no pertencer ao mesmo, bem como na produção, reprodução e modificação das práticas (BISPO, 2011).

Desse modo, entende-se que as práticas de trabalho coletivo resultam de uma construção coletiva dos indivíduos (BISPO, 2011), derivada de trabalho coletivo, o qual é baseado em ação coletiva e autogestão. O aprendizado ocorre por meio de cada prática desenvolvida, em que aprender, conhecer, inovar e transformar são entendidos conjuntamente. O espaço do 'fazer' é compartilhado ao grupo, o que reflete espaço para aprender por meio de práticas coletivas (GHERARDI, 2009a, 2009b; 2011).

Logo, o estudo norteia-se por uma perspectiva sociológica de aprendizagem, em que o interesse encontra-se nas práticas dos indivíduos, as quais são coletivas, posto que, mesmo

indiretamente afetam outras, formando o *knowing in practice* na organização, o qual reside em torno da textura de diversas práticas, bem como a negociação destas (GHERARDI, 2006, 2011; NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). De acordo com Gherardi (2012b), analisar as práticas de trabalho fornece aos seus praticantes a noção do quanto de conhecimento o coletivo possui, e como desenvolver ou modificar tais práticas. Em vista disso, a presente dissertação tem a seguinte questão de pesquisa: Como se configuram as práticas coletivas na Associação de Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender como se configuram as práticas coletivas na Associação de Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar e descrever como ocorre o trabalho coletivo;
- b) Identificar como se aprende, produz e reproduz as práticas coletivas no momento de trabalho;
- c) Analisar a textura de práticas.

1.3 JUSTIFICATIVA

As EBCs surgem enquanto um meio de geração de trabalho e renda, normalmente em ambientes configurados por tensão econômica, nas quais os indivíduos desenvolvem atividades em conjunto (PEREDO; CHRISMAN, 2006). À vista disso, Souza, Paula e De Souza-Pinto (2012) argumentam sobre a economia solidária voltada a reciclagem, visto que, se tornou uma oportunidade a indivíduos que se encontram fora do mercado de trabalho.

Silva (2017) e Virgolin, Silva e Araújo (2015) complementam que, as associações e cooperativas de reciclagem são um meio que não somente propiciam o destino correto aos resíduos e melhor aproveitamento destes, afetando positivamente o ambiente e a sociedade; mas surgem como um modo de os indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social se inserirem no mercado de trabalho de forma ativa.

Tais empreendimentos são espaços de atuação flexível, posto que, os indivíduos têm autonomia para se desenvolverem. Diante disso, aponta-se os EBPs, que se trata do entrelaçamento do pensar e agir, no qual os indivíduos, as atividades e o ambiente são o espaço para criação e recriação (SCHIAVO, 2010). A aprendizagem é desenvolvida e modificada com o passar do tempo, de modo coletivo e através de cada prática (GHERARDI, 2006, 2011, 2012a).

Oliveira, Mozzato e Colet (2016) destacam a importância para pesquisas empíricas sob a perspectiva da aprendizagem sociológica, ou seja, os EBPs, através de uma postura não positivista e qualitativa. Percebe-se assim, congruência com o estudo desenvolvido, dado que, se trata de uma pesquisa interpretativista e qualitativa, que tem como ênfase os EBPs. Antonello e Godoy (2011) e Oliveira, Mozzato e Colet (2016) salientam ainda, a relevância desta vertente de aprendizagem, posto que, lança um olhar reflexivo para as diversas práticas, as quais são contínuas por parte dos indivíduos envolvidos. Apresentando assim, maior contribuição sobre o entendimento de como ocorre à aprendizagem no contexto organizacional do que as demais perspectivas teóricas existentes.

Bíscoli e Bíscoli (2015) atentam para a importância de estudos que busquem compreender como os indivíduos constroem e negociam coletivamente suas práticas, a fim de entender sua produção, manutenção e transformação. Neste estudo, serão identificadas como ocorrem as práticas coletivas, bem como se dá a textura que as compõe, o que pode ser utilizado enquanto guia para melhorias e análise de fatores que interferem no desenvolvimento da EBC. Moura e Diniz (2016) tratam da questão de projetos e a vertente de práticas, os quais relatam que existem poucos estudos sobre estas abordagens, e reconhecem que as práticas desenvolvidas em projetos são únicas e adaptáveis, isto é, podem ser disseminadas a outros projetos, contudo, considerando as heterogeneidades que envolvem cada um.

Assim, estudar as práticas de um projeto pode possibilitar o entendimento do que não é favorável ao seu desenvolvimento, e quais as possibilidades de aprendizado existentes (MOURA; DINIZ, 2016). Dessa forma, as práticas identificadas no estudo em questão podem ser tanto exploradas pelos indivíduos que as desenvolvem, quanto por outros grupos, a fim de serem aprimoradas.

Além disso, dia 27.11.2018 foi realizada uma pesquisa na base de dados *Web Of Science* pelos termos *practice-based studies* e *practice theory*, em que se definiu a busca pelo tópico, ambos entre aspas, sem delimitação de tempo, e apenas artigos de *bussiness* e *management*. Como resultados, foram encontrados 33 estudos com o primeiro termo e 212 com o segundo. Todavia, fazendo a mesma busca na base de dados *Spell* e *SciELO*, foram localizados 1 e 1

estudos, e 2 e 15, respectivamente. Neste sentido, pontua-se que os EBPs carecem de estudos no contexto brasileiro, sendo que é uma temática que está despertando a atenção de pesquisadores, mas ainda são necessárias pesquisas para melhor compreendê-la (OLIVEIRA; MOZZATO; COLET, 2016).

Por outro lado, de cunho prático, as contribuições da pesquisa reportam no fato de que se investiga uma associação de indivíduos que se encontram em vulnerabilidade, e possuem baixa ou nula escolaridade. Neste cenário, os resultados obtidos podem ser utilizados enquanto suporte de melhorias e crescimento para a associação, em que se apresentam tanto fragilidades como aspectos positivos.

Sobre isso, salienta-se o estudo de Campos (2015), o qual foi desenvolvido na mesma região da presente dissertação, e explorou a relação de parcerias em projetos sociais através da terra da atividade. Percebe-se a contribuição do presente estudo, por se tratar de uma pesquisa no mesmo contexto, em que se investiga uma EBC que pertence a um PDS, a fim de gerar maior desenvolvimento a localidade envolvida.

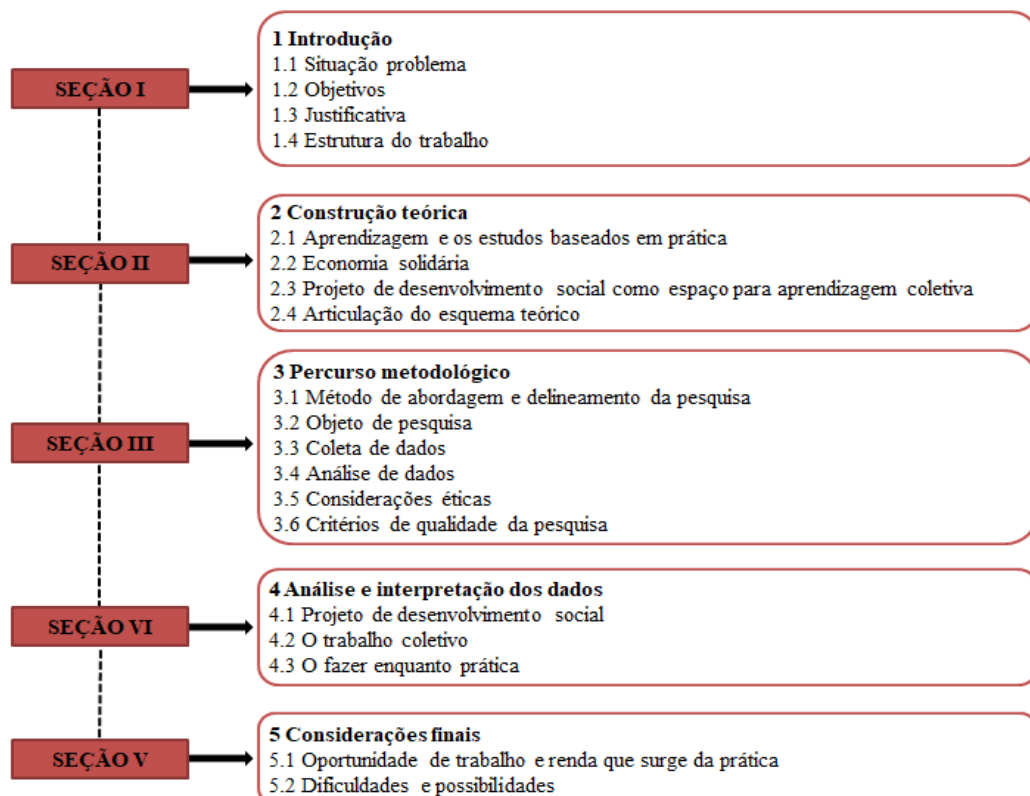
Em meio a isso, é válido apontar a contribuição do estudo de Arns et al. (2015), os quais expõem os resultados de um projeto de reciclagem. Suas principais considerações referem-se à: disseminação da temática, visto que traz maior conhecimento a população em geral; postura diferenciada que os agentes públicos passam a ter; e a mobilização e interesse por parte dos recicladores. Virgolin, Silva e Araújo (2015) destacam que projetos sociais normalmente apresentam resultados em médio ou longo prazo, ou seja, com o decorrer do tempo que seus impactos podem ser observados, devido sua complexidade, principalmente a respeito de fatores culturais. Portanto, estudar o aprendizado de tais indivíduos pode gerar resultados relevantes para seu crescimento, dado que, podem compreender como aprendem, e como podem aprimorar tal conhecimento.

Pinheiro e Paula (2016) argumentam sobre a relevância em se estudar organizações voltadas a autogestão, a fim de demonstrar seu modo diferenciado de gestão, o qual contrapõe o tradicional, bem como apresentar suas fragilidades, a fim de oferecer sugestões para o aprimoramento destas. Ressalta-se também, a maior visibilidade de tais questões, pois segundo a notícia publicada no Portal Brasil dia 23.12.2017, o Ministério do Trabalho, por meio do 'Programa de fortalecimento de redes de cooperação solidária', irá fomentar empreendimentos econômicos e sociais com R\$25 milhões de reais, os contratos terão duração de três anos, e os projetos podem receber recursos de R\$600 mil até R\$4 milhões. Aliado a tal cenário, de acordo com o UNISOL, a economia solidária corresponde a 8% do PIB brasileiro, reunindo 20 mil cooperativas de trabalhadores, sendo empreendimentos de reciclagem, artesãos, entre outros.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, o estudo está estruturado em cinco seções (Figura 1). Na primeira seção, inicia-se com a introdução - já apresentada - em que se apontou o problema de pesquisa, os objetivos e a justificava, no sentido de mostrar a relevância da pesquisa. Na segunda seção, a construção teórica é desenvolvida, embasada na temática da aprendizagem e os estudos baseados em prática, economia solidária, projeto de desenvolvimento social como espaço para a aprendizagem coletiva, e articulação do esquema teórico. Na terceira seção, o percurso metodológico é abordado, destacando-se o método de abordagem e delineamento da pesquisa, o objeto de pesquisa, a coleta de dados, a análise de dados, as considerações éticas, e os critérios de qualidade da pesquisa. Na quarta seção é apresentada a análise e interpretação dos dados, detalhada em projeto de desenvolvimento social, o trabalho coletivo, e o fazer enquanto prática. Na quinta seção são expostas as considerações finais do estudo, divididas nos subitens, oportunidade de trabalho e renda que surge da prática, e dificuldades e possibilidades.

Figura 1 – Estrutura da dissertação



2 CONSTRUÇÃO TEÓRICA

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos.” (Marcel Proust)

Nesta seção é apresentada a construção teórica do estudo, apontando-se os conceitos utilizados para embasá-lo. Inicialmente, aborda-se a aprendizagem e os estudos baseados em prática, discute-se brevemente a abordagem da aprendizagem formal e informal, e direciona-se a atenção aos estudos baseados em prática e ao *knowing in practice*. No segundo momento, é explanado de modo geral a economia solidária, com foco voltado a empresas de base comunitária no espaço da reciclagem. Posteriormente, discorre-se sobre os projetos de desenvolvimento social como espaço para a aprendizagem coletiva, e argumenta-se sobre ação coletiva e autogestão. Por fim, é apresentada a articulação do esquema teórico do estudo.

2.1 APRENDIZAGEM E OS ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICA

A aprendizagem organizacional é caracterizada como uma área heterogênea (MOURA, 2009), posto que, existem diversos olhares teóricos que buscam explicá-la e compreendê-la, em que as discussões estão crescendo e se ampliando, mas ainda não se tem uma definição única (AVILA, 2013; AZEVEDO, 2012; BARROS et al., 2016; BOAS; CASSANDRE, 2018; SAWITZKI; ANTONELLO, 2014). Todavia, com o avanço das pesquisas acerca da aprendizagem, algumas perspectivas foram desenvolvidas, como a psicológica, antropológica, sociológica, da ciência e nova política, histórica, econômica, e da ciência da administração (ANTONELLO; GODOY, 2011).

Gherardi (2006) e Schiavo (2012) argumentam que, a predominância dos estudos reside no modo cognitivo, isto é, sob a ótica de que o conhecimento é assimilado e, posteriormente posto em prática, como se surgisse de ‘formatos prontos’ de aprendizado, transferindo o conhecimento tácito para o explícito. Conforme Boas e Cassandre (2018, p. 103), “percebe-se que o conhecimento e a própria aprendizagem não é algo apenas cognitivo e individual, mas algo que se desenvolve por meio da prática e da interação”.

Gherardi, Nicolini e Odella (1998) advogam que a aprendizagem está sempre relacionada a uma prática desenvolvida por um grupo, o qual é baseado na participação, isto é, um fenômeno social, por isso a lógica de aprendizagem sociológica, em que a cada prática, as quais são coletivas, se aprende. Dessa forma, a aprendizagem não pode ser entendida enquanto

estática, mas um processo de participação e prática contínua (BOAS; CASSANDRE, 2018). Portanto, Gherardi (2006, p. 2) complementa que:

a aprendizagem é muito mais do que, e muito diferente de, encontrar e adquirir itens de conhecimento organizacional. Tanto na vida cotidiana quanto nas organizações de trabalho, pessoas e grupos criam conhecimento negociando o significado de palavras, ações, situações e artefatos materiais. Todos eles participam e contribuem para um mundo social e culturalmente estruturado e constantemente reconstituído pelas atividades de todos aqueles que pertencem a ele.

Dessa forma, percebe-se que há congruência nas discussões teóricas de AF e AI, e estudos baseados em práticas, uma vez que, ambas tratam o aprendizado através da interação entre os indivíduos, os quais constroem e reconstróem o seu modo de fazer (ANTONELLO, 2005; CAMILLIS; ANTONELLO, 2009). A seguir é abordado o contexto da AF e AI, e tendo em vista que, na presente dissertação delimitou-se o escopo do estudo para o viés dos EBP, este é explorado, posteriormente, de forma profunda.

2.1.1 Aprendizagem formal e informal

Muito se discute sobre a diferença entre AF e AI, o que acabou levando a conceituações imprecisas e contraditórias. Na verdade, é possível compreender tais modos como inter-relacionados, que se complementam. Ao passo que a AF ocorre em momentos de dedicação exclusiva ao desenvolvimento específico de uma tarefa, a AI pode ocorrer em um momento de interação, em que o indivíduo reflete e desenvolve um modo diferenciado de ‘fazer’ (ANTONELLO, 2005).

Entende-se que são os indivíduos que aprendem, e não a organização. O foco reside no indivíduo e em suas práticas, que resultam no aprendizado constantemente construído e reconstruído (CAMILLIS; ANTONELLO, 2009). “O contexto é uma complexa trama de referências (intercâmbio de informações, ideias, etc.) que a longo prazo pode auxiliar a configurar o saber dos indivíduos e, em igual tempo, determinar uma arquitetura social para este saber” (ANTONELLO, 2005, p. 205).

À vista disso, a AF envolve aspectos voltados a processos mais concretos, em que há um modo específico de aprender a realizar determinadas tarefas, seja algo propriamente dito como um treinamento, ou alguma nova atividade que é aprendida. É um modo de aprender em que o indivíduo tem menor autonomia (ANTONELLO, 2005). Existem processos predeterminados a se seguir, em níveis verticais e não horizontais, os quais podem ser

supervisionados, a fim de verificar o desenvolvimento correto (ANTONELLO, 2005; BARROS et al., 2016; CAMILLIS; ANTONELLO, 2009).

Todavia, devido ao fato de que “o indivíduo é um ser formado pela sociedade e, ao mesmo tempo, forma a sociedade. Tanto as atividades individuais quanto as coletivas estão baseadas no passado, no presente e no futuro” (CAMILLIS; ANTONELLO, 2009, p. 3). A AI é mais do que discutir no trabalho com os colegas, parte de todas as relações sociais dos indivíduos, seja a interação familiar, a discussão sobre a tomada de decisões, a inovação em uma ação, a reflexão e a observação (REATTO; GODOY, 2015). Assim, está ligada a uma gama de aspectos, dado que, se pode aprender através de simples ações, isto é, não existe um modo fixo de desenvolver uma atividade, decorre de processos naturais dos indivíduos, que criam maneiras diferenciadas de desenvolver suas atividades (BARROS et al., 2016; CAMILLIS; ANTONELLO, 2009; REATTO; GODOY, 2015).

Existem diversas nomenclaturas que visam tratar deste tipo de aprendizagem, contudo, muitas tornam-se incoerentes, posto que, a AI é fundamentada no interesse do indivíduo e suas motivações em aprender (REATTO; GODOY, 2017). Em meio a isso, aprender é coletivo e decorre não somente de processos formalizados, mas através da improvisação de atividades, de conversas, momentos em que se torna propícia a AI, decorrente das ações dos indivíduos (ANTONELLO, 2005; BARROS et al., 2016; CAMILLIS; ANTONELLO, 2009; REATTO; GODOY, 2015, 2017).

Diante disso, a AI, a luz da perspectiva sociológica, torna-se a base da aprendizagem, pois defende-se que os indivíduos aprendem a cada prática, tornando praticamente improvável que o conhecimento se dê somente por modos formais de aprendizado, destacando atenção aos momentos de interações dos indivíduos (SCHIAVO, 2010). Schiavo (2010, p. 13) alega que “a aprendizagem informal é considerada, antes de mais nada, um processo que não ocorre de forma isolada ou estática, e que pode acontecer também a partir de situações incomuns ou inesperadas vividas pelos indivíduos no dia-a-dia.”

Neste escopo, entende-se a AI como um espaço para a emancipação do indivíduo, em que se pode ter autonomia em suas atividades, não há padrões específicos a se seguir, mas um espaço em que o próprio indivíduo vai criando seu modo de desenvolver uma atividade (BARROS et al., 2016; REATTO; GODOY, 2017). Reatto e Godoy (2017, p. 19) acrescentam que, “a AI pode acontecer individualmente, como em estudos autodirigidos, ou em grupo, sendo que a maior parte dela não é planejada e contém algo de casualidade, de imprevisto, na sua essência”. Decorre então, de atividades que não carecem de processos formais, podendo ser

realizadas de modo mais flexível, o que não significa que não ocorra aprendizado (BARROS et al., 2016; REATTO; GODOY, 2017).

Barros et al. (2016) e Reatto e Godoy (2017) advogam ainda, que este tipo de aprendizado está integrado nas atividades rotineiras do dia a dia das organizações, visto que, pode provir de discussões a acerca de uma atividade com os colegas, observar como um colega trabalha, sentir-se incentivado ou desafiado a fazer algo diferente, e receber o *feedback* de como está trabalhando. Todavia, ressalta-se que para um indivíduo buscar desenvolver de modo diferenciado seu trabalho, ele precisa estar sentindo-se confiante, além de ter espaço para realizar tal tentativa; para isso, o ambiente de trabalho em si deve ser propício para o aprendizado (BARROS et al., 2016; REATTO; GODOY, 2017). Neste contexto, conforme Reatto e Godoy (2017, p. 20) relatam, “aprende-se cometendo erros, praticando habilidades pessoais, aplicando teorias e exercitando habilidades, resolvendo problemas e interagindo com os colegas”. Camillis e Antonello (2009, p. 5) complementam que:

Aprendizagem Informal é definida como um subproduto de algumas atividades, por exemplo, cumprimento de tarefas, interação interpessoal, sentir a cultura organizacional, experimentação por tentativa e erro, ou até mesmo da Aprendizagem Formal; pode ser deliberadamente encorajada por uma organização ou também pode ocorrer mesmo que o ambiente não seja altamente propício para tal.

Dessa forma, através da interação com outros indivíduos e dos significados que possuem as atividades, o aprendizado se constrói coletivamente e de modo flexível. Consoante a isso, Barros et al. (2016) e Reatto e Godoy (2017) revelam que, por meio da conversação os indivíduos podem falar sobre seus modos de 'fazer', aprendendo sobre novos, o que leva ao aprimoramento de suas atividades. Assim, pode-se unir o que sabem com o que os outros sabem, realizando um processo de construção e reconstrução do conhecimento.

2.1.2 Estudos Baseados em Prática

Dentro dos EBPs existem algumas tradições de pensamento, nas quais se buscam estudar as práticas, sendo: (i) a teoria cultural e estética, a qual reside no entendimento estético, indo além do corpo e da mente, considerando os cinco sentidos a fim de um saber não cognitivo; (ii) a teoria da aprendizagem situada – comunidade de prática, em que se cria uma comunidade de praticantes, os quais possuem compromisso mútuo, ações/informações compartilhadas, e partilham saberes de forma consciente ou não; (iii) a teoria da atividade, na qual se considera a dissolução entre ordem e desordem, o aprendizado é compreendido enquanto uma construção

de fora para dentro, em que as ações e ferramentas criadas pelos indivíduos atuam frente as incertezas; (iv) a teoria ator-rede, que ‘o social’ é como um rede heterogênea de humanos e não humanos, concebem o conhecimento como performativo, que não só media práticas, mas as propaga (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003; GHERARDI, 2011), e (v) estudos no local de trabalho, em que o local é gerado socialmente por meio de interações entre participantes, artefatos e tecnologias no ambiente de trabalho (GHERARDI, 2011).

Reckwitz (2002) destaca que o interesse em estudar as práticas é conhecido pelos estudiosos como o *re-turn to practice*, dado que, nos últimos 20 anos existem traços de um retorno dos estudos direcionados a prática. Os pesquisadores passaram a buscar uma visão não cognitiva do conhecimento (CORRADI; GHERARDI; VERZELLONI, 2010; GHERARDI; STRATI, 2014), ou ainda, uma alternativa a mercantilização do mesmo (GHERARDI; STRATI, 2014). Dessa forma, o “voltar-se as práticas parece estar ligado a um interesse no ‘cotidiano’ e no ‘mundo da vida’” (RECKWITZ, 2002, p. 244).

Neste contexto, Nicolini (2009) argumenta que o interesse renovado na prática pode ser explicado através da busca em entender o que de fato é feito no trabalho e como é feito, a fim de compreender o sentido da prática para os indivíduos. Aliado a isso, Nicolini e Monteiro (2017) refletem que existem quatro abordagens da prática, sendo a situacional, genealógica, configurável e dialética (Quadro 1).

Quadro 1 – Abordagens da prática

Abordagem	Definição
Situacional	Investiga a produção e reprodução das práticas, no que de fato os indivíduos fazem ao realizar uma prática, pois há um nexo de diversas práticas que se interligam e ocorrem ao mesmo tempo.
Genealógica	Reside na vida natural das práticas, o processo pelo qual as práticas são desenvolvidas é configurado enquanto segundo plano.
Configurável	Busca entender as conexões entre a performance e as realizações, a fim de criar um conjunto maior de práticas que englobem outras.
Dialética	Examina o conflito, desenvolvimento e interferência de duas ou mais práticas, em que o efeito de tal enlace pode ser o aprendizado.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Nicolini e Monteiro (2017).

Isto posto, para compreender os EBPs é preciso entender o que são práticas. Conforme Escóssia e Kastrup (2005, p. 298), “o conceito de prática insere-se numa filosofia da relação em que prática e relação se apresentam como sinônimos, operando como produtoras de mundo e de sentido”. A prática não se resume em ações, mas em um conjunto de atividades que possuem características específicas, as quais podem se tornar hábitos, algo cotidiano na vida

dos indivíduos, e se modificar com o passar do tempo (GHERARDI, 2009a, 2009b). Segundo Gherardi (2006, 2011), a prática é o lugar em que os indivíduos dão espaço ao conhecimento e a aprendizagem, posto que, estes são produzidos, compartilhados e modificados; “neste sentido, todas as práticas são diferentes a cada vez - são inerentemente locais e realizadas a cada vez pela primeira vez” (NICOLINI; MONTEIRO, 2017, p. 5).

Gherardi (2012b) advoga que o conhecimento na perspectiva social reside na participação e interação dos indivíduos no seu meio social, como seres organizacionais. Compreende-se então, que o principal ponto desta lógica de pensamento é que o conhecimento não está na mente dos indivíduos, mas na produção e reprodução das interações sociais coletivas que moldam o ambiente em um processo contínuo, que gera aprendizado (ANTONELLO; AZEVEDO, 2011; BISPO, 2013a; BISPO; SOARES; CAVALCANTE, 2014; GALLON et al. 2016; GHERARDI, 2006, 2009a, 2009b, 2011, 2012a).

Tal vertente defende que o conhecimento parte do contexto, de onde é praticado, e não algo que provém da mente e depois é posto em prática (GHERARDI, 2006). Parte-se da lógica do saber e fazer de forma conjunta (GHERARDI, 2006, 2011, 2012a; NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003), ou seja, é um saber que é concebido em longo prazo, que se modifica e se fortalece a cada prática (GHERARDI, 2009a, 2009b; NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Neste sentido, Gherardi (2009b, p. 536) declara que:

as práticas não são apenas padrões recorrentes de ação (nível de produção), mas também padrões recorrentes de ação socialmente sustentada (produção e reprodução). O que as pessoas produzem em suas práticas situadas não é apenas o trabalho, mas também a (re) produção da sociedade.

Aliado a isso, de acordo com Reckwitz (2002, p. 249), “uma ‘prática’ (*Praktik*) é um tipo de comportamento rotineiro que consiste em vários elementos interligados entre si: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, ‘coisas’ e seu uso, um conhecimento de fundo na forma de compreensão, *know-how*, estados de emoção e conhecimento motivacional”. Logo, as práticas envolvem o corpo, a mente, coisas, conhecimento, linguagem, estrutura e indivíduo (Quadro 2).

Quadro 2 – Aspectos que formam uma prática

Aspecto	Descrição
Corpo	As práticas são também atividades corporais rotineiras, e através dos gestos e do movimento, a ordem visível é dada.
Mente	Uma prática compreende não somente atividades corporais, mas mentais, que envolvem conhecimentos, modos particulares de interpretação, aspectos emocionais e objetivos.
Coisas	Coisas, ou, em outros termos, certos objetos específicos, podem ser necessários para realizar determinada prática. Além disso, as coisas (objetos), a mente e o corpo, são como reprodutores do social por meio das práticas que estão envolvidas em tal ligação.
Conhecimento	Algumas práticas carecem de conhecimento específico para serem desenvolvidas, as quais são reproduzidas da forma que o indivíduo vê como correto, da maneira que ele entende e que faz sentido desempenhar determinado comportamento.
Linguagem	Práticas como sinais para se entender como se faz, isto é, significados através de certos objetos. Assim, está ligada a padrões, aspectos mentais e objetos.
Estrutura	A estrutura da prática é criada através da rotina de práticas corporais, mentais e o uso de objetos. Esta estrutura é transformada através do embate de práticas diferentes, dado que, há ruptura para um novo modo de desenvolver tal prática.
Indivíduo	A mente e o corpo impulsionam as práticas sociais dos indivíduos através de sua composição, pois mesmo que se faça algo automaticamente, há uma ligação com a mente, visto que, a prática está institucionalizada nela. Logo, cada indivíduo tem um modo de desenvolver suas práticas, as quais envolvem a mente, o corpo, as coisas e a estrutura, o que afeta e é afetado pelo ambiente.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Reckwitz (2002).

A teoria da prática não só mapeia as relações entre os indivíduos, como também estuda o processo de produção e construção de significados, pois uma prática não envolve somente um indivíduo (NICOLINI; MONTEIRO, 2017). Isto é, dá significado a ações e interações, a construção e reconstrução da sociedade, o que faz com que se possa compreender a ordem social, a qual é estabelecida dentro das práticas (RECKWITZ, 2002). Não são as práticas que se modificam, mas a maneira que são desenvolvidas, partindo então, da lógica de que os indivíduos são heterogêneos e tem compreensões diferenciadas, além do significado que depositam, porque fazem o que tem sentido para eles (SCHATZKI, 2005).

Schatzki (2005) faz contribuições acerca da inteligibilidade da prática, ou seja, o que faz sentido fazer. Trata-se de algo dotado de significado, não considerado racional, mas que simplesmente em determinado momento tenha lógica para o indivíduo que desenvolve a prática. Segue-se o pensamento de que as ações formam um nexo de atividades, ou seja, as primeiras – ações - são pequenas parcelas das segundas – atividades, as quais compõe um grande conjunto de práticas; em outros termos, práticas interconectadas, que não se sabe nem o início nem o fim (SCHATZKI, 2005).

Para que tais conexões sejam desenvolvidas, é necessário organizar as práticas, o que se dá através da conexão mental (SCHATZKI, 2005). As práticas são compreendidas então, como um conjunto de fazeres (*doing*) e dizeres (*sayings*), ou ainda, um conjunto de coisas que se

faz, e que fazem sentido para quem as pratica. Assim, as ações de uma prática são como uma estrutura teleoafetiva, a qual “é um conjunto de ações e provas que é organizada por um conjunto de entendimentos, um conjunto de regras” (SCHATZKI, 2005, p. 61). Em suma, são coisas que se tem um prévio entendimento, o qual pode estar na mente, como algo voluntário, e um conjunto de regras, como algo institucionalizado. Gherardi (2012b) complementa ainda, que o conhecimento não é algo cognitivo, é como um sistema com várias peças de conhecimento, que devem ser utilizadas de forma coerente para que tenham sentido, pois se ‘deve fazer o que faz sentido’.

As práticas são entendidas como coletivas e compartilhadas, as quais são comportamentos rotineiros, práticas individuais que são tornadas coletivas (BARNES, 2005). Os indivíduos não agem de modo somente individual, posto que, são agentes sociais e interagem, são voltados uns para os outros, possuem sensibilidade, que é o que os faz agir pensando nos indivíduos a sua volta, desenvolvendo práticas compartilhadas (BARNES, 2005). A partir disso, pode-se fazer ligação com a inteligibilidade da prática, dado que, os indivíduos fazem o que faz sentido fazer, considerando aspectos como a sensibilidade (BARNES, 2005; SCHATZKI, 2005).

Corradi, Gherardi e Verzenolli (2010) refletem sobre as três dimensões da prática, sendo o conjunto de atividades interligadas, as quais precisam ser reconhecidas socialmente para gerarem uma orientação comum; o processo de sentido, que está voltado em como fazer, gerando a negociação de práticas compartilhadas; e os efeitos sociais, direcionado as práticas interconectadas e sua ligação com a sociedade. Aliado a isso, Gherardi (2011) menciona que, as práticas são modos de ordenar o mundo, pois existem práticas comuns na sociedade que acabam por se institucionalizar. No entanto, como parte-se do pressuposto da reconstrução contínua, existe a negociação de práticas, as quais vão se remodelando e formando uma tecitura de práticas (GHERARDI, 2011; NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Neste viés, a cada ação se constrói algo, e uma atividade comum tem sentido, há o desenvolvimento da realidade (NICOLINI; MONTEIRO, 2017).

Isto posto, o estudo das práticas reside no interesse de compreender o cotidiano (RECKWITZ, 2002), visto que as práticas ocorrem tanto por meio das relações humanas, quanto das relações entre indivíduos e materiais não humanos, dado que, há interação (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005). Diante disso, “abordagens da prática coerente subscrevem a visão de que a vida social e organizacional decorre e transpire através das realizações em tempo real de atividades comuns” (NICOLINI; MONTEIRO, 2017, p. 1).

Neste escopo, Gherardi (2011) aponta para três significados de prática, sendo o fazer

coletivo e a repetição deste, em vista de aprender; o espaço para práticas no trabalho, como ambiente para práticas que possuem ligação; e prática como algo realizado, sendo a produção, formulação de algo. Argumenta-se que o conhecimento ocorre a cada dia, através das práticas; assim, aprender, conhecer, inovar e transformar são vistos de forma conjunta. A competência em saber é distribuída ao grupo através das práticas coletivas, dando espaço para a aprendizagem (GHERARDI, 2009a, 2009b; 2011).

Compreende-se assim, a “prática como um modo, relativamente estável no tempo e socialmente reconhecido, de ordenar itens heterogêneos em um conjunto coerente” (GHERARDI, 2006, p. 34). Aliado a isso, Gherardi (2006) apresenta alguns elementos da prática:

(a) o aspecto qualitativo e holístico de uma prática, que responde à questão de como um conjunto de atividades possui sentido e é reconhecido, o foco está no contexto dentro da atividade, isto é, saber como determinada organização trabalha;

(b) a relação com a temporalidade, está direcionada a lógica de que as práticas precisam ser repetidas para tornarem-se modos habituais, não como algo mecânico, mas uma reprodução do mundo que pode ser modificada a cada nova prática, como um processo aberto;

(c) ser socialmente reconhecida, ou seja, as práticas precisam partir de certas normas, serem institucionalizadas e sustentadas. Assim, através do julgamento normativo os indivíduos negociam a melhor forma de reproduzir as práticas, as quais se repetem e geram experiências tanto individual quanto coletivamente; e

(d) ser um modo de ordenar o mundo, que trata de uma rede de práticas interconectadas mesmo quando dispersas, as quais envolvem tanto aspectos humanos, quanto não humanos – objetos, tecnologias.

Isto posto, Antonello e Godoy (2011, p. 36) afirmam que, “toda a atividade na vida dos indivíduos é uma oportunidade para aprendizagem e que a aprendizagem em situações causais é tão importante quanto experiências de aprendizagem formais”. Nesta lógica, Gherardi (2009a, 2009b; 2011) alega que, o ambiente de trabalho é o espaço de produção e reprodução contínua de conhecimento através de práticas coletivas, pois se trata da aprendizagem em nível coletivo, que emerge das interações.

2.1.2.1 Knowing in practice

De acordo com Gherardi (2006), o conhecimento é negociado por meio de palavras, ações, situações e objetos (artefatos), sendo construído socialmente tanto no ambiente

organizacional, quanto no dia a dia. Neste escopo, o aprendizado advém dos indivíduos, o qual é estruturado e reconstruído ao longo do tempo, sendo entendido enquanto um processo temporário, que é aprimorado com o aperfeiçoamento das práticas (GHERARDI, 2013). Avila (2013), Avila e Antonello (2016) e Azevedo (2012) advogam que, seguindo a ideia do *knowing*, o aprendizado está enraizado através das práticas diárias, as quais são um processo emergente, dinâmico, relacional e contínuo.

Neste viés, o saber nas organizações é entendido como algo contínuo e mutável, dado ser um processo aberto e temporário, e assim, conseqüentemente, afeta a organização. Por isso, entende-se a organização enquanto *organizing* (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003), ou seja, ordenamentos de práticas de organizar que formam a realidade social, visto que, o *organizing* é o processo de construção e reconstrução dessa ‘ordem’, as conexões entre ações (CZARNIAWSKA, 2010). Nicolini (2009) reforça ainda, que as práticas desenvolvidas são envolvidas por interesses diversos, o que faz com que se fragmentem e obtenham interpretações diferentes. “Isso, por sua vez, torna todas as práticas necessariamente provisórias e em constante mudança” (NICOLINI, 2009, p. 1393).

Sobre isso, Gherardi (2012a) pontua que as práticas desenvolvidas nas organizações estão em constante construção, posto que, o aprendizado é contínuo, coletivo e decorre das relações sociais. As práticas cotidianas são conjuntos de ações construídas e reconstruídas (GHERARDI, 2011, 2012a), uma vez que se busca entender o real sentido destas (GHERARDI, 2012a). Assim, as práticas estão organizadas em uma textura formada por uma rede complexa que não é definitiva, pois está em movimento. Assume a natureza de um rizoma, não tem começo nem fim, são processos de trocas contínuas, que se conectam, multiplicando-se (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Tais conexões e ramificações seguem do indivíduo à sociedade, não assumindo uma relação de ‘hierarquia’ (BARNES, 2005; GHERARDI, 2011, 2012a).

Diante disso, Nicolini (2009) advoga em seu estudo que para estudar as práticas de forma que não as reduza, é preciso primeiro ampliar/aproximar (*zoom in*), para depois afastar (*zoom out*), sem destacar nenhum em detrimento do outro. De acordo com o autor, é preciso realizar “um duplo movimento de *zoom in* e *zoom out* da prática obtido pela troca de lentes teóricas e seguindo, ou afastando, as conexões entre as práticas” (NICOLINI, 2009, p. 1392). Através do *zoom in* é possível observar de fato como ocorre a prática, como os envolvidos praticam, os significados, responsabilidades e regras. Por outro lado, o *zoom out* possibilita identificar as relações entre as práticas, observando sob outro olhar o grupo. É preciso então, trocar as lentes, certo momento utiliza-se o *zoom in*, e em outro o *zoom out*, tendo uma visão

tanto de dentro quanto de fora da unidade analisada (NICOLINI, 2009). O autor supracitado ainda reflete que:

podemos mudar as lentes teóricas e nos concentrar no fato de que realizar uma prática nunca é um processo separado, e essa prática é organizada por um conjunto de preocupações práticas observáveis e reportáveis. Em ambos os casos, o *zoom* não é obtido colocando a prática sob o microscópio. Em vez disso, o *zoom* consiste em usar a teoria para trazer à tona certos aspectos enquanto empurra os outros para o segundo plano (NICOLINI, 2009, p. 1402).

Dessa forma, na lente do *zoom in* considera-se os fazeres e dizeres, a ordem interacional, o tempo, os movimentos corporais, os artefatos, as preocupações práticas, a tensão entre criatividade e normatividade, e os processos de legitimação e estabilização. Já no *zoom out*, o interesse reside nas conexões entre as atividades, como tais conexões formam nexos e quais são seus efeitos (NICOLINI, 2009). A seguir desenvolveu-se o Quadro 3, a fim de explicar cada elemento que compõe o *zoom in* e *zoom out*.

Quadro 3 – Elementos de análise das práticas por meio do *zoom in* e *zoom out*

(continua)

<i>Zoom in</i>	Descrição
Fazeres e dizeres	As práticas são um conjunto de fazeres e dizeres que possuem diversas ferramentas e recursos mediadores. É possível entender a prática, baseada em práticas discursivas e não discursivas, isto é, como ocorrem de fato, considerando as regras, descrições formais, narrativas, tecnologias e outros artefatos; além de cada detalhe que constitui a prática, não somente como ela deveria ser realizada, mas como é produzida.
Ordem interacional	Busca entender como as práticas possuem uma ordem, como as regras são seguidas, negociadas, resistidas, e quais interesses coletivos são sustentados. De que modo é organizada a informalidade, em meio a formalidade das práticas.
Tempo	A maneira que os fazeres e dizeres se distribuem ao longo do tempo, os quais, mesmo que sejam repetidos, possuem fragmentos diferenciados por cada praticante.
Movimentos corporais	O movimento corporal se mistura ao discurso, dando sentido visível a prática, através de emoções, da mente e do corpo.
Artefatos	Entendidos como mediadores, pois moldam as práticas. Assim, a cada espaço em que são utilizados podem gerar um resultado. Em casos em que os indivíduos são novatos, podem servir como um guia para a realização das práticas.
Preocupações práticas	O sentido da prática, a questão moral, o que levam as práticas a serem desenvolvidas de determinado modo. A prática está subjacente, porque está no vocabulário, o qual sendo discutido, explicado, justificado ou prescritivo, faz emergir seu sentido. O que precisa ser feito é obtido através do coletivo, em que as preocupações práticas indicam o que faz sentido. É como um padrão de conduta em que se considera o coletivo, ser um 'ser social'.
Tensão entre criatividade e normatividade	Repertório e o léxico, ou seja, o conteúdo e a responsabilidade, o que pode ser feito e o que não pode, descartando o que não pertence a prática. Cada prática é única, está em evolução, pois cada indivíduo a desenvolve de um modo. Contudo, a criatividade de cada prática é limitada a responsabilidade de aceitar os limites que elas possuem. Existe tensão entre o impulso de desenvolver a prática do seu modo e, ao mesmo tempo, não extrapolar os limites existentes.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Nicolini (2009).

Quadro 3 – Elementos de análise das práticas por meio do *zoom in* e *zoom out*

(conclusão)

<i>Zoom in</i>	Descrição
Processos de legitimação e estabilização	O não reconhecimento de uma prática ocorre por não se ter conhecimento do que ela é, e por não se concordar em como é praticada, o modo que é desenvolvida. Assim, uma prática não reconhecida não pode ser uma prática social, pois o social é o que a sustenta, dando a ideia de institucionalização ou não. Ao mesmo tempo, uma prática é contínua e temporária, logo, possui durabilidade e permanência, o que encadeia aprendizagem, mediação, outras pessoas e práticas. A maneira de realizar uma prática precisa ser aprendida, e sua durabilidade advém de ferramentas e recursos mediadores. Além disso, as práticas se tornam duráveis através do compartilhamento de habilidades similares e preocupações responsáveis de outros praticantes; bem como o sentido de que a prática gera um efeito de recurso para a realização de outra.
<i>Zoom out</i>	Descrição
Conexões entre as atividades, como tais conexões formam nexos e quais são seus efeitos	As práticas estão sempre ligadas com outras práticas e pessoas. Ao mesmo tempo, as práticas fazem o inverso, isto é, contribuem para as pessoas e práticas. São realizadas através de relacionamentos e associações que formam umnexo de práticas, que são então, a textura de diversas práticas interligadas. As práticas são mantidas através de humanos e não humanos, por exemplo, documentos e planilhas, dão coordenação as práticas, as quais são realizadas quando estiverem alinhadas a tais ferramentas. As práticas são entendidas enquanto redes de rizomas, em que estão conectadas com outras e se estendem no tempo e no espaço. É preciso comparar como as práticas são desenvolvidas em diferentes ambientes, identificar seus efeitos, os quais podem ser globais quando se considera práticas com praticantes de outros lugares. Assim, a disseminação de uma nova prática pode impor mudanças, negociações e conflitos em uma textura de práticas já institucionalizadas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Nicolini (2009).

Entende-se assim, que o *zoom in* e *zoom out* demonstram a construção das práticas, as quais são rodeadas e indissociadas de outras diversas práticas. De acordo com Gherardi (2012b), as práticas são apoiadas por outras, daí a ideia de uma textura de práticas, posto que, estão interconectadas. O pressuposto que consiste em torno da textura de práticas reflete ao pensamento de que uma simples prática não pode ser vista como algo individual, mas como uma prática social, que é ancorada por outras práticas mesmo distantes. Por exemplo, o simples ato de costurar não envolve somente um tecido, uma agulha e uma linha, mas o que se entende por costurar, como as outras pessoas costuram, qual o resultado esperado, quanto irá se cobrar pelo serviço, se os materiais são de qualidade, entre outros aspectos.

Percebe-se uma textura de práticas, isto é, diversas práticas que mesmo distantes podem influenciar a que se realiza (GHERARDI, 2006, 2012b). Aliado a isso, Gherardi (2006, p. 47) aponta que, “surge um campo de práticas na textura entrelaçada que conecta as práticas entre si e que esta textura é mantida unida por um certo número de práticas que fornecem ancoragem para os outros”.

Em meio a isso, o caráter dinâmico da textura de práticas é dado pelo *knowing*, o qual trata o pensar, saber e fazer ao mesmo tempo, o que gera a natureza de constante transformação

das práticas que estão em interação (GHERARDI, 2011). O *knowing* é algo que está sendo reconstruindo a todo tempo, instável, não se sabe o início nem o fim, é um verbo voltado à ação, fazer e prática; todo o saber é fazer, e todo fazer é saber (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). De acordo com Nicolini, Gherardi e Yanow (2003), a prática torna-se então, o ponto principal para a compreensão do conhecimento. Nesta mesma linha, Avila (2013, p. 17) reflete que:

a expressão *knowing* indica, ao invés de uma coisa ou uma propriedade estática, a capacidade de agir, o *knowing-in-practice* é a nossa ação, o nosso saber/conhecer sendo colocado em prática, se revela e se constitui em uma ação conhecedora através de uma intervenção proposital, é situado na prática, no sentido de que só se torna significativo em relação com uma prática social distinta.

Portanto, o *knowing*, voltado ao conhecer, está vinculado ao ‘*doing*’, ou seja, ao fazer. Gallon et al. (2016) inferem que, para realizar qualquer prática é preciso ter algum conhecimento, o qual é aprimorado e modificado a cada nova prática. O conhecimento é exposto, ou seja, transmitido, através das práticas. O saber e o fazer não podem ser vistos de forma separada, dado que, “a aprendizagem ocorre na interação social e não pode ser restringida a uma atividade cognitiva” (GALLON et al., 2016, p. 100).

Neste escopo, a organização é compreendida enquanto uma composição de texturas de práticas, ou seja, um conjunto de práticas que se modificam constantemente, a cada atividade (GHERARDI, 2009a). Bispo (2013a, p. 149) complementa que “a textura não se trata de um espaço geográfico definido ou mesmo sinônimo de uma instituição, mas é onde se constroem as organizações que emergem das práticas de um grupo”.

Gherardi (2012b) advoga ainda, que a textura da organização é um espaço imaginário, composto por uma diversidade de indivíduos com ideias, projetos e emoções, que refletem em seu comportamento. Ao mesmo tempo, emergem questões políticas, negociações, conflitos e a socialização dos indivíduos, os quais realizam trocas considerando seus diversos modos de entender e realizar suas práticas. Assim, a autora supracitada reflete que, “a textura de um campo específico de práticas é moldada pelos processos de alinhamento de elementos materiais, semióticos e normativos dentro do campo e os modos de alinhamento são o efeito da conexão local em ação” (GHERARDI, 2012b, p. 160).

Visto isso, em relação ao *knowing in practice*, Nicolini (2011) indica alguns elementos importantes de análise, sendo: (a) as falas e as realizações, e o que é dito e feito durante a realização das práticas; (b) o ritmo e o tempo para que as práticas ocorram no momento correto; (c) o processo de mediação material; (d) o conhecimento prévio dos indivíduos acerca de como

organizam as práticas nas quais estão envolvidos, e como de fato realizam sua gestão para executá-las; (e) a corporalidade, pois o corpo é a fonte de conhecimento estético, e o conhecer através do corpo faz parte da cultura profissional; (f) saber o que é importante ao realizar uma prática, e ter responsabilidade ao desenvolvê-la; (g) as relações sociais entre indivíduos, uma vez que é por meio delas que o conhecimento é regulado; (h) as mudanças nas práticas ao longo do tempo.

Com base na articulação teórica desenvolvida, a seguir, no Quadro 4, são expostas algumas pesquisas empíricas relacionadas aos EBP e o *knowing in practice*, a fim de gerar melhor visualização da temática.

Quadro 4 – Contribuições empíricas de estudos baseados em prática

(continua)

Autores	Objetivo	Principais contribuições
AVILA; ANTONELLO (2016)	Identificar e compreender o <i>knowing-in-practice</i> de uma equipe de desenvolvedores de <i>software</i> a partir das práticas de trabalho.	O <i>knowing in practice</i> é compreendido através da análise e descrição do contexto, em que se pode observar suas particularidades, como regras, linguagens, artefatos, entre outros aspectos. Assim, é possível verificar de forma conjunta tais fatores, compreendendo como se dá o conhecimento. A flexibilidade e autogerenciamento de um grupo, em momentos de adversidades, pode se refletir em aprendizado que advém da prática. O <i>knowing</i> é temporário, pois é construído e reconstruído através da prática cotidiana.
GALLON et al. (2016)	Analisar as diferentes formas de aprendizagem que ocorrem durante a prática de um trabalho específico: a profissão de manicure, abrangendo também a de pedicure.	O aprendizado pode ser obtido não somente através de extenso período de estudos, como em universidades, mas por meio da própria experiência de cada indivíduo, desde que seja posto em prática continuamente. Uma atividade envolve diversos aspectos, os quais devem ser cautelosamente administrados e reorganizados, pois é através do constante aprimoramento que se aprende. As práticas podem ser tanto algo a ser ensinado, quanto a ser aprendido, isto é, se um novo indivíduo passa a trabalhar em determinado lugar, ele trará consigo suas experiências, e assim impactará nas práticas já desenvolvidas, bem como será impactado por estas.
GHERARDI (2012a)	Ilustrar como o <i>knowing in practice</i> profissional tem uma dimensão opaca que é explorada em termos de <i>docta ignorantia</i> , ou seja, um modo de conhecimento prático inconsistente de seus próprios princípios que acomoda uma gama completa de recursos socio materiais e formas interacionais de acordo com a lógica da prática em mãos.	A <i>docta ignorantia</i> refere-se ao conhecimento prático que os indivíduos possuem, mas desconhecem, isto é, se uma pessoa for questionada sobre como realiza uma tarefa, ela responderá somente alguns passos que utiliza para tal, mas não sua totalidade, por isso a inconsistência do que entendem sobre suas práticas. O <i>knowing in practice</i> é entendido não somente através do ‘que’ e ‘como’, mas do contexto que envolve e influencia a reprodução de uma prática.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 4 – Contribuições empíricas de estudos baseados em prática

(conclusão)

Autores	Objetivo	Principais contribuições
GHERARDI; RODESCHINI (2015)	Propomos uma abordagem baseada na prática para entender o cuidar como uma atividade situada e uma competência coletiva.	A questão de como cuidar, que no caso seria como desenvolver as práticas, pode ser aprimorado pelos seus praticantes através da análise de como realizam suas práticas e como poderiam vir a fazer. Além disso, como este tipo de trabalho não possui um conjunto de regras, a identificação de uma interconexão de diversas práticas pode ser percebida por meio da negociação e compreensão de modos de agir diariamente.
NICOLINI (2011)	Contribuir e fortalecer a visão baseada na prática, elaborando a relação entre prática e <i>knowing</i> usando o conceito de “site”.	O site é o <i>knowing</i> , o qual se manifesta na totalidade das diversas práticas interconectadas, as quais se traduzem em práticas discursivas, locais e artefatos. A prática e o conhecimento nunca são individuais, são uma multiplicidade coletiva. O aprendizado advém de ações, falas, corpo, artefatos, hábitos e preocupações, que compõe um indivíduo em uma organização.
OLIVEIRA; MOZZATO; COLET (2016)	Compreender o processo de aprendizagem (individual, grupal, organizacional e interorganizacional) dos trabalhadores de uma pequena farmácia sob a perspectiva da AO baseada em prática.	A aprendizagem coletiva emerge da interação entre o grupo e, em alguns casos, a falta de qualificação técnica não impede que os indivíduos desenvolvam suas atividades de forma satisfatória, o que emerge a questão do aprender através da própria prática. Além disso, buscar manter relações externas pode ser uma forma de obter maior aprendizado.
SAWITZKI; ANTONELLO (2014)	Compreender a aprendizagem de uma organização do terceiro setor a partir das práticas de trabalho dos membros do Projeto Vida Urgente No Palco, utilizando as lentes da perspectiva cultural.	A interação entre os indivíduos, informalidade, cooperação e improvisação, podem ser aspectos que favoreçam o aprendizado de um grupo. Uma pessoa pode aprender tanto com <i>experts</i> , sozinha, com os próprios erros, refletindo, entre outras formas. Assim, o aprendizado surge da troca, da vivência, sendo construído coletivamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Tendo em vista a discussão teórica desenvolvida a respeito da aprendizagem, com base em uma perspectiva sociológica - em que se entende o aprendizado enquanto uma construção coletiva, desenvolvida por práticas dos indivíduos, os quais possuem espaço para sua produção e reconstrução -, a seguir, é discutida a economia solidária, em que os empreendimentos são desenvolvidos sob formas diferenciadas, e os indivíduos tem espaço para aprender ao longo do tempo. Conforme De Faria (2017), busca-se espaço para uma sociedade do trabalho em que haja emancipação, a qual advém de um trabalho coletivo e independente, ou seja, que seja propício ao aprendizado.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A temática da economia solidária é ampla, envolvendo conceitos, movimentos e práticas relacionadas à organização coletiva do trabalho, possuindo raízes em seu debate devido a

impactos sociais e econômicos, isto é, ao desemprego e condições de trabalho precárias (ANDRADE et al., 2016; COELHO; GODOY, 2011; FLACH, 2011; PIROTTI; BITENCOURT; WEGNER, 2017; TORRES et al., 2015). De forma sintética, em virtude do capitalismo, determinada gama de indivíduos ficou excluído da sociedade, e viram na organização coletiva do trabalho uma oportunidade de se reinserirem no mercado (COELHO; GODOY, 2011) através da auto-organização, a fim de obterem direitos básicos de trabalho (PIROTTI; BITENCOURT; WEGNER, 2017). Benini e Benini (2015, p. 326) complementam que:

como mecanismo de defesa frente à exclusão, ao desemprego ou mesmo à desigualdade ou insuficiência de renda, trabalhadores buscam se organizar na forma de cooperativas populares, empresas de autogestão, fábricas recuperadas, associações de pequenos produtores, ou em uma só palavra, por meio de distintas maneiras de trabalho associado, em contraste direto com o trabalho assalariado, fruto da própria mercadorização da força de trabalho.

No Brasil, a economia solidária vem ganhando espaço, posto que, existe um número elevado de formação de empreendimentos sociais baseados na livre associação dos indivíduos (ALVES et al., 2016). Segundo Bastos e Araújo (2015), foi partir de 1990 que emergiram tais iniciativas solidárias. Diante disso, França-Filho (2007, p. 160) compreende que a economia solidária:

é construída por iniciativas de natureza associativa ou cooperativa que envolvem moradores que, num determinado contexto territorial, buscam a solução de problemas públicos concretos, relacionados à sua condição cotidiana de vida, através do fomento à criação de atividades socioeconômicas.

Consoante a isso, Torres et al. (2015) advogam que a economia solidária surge como um modelo econômico focado no humano, que busca por meio do trabalho cooperado resgatar a autonomia do indivíduo, com base na autogestão e divisão coletiva dos resultados. Trata-se da união de atividades que favorecem a igualdade dos indivíduos envolvidos, promovendo compromisso coletivo, através de modos de gestão diversificados (SILVA, 2017).

Silva, Lemes e Thesing (2015, p. 218) também fazem contribuições, relatando que a economia solidária “é construída por caminhos sem explorar os seus semelhantes, sem querer levar vantagem em tudo, sem agredir e destruir a natureza, mas sim trabalhando as organizações coletivas e autogestionárias, planejando o bem comum de todos os integrantes do empreendimento”. Andrade et al. (2016) corroboram e acrescentam que, a economia solidária é uma resposta à crise do desemprego, dado que, os indivíduos passaram a agir de modo

autônomo, desenvolvendo um movimento democrático e de igualdade. São atividades econômicas direcionadas a distribuição, produção, entre outras formas coletivas e autogestionárias de gestão.

Torres et al. (2015, p. 118) complementam que a economia solidária é “uma nova forma de trabalhar, que se contrapõe aos valores do sistema hegemônico, especialmente à competitividade e ao individualismo; seu enfoque está em uma lógica ‘inclusiva’ e no bem coletivo”. Aliado a isso, torna-se relevante o argumento de França-Filho (2007), em que o autor destaca a dificuldade do sustento de iniciativas de economia solidária em um ambiente de mercado competitivo e fortalecido, em contrapartida a empreendimentos baseados na livre associação de indivíduos, os quais buscam desenvolver ações de base coletiva, não pautadas no fim individual. Neste sentido, Alves et al. (2016) refletem que a cooperação, igualdade e solidariedade são uma das principais características da economia solidária, a qual oferece algumas formas de economia alternativa, como o Cooperativismo, os Clubes de Trocas, os LETS, as Empresas Autogestionárias, e o Comércio Justo.

Dessa forma, organizações voltadas à reciclagem têm surgido no segmento de empreendimentos sociais baseados na economia solidária e nos princípios da autogestão, os quais, ao mesmo tempo em que promovem emancipação e inclusão de indivíduos normalmente excluídos da sociedade e em situação de vulnerabilidade social, contribuem positivamente com o meio ambiente (SILVA, 2017; VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015). Segundo Virgolin, Silva e Araújo (2015), a reciclagem ganhou força por volta dos anos 90, em detrimento de ações e políticas direcionadas a gestão correta dos resíduos. A profissão de reciclador passou então, a ser mais conhecida e reconhecida, o que despertou interesse na criação de associações e cooperativas de reciclagem, voltadas ao trabalho coletivo. Tal argumento pode ser reforçado com base no seguinte trecho:

Com a globalização e o consumo desenfreado, a produção de resíduos aumentou consideravelmente. Algumas pessoas perceberam que estes poderiam ser uma fonte de renda e começaram a coletar de maneira individual, aos poucos outros foram percebendo que naqueles resíduos existia uma nova perspectiva de sustento. Com o tempo, essas pessoas começaram a se organizar em grupos, fazendo nascer as associações e cooperativas (TRINDADE; SILVA, 2015, p. 128).

De modo geral, segundo Fortuna e Foschiera (2015), o processo de reciclagem se divide em fases, sendo a coleta seletiva, triagem e classificação e, por fim, a comercialização. Silva (2017) aponta que a reciclagem é um conjunto de processos que visam a reintrodução de produtos recicláveis, para que se transformem em insumos produtivos, o que é feito pelos

recicladores. Em outros termos, tais indivíduos modificam o que era sem utilidade – lixo, em uma coisa que tem proveito, uma mercadoria. Trata-se da logística reversa dos produtos, a reutilização destes, bem como a destinação correta em vista de um ambiente melhor (SILVA, 2017; SOUZA; PAULA; DE SOUZA-PINTO, 2012).

De acordo com o exposto, “os resíduos que estão no lixo se transformaram numa opção para gerar renda e trabalho para um verdadeiro exército catadores, cujo trabalho, nos últimos tempos, vem carregando o signo da ecologia e da nova cidadania” (SILVA, 2015, p. 142). Os recicladores normalmente trabalham em condições de risco, e por terem contato direto com o lixo, algo tão rejeitado pela população em geral, sofrem preconceito, além de a renda obtida satisfazer somente as necessidades básicas (CAMARDELO; OLIVEIRA; STEDILE, 2015). Camardelo, Oliveira e Stedile (2015, p. 169) complementam ainda, que “é a condição de destituição, de vulnerabilidade social, que o coloca na situação de catador, seja pelas condições extremamente precárias e destrutivas, seja pelo próprio manuseio daquilo que ninguém quer: o ‘lixo’”.

À vista disso, em virtude da constante crise econômica, do desemprego e das modificações contínuas no mercado, modos de reação foram sendo desenvolvidos e se fortalecendo, como as organizações voltadas aos princípios da autogestão (ASSIS et al., 2015; PINHEIRO; PAULA, 2016), podendo serem voltadas a associações de reciclagem; as quais entende-se enquanto EBCs (PEREDO, 2003; PEREDO; CHRISMAN, 2006). Visto isso, por meio de tais iniciativas, os indivíduos que se encontram em condições quase insuficientes para viver, observaram uma solução para conseguirem gerar trabalho e renda. São empreendimentos econômicos e sociais, em prol do desenvolvimento de relações solidárias (PEREDO, 2003; PEREDO; CHRISMAN, 2006).

Segundo Valchovska e Watts (2016, p. 2), as EBCs “se tornaram predominantes nos países em desenvolvimento, sendo incentivadas por governos e organizações doadoras como mecanismos eficazes para o desenvolvimento econômico”. Assim, é uma empresa baseada em normas sociais, confiança entre os envolvidos e integração à eventos sociais, a fim de obter maior visibilidade perante a sociedade.

Sarreal (2013) entende as EBCs enquanto organizações sociais que desenvolvem iniciativas a nível local, principalmente devido ao desemprego e falta de oportunidades de trabalho, as quais podem ser de curto ou longo prazo, promovendo o desenvolvimento tanto de indivíduos, quanto relacionado à questões sustentáveis; mas, além disso, promovendo o desenvolvimento local que atinja a comunidade como um todo. Tais iniciativas, segundo a

autora, podem ser desenvolvidas tanto pelo governo, como por entidades privadas, provocando maior empoderamento e capacidade por parte dos envolvidos (SARREAL, 2013).

Neste viés, Pedrozo e Silva (1999) argumentam sobre organizações compreendidas como associações e cooperativas, as quais são instituídas pelos princípios da participação, autogestão e colaboração entre os indivíduos. Tais empreendimentos solidários são EBCs, as quais movimentam o mercado, realizam ações em prol do meio ambiente, bem como oferecem uma realidade promissora a indivíduos que se encontram em situação de carência (PEDROZO; SILVA, 1999; PEREDO, 2003; PEREDO; CHRISMAN, 2006).

Peredo e Chrisman (2006) ressaltam que as EBCs podem ser compreendidas enquanto uma estratégia de cunho sustentável e social, que integra aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos da comunidade. Quando voltadas a espaços de reciclagem, são compostas por um conjunto de indivíduos heterogêneos, os quais tanto podem iniciar trabalhando no empreendimento desde jovens, quanto podem estar desempregados e encontrarem uma solução para se reinserirem; posto que, em meio a diversidade, lutam por um objetivo em comum, através do bem coletivo (SILVA, 2017). À vista disso, na subseção a seguir é discutido a respeito de PDS, os quais amparam EBCs, sendo uma alternativa de suporte as mesmas, proporcionando espaço para crescimento e aprendizagem dos indivíduos.

2.3 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO ESPAÇO PARA APRENDIZAGEM COLETIVA

O conceito de desenvolvimento trata da união voluntária de diversos indivíduos (DE SARDAN, 1995, 2005), os quais, em conjunto, criam processos com o intuito de modificar a sociedade, pois possuem um objetivo em comum, que é transformar determinada predeterminação oferecida pelo contexto em que vivem (DE SARDAN, 1995, 2005; SARTRE; BERDOULAY, 2005). É a promoção de mudança criada ou modificada pela coletividade, em vista de resultados positivos, dado que, o desenvolvimento, por si, só existe na medida em que isto ocorre (CONTERATO; FILLIPI, 2009). Conforme Buarque (1999), o desenvolvimento local deve ser direcionado a empreendimentos estabelecidos pela coletividade, os quais busquem melhorar a qualidade de vida em detrimento do contexto vivido. O autor supracitado destaca que, “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo” (BUARQUE, 1999, p. 10).

Por outro lado, sobre desenvolvimento social entende-se “desenvolvimento não-desigual, isto é, desenvolvimento com redução de desigualdades, com inclusão social”

(VIDAL; BRANCO, 2004, p. 406). Assim, para alcançar seu objetivo, é preciso ter planejamento e atividades bem definidas, bem como ser reconhecido na sociedade, em vista de apresentar a evolução desejada (VIDAL; BRANCO, 2004).

Dessa forma, o desenvolvimento social ocorre quando surge uma oportunidade para que os indivíduos que se encontram em condições de carência consigam se reerguer, gerando trabalho e renda, isto é, quando há um progresso parcial, e não somente de determinada parcela da sociedade (VIDAL; BRANCO, 2004). Uma forma de oferecer tal oportunidade pode ser entendida como um PDS. Neste estudo, a lógica para a compreensão dos PDS será a da socioantropologia do desenvolvimento, sob a ótica de De Sardan (1995, 2005).

De acordo com De Sardan (1988, 2005), os PDS são eventos sociais, os quais, independentemente do tipo do desenvolvimento, rotulado como bom ou não, isto é, que reflita sucesso ou fracasso, merecem ser estudados com cautela, dado que, refletem a realidade social de determinados indivíduos. O projeto em si, por ser uma organização, é uma estrutura específica de ação coletiva (CAMPOS, 2015). Neste escopo, o desenvolvimento é entendido como um fenômeno social, que envolve um conjunto de indivíduos sociais e grupos de indivíduos, tanto no lado dos ‘desenvolvedores’ quanto no dos que devem ser ‘desenvolvidos’, ou seja, do *developee* e do *developeer* (DE SARDAN, 1988, 2005).

Assim, entende-se que os PDS se apresentam enquanto um conjunto heterogêneo de indivíduos que se unem em vista de um fim comum (DE SARDAN, 1988). Segundo Carneiro (2012) e De Sardan (2005), devido às diversas particularidades que cada indivíduo possui, o cruzamento das realidades normalmente gera características próprias de cada projeto, até mesmo diferentes das desenvolvidas no início deste. Dessa forma, dentro de tais projetos existem interações, negociações entre os indivíduos, bem como compromisso entre estes (DE SARDAN, 2005). Trata-se da união, do conjunto de atividades sociais complexas orientadas aos desenvolvedores ou aos desenvolvidos (DE SARDAN, 2005; BARRETO; DE PAULA, 2014).

Tais projetos são formados por três grupos de indivíduos: desenvolvedores, agentes de desenvolvimento e desenvolvidos. Por desenvolvedores compreendem-se os agentes privados envolvidos no projeto (DE SARDAN, 1988). Por outro lado, existem os agentes de desenvolvimento, os quais são os intermediários dos processos, ficam entre os desenvolvedores e os desenvolvidos, e sua tarefa é fazer a intersecção entre estes, trazendo o conhecimento de um modo não totalmente formal nem informal, mas que atinja a realidade dos envolvidos, promovendo seu crescimento (DE SARDAN, 1988). Por último, os desenvolvidos são os indivíduos que fazem parte do projeto de forma direta, ou seja, os indivíduos que dão vida ao

projeto, o compoendo (DE SARDAN, 1988).

Aliado a isso, De Sardan (2005) advoga que, sob a lógica da socioantropologia do desenvolvimento, as práticas e representações dos indivíduos são de grande relevância. Busca-se a ligação entre a sociologia e a antropologia, em vista de se compreender fenômenos sociais considerando suas heterogeneidades e complexidades, os quais são dotados de uma gama de práticas, nas quais se almeja compreender a real ligação entre os desenvolvedores, os agentes de desenvolvimento, e os desenvolvidos. Em outros termos, como realmente se da tal ligação, não somente como se afirma acontecer (DE SARDAN, 1995, 2005).

Neste sentido, Carneiro (2012) alega que, a socioantropologia do desenvolvimento possui foco no indivíduo e em suas ações, uma vez que suas interações possuem relevância para serem estudadas. Explorar seu contexto é compreender sua realidade social, identificando suas práticas. Entende-se tais PDS como um espaço para os indivíduos aprenderem e agirem de modo coletivo, pois se busca trabalhar o empoderamento e a emancipação dos indivíduos, mais precisamente os desenvolvidos (BARRETO; DE PAULA, 2014; CARNEIRO, 2012).

A socioantropologia do desenvolvimento trata então, da “análise *in loco* intensiva da dinâmica de reprodução/transformação de conjuntos sociais diversos, levando em consideração o comportamento dos atores e os significados que eles atribuem ao seu comportamento” (DE SARDAN, 2005, p. 27). Diante do exposto, destacam-se as EBCs, as quais se encontram amparadas pelos PDS, e caracterizam-se por valorizar o desenvolvimento local, bem como o conhecimento; pois propiciam aos indivíduos estruturas de gestão diferenciadas, flexíveis e horizontais, com elevado grau de autonomia aos trabalhadores, incentivo ao trabalho coletivo, bem como ideias de transformação social, se apresentando como propostas alternativas frente ao desemprego (FLACH, 2011).

Peredo e Chrisman (2006) fazem contribuições acerca da permanência de tais PDS, dado que, quando determinado projeto esgota seu orçamento, a população local normalmente perde o interesse de prosseguir-lo de forma autônoma. Para isso, atenta-se para a relevância da manutenção ao longo do tempo destas iniciativas locais, bem como o suporte para que estas consigam se emancipar e prosseguir seu desenvolvimento (PEREDO, 2003).

Neste viés, destaca-se a relevância das EBCs amparadas por projetos, posto que, são um meio alternativo de crescimento de determinada comunidade, em que se incentiva o trabalho coletivo, impactando na realidade dos indivíduos, a qual normalmente é de vulnerabilidade (PEREDO; CHRISMAN, 2006). Estes espaços sociais são um local propício para aprendizagem coletiva, visto que, os indivíduos têm autonomia para realizar suas atividades. Em meio a isso, condizente a realidade de tais empreendimentos sociais, parece razoável utilizar

a lógica dos EBP, em que saber, dizer e fazer (*knowing, doing, saying*) estão interconectados em um processo recursivo na prática cotidiana (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003; NICOLINI; MONTEIRO, 2017; SCHATZKI, 2005).

Diante disso, torna-se relevante fazer tal ligação com os PDS, os quais oferecem suporte às EBCs, que visam criar empreendimentos sociais com uma gestão diferenciada, em vista de que os indivíduos hajam de modo autônomo na realização de suas tarefas, bem como as desenvolvam em conjunto (PEREDO; CHRISMAN, 2006). Argumenta-se tal vinculação, devido os EBP compreenderem o conhecimento como algo que é modificado pelos indivíduos a cada dia, enquanto uma constante construção, e não algo em que os indivíduos precisam aprender de modo específico, como nas perspectivas cognitivas (ANTONELLO; GODOY, 2011; GHERARDI, 2006, 2011). Sawitzki (2012, p. 19) complementa ainda, que esta visão “coloca o aprendizado e o conhecimento no sujeito coletivo e não na mente dos indivíduos”. A seguir, foi desenvolvido o Quadro 5, a fim de demonstrar pesquisas que utilizaram a base teórica das EBCs e aprendizagem, enquanto proporcionadoras ou facilitadoras do desenvolvimento social.

Quadro 5 – Contribuições empíricas sobre EBC x aprendizagem x desenvolvimento local

(continua)

Autor	Objetivo	Entendimento de EBC	Principais resultados
CAMPOS (2015)	Analisar a construção de parcerias entre organizações não governamentais (ONGs) e Empresas para projetos de desenvolvimento social no setor da reciclagem, com base na teoria da atividade histórico-cultural.	Empreendimentos que estabelecem interações com ONGs, governos, entidades privadas, e visam o desenvolvimento local de determinada comunidade, sendo uma alternativa relevante ao passo que se trata de um PDS.	A parceria entre os diversos indivíduos no projeto coletivo ocasiona tensões e desafios de aprendizado. Contudo, através da iniciativa houveram ganhos econômicos e técnicos, ocasionando aumento marginal da renda.
COELHO; GODOY (2015)	Compreender o processo organizativo de um empreendimento solidário, focando a questão de aprendizagem neste tipo de organização.	Meios através do cooperativismo e economia solidária, como cooperativas de reciclagem, em vista de apresentar reação ao cenário da sociedade, marcado por desigualdade e exclusão social.	O próprio modo organizativo, diferente do capitalista, abre espaço para vivências sociais fortes, as quais são pautadas por interações, o que gera prosperidade e aprendizado ao empreendimento, ao passo que suas ações geram trabalho e renda. O aprendizado é entendido enquanto um processo e não um produto, pois é construído através de participação e reflexividade.
CROCCO (2018)	Entender o processo de aprendizagem e desenvolvimento organizacional e mudança (ODC) em um CBE em Mianmar como impactado pelo programa de certificação PYU-IRC para desenvolvimento organizacional.	Criação de um empreendimento social e sustentável em uma comunidade carente, em vista do bem comum.	Destacam a importância do planejamento e execução de programas que incentivem o aprendizado a longo tempo de organizações comunitárias.
DENTONI et al. (2017)	Explorar como as identidades coletivas de empresas baseadas na comunidade evoluíram ao longo do tempo.	Envolvem diversos indivíduos que agem coletivamente em uma empresa, a fim de responder a uma demanda social. São iniciativas que visam ganhos individuais e coletivos, com base na sustentabilidade.	Os indivíduos que compõe a EBC organizam a empresa por meio de formas específicas, as quais se preservam ou se dissolvem em curto prazo. O aprendizado se dá através da experimentação, e a permanência do grupo corresponde as crenças que possuem para que a comunidade siga unida. Contudo, mudanças na identidade coletiva podem afetar as crenças dos indivíduos.
PIROTTI; BITENCOURT; WEGNER (2017)	Identificar as principais práticas colaborativas utilizadas por uma rede formada por Empreendimentos de Economia Solidária de reciclagem, para a geração de ganhos coletivos.	Entendidas por meio da economia solidária, podendo ser cooperativas, associações ou mutualidades, em que os indivíduos agem de modo autogestionário, com base em ações sustentáveis, em vista de dignidade e melhores condições de vida.	A união de associações em rede pode proporcionar ganhos positivos em relação ao aprendizado, o que acarreta melhores formas de desenvolver o trabalho, bem como resultados superiores. Além disso, a rede gera maior poder de barganha sob os compradores, o que faz com que possuam maior empoderamento.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 5 – Contribuições empíricas sobre EBC x aprendizagem x desenvolvimento local

(conclusão)

Autor	Objetivo	Entendimento de EBC	Principais resultados
SANTOS; DELUIZ (2009)	Analisar as práticas de uma cooperativa de reciclagem de lixo situada na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, enfocando a organização e as relações de trabalho; os saberes produzidos nos processos de trabalho e as redes de ação coletiva estabelecidas com a comunidade.	Solução desenvolvida em resposta a desigualdade, gerada pelo avanço tecnológico e a reestruturação de mercados internacionais. São economias populares ou de trabalho que se expressam através da economia solidária, com base nos princípios de autogestão, em cooperativas e associações.	Estas formas trabalho geram não somente novas formas de obter renda, mas modos diferentes de se pensar as relações de trabalho, natureza e educação. Os resultados se dissolvem em aprendizado, cooperação, solidariedade em meio a busca pela produtividade, sem deixar de considerar os valores que mantém o grupo.
VERONESE (2016)	Comparar modelos e práticas de associativismo ao redor do mundo, trabalhando com diferentes lógicas, saberes e práticas sociais.	Tratam enquanto formas de cooperativas e associações de reciclagem, baseadas no associativismo, enquanto solução frente ao desemprego e exclusão social.	Por meio da inserção em cooperativas de reciclagem os indivíduos passam a ter maior visibilidade social, bem como reconhecimento e melhores condições de trabalho. Os saberes emergem não só nas questões de autogestão do grupo, mas no seu relacionamento como um todo, em que a base se dá através do respeito, cooperação e visão coletiva do grupo, o que gera crescimento.
VORLEY; WILLIAMS (2015)	Analisar a implementação do aprendizado empresarial baseado na comunidade em Rotherham (Reino Unido) e examinar as experiências de desenvolvimento de aprendizado empresarial baseado na comunidade e os desafios da criação de um modelo sustentável.	Entendem enquanto empreendedorismo, o qual fomenta o desenvolvimento econômico, como aumento de empregos e inovação, através de pequenas e médias empresas.	Através da criação de uma comunidade de prática eficaz, com liderança distribuída, é possível co-produzir o aprendizado empresarial baseado na comunidade. O empreendedorismo desempenha papel importante na mediação de um melhor futuro social e econômico, transformando vidas através da empresa.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Percebe-se, com base nos estudos, que o aprendizado em EBCs requer o envolvimento do grupo, em que o resultado se dá a longo prazo, dado que, normalmente, as comunidades se desenvolvem ao longo do tempo, ou seja, o desenvolvimento local gerado é resultado do esforço de todos os envolvidos. Nesta linha de pensamento, Peredo e Chrisman (2006, p. 324) advogam que as “empresas de base comunitária aparecem caracteristicamente em um ambiente de estresse econômico, e se baseiam nas tradições de ação coletiva de suas comunidades”. Entende-se assim, que tais empreendimentos são de grande relevância, visto que, podem gerar uma nova realidade aos indivíduos, através da coletividade.

À vista disso, parte-se de uma lógica em que os indivíduos, participantes de tais EBCs não pensam apenas em si, mas no bem do próximo; pois, conforme Ostrom (2000) defende, os indivíduos pensam no coletivo e não somente no individual. Consoante a isso, sobre práticas coletivas compartilhadas, Barnes (2005) reflete que os indivíduos não são egoístas, possuem sensibilidade e interação, compartilhando práticas. “Tais seres humanos não podem ser entendidos como indivíduos independentes calculistas; eles se revelaram em sua prática como agentes sociais tão profundamente interdependentes e mutuamente suscetíveis” (BARNES, 2005, p. 34). Bem como ressalta Gherardi (2012b, p. 3), “um conjunto de atividades em prática requer trabalho individual e coletivo; e a participação competente em uma prática é alcançada pela manutenção de uma orientação comum”.

Seguindo esta linha de pensamento, Pereira, Mendes e Moraes (2017) e Borba e Semiotti (2009) complementam que, o trabalho coletivo possui relevância no relacionamento dos indivíduos em uma organização, devido a ligação entre as atividades que são desempenhadas, as quais, mesmo individuais, possuem em algum momento um fim coletivo. Dessa forma, a questão da cooperação, troca de informações, e ainda, “o compartilhamento de saberes e valores com os pares e o coletivo levam à construção de conhecimentos e normas sobre o trabalho” (PEREIRA; MENDES; MORAES, 2017, p. 36).

Compreende-se assim, o trabalho coletivo enquanto uma forma de diminuir a pressão existente em espaços organizacionais, dado que, se preza pelo grupo que afeta e é afetado pela organização, isto é, visa-se o coletivo (PEREIRA; MENDES; MORAES, 2017). Scherer, Pires e Schwartz (2009, p. 723) advogam que, “é pela análise do micro da atividade que se pode identificar as trocas e as ações que tecem a rede relacional do trabalho coletivo”. Dessa forma, no presente estudo, entende-se que o trabalho coletivo se faz presente por meio de dois aspectos: ação coletiva e autogestão, os quais serão abordados em seguida.

2.3.1 Ação Coletiva

Existem duas vertentes diferenciadas em relação à ação coletiva, uma é a perspectiva de Olson (1965), o qual vê tais ações como meios em que os indivíduos participam não por desejarem o bem comum, mas porque possuem objetivos que só podem ser obtidos em conjunto. E outra, em que Ostrom (2000) argumenta que tal visão é egoísta, apontando que o estudo de Olson (1965) gerou ‘contribuição zero’, dado que, na sua percepção, os indivíduos agem conjuntamente em prol do bem comum, e não são egoístas como afirmado pelo autor.

Entende-se que os indivíduos estão dispostos a ajudar o próximo, porém, alguns apresentam maior disposição do que outros, mas isso não significa que somente hajam de forma coletiva em busca de objetivos individuais (OSTROM, 2000). A autora faz contribuições acerca da importância das ações coletivas dos indivíduos, destacando em seu estudo que existe certo aumento na frequência e na diversidade deste tipo de ações na economia moderna. Ela busca fortalecer que há representações de que sua crítica à Olson (1965) - o qual possui uma visão ‘negativa’ a respeito das ações coletivas - possui representações positivas, ou seja, o interesse próprio não é o único foco do desenvolvimento de ações coletivas, mas o bem comum. Neste contexto, Ostrom (2000) menciona sobre os indivíduos almejarem o bem comum, destacando que:

Afinal, muitas pessoas votam, não enganam seus impostos e contribuem com esforços para associações voluntárias. Um extenso trabalho de campo já estabeleceu que os indivíduos em todos os setores da vida e em todas as partes do mundo se organizam voluntariamente para ganhar os benefícios do comércio, proporcionar proteção mútua contra riscos e criar e aplicar regras que protegem os recursos naturais (OSTROM, 2000, p. 139).

Schmitz, Mota e Sousa (2017) corroboram com tal argumento, e complementam que a ação coletiva decorre de um interesse individual, que possui uma motivação coletiva, baseada em reciprocidade. Trata-se de um esforço de um conjunto de pessoas para alcançar algo em comum, em que a cooperação emerge enquanto ponto relevante, bem como a voluntariedade, pois só se pode haver ação coletiva, quando esta for desenvolvida de forma espontânea (BARNAUD et al., 2018; SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017).

Ostrom (2007) advoga sobre a teoria da ação coletiva, a qual trata dos dilemas sociais dos indivíduos, em que se busca demonstrar que ao invés destes agirem pensando somente em seu próprio bem, através da racionalidade individual, o resultado ótimo deve provir de ações coletivas, como considerar o grupo ao tomar decisões. A autora reflete sobre alcançar objetivos

individualmente ou coletivamente, afirmando que “tais situações são dilemas porque pelo menos um resultado produz rendimentos mais altos para todos os participantes, mas os participantes racionais que fazem escolhas independentes estão previstos para não conseguir esse resultado” (OSTROM, 2007, p. 1).

A partir disso, Ostrom (2007) aponta algumas variáveis que podem afetar positiva ou negativamente as ações coletivas dos indivíduos, isto é, a cooperação em tais grupos. Os fatores compreendem ações em que a repetição não necessariamente impacta, como: o número de indivíduos, a divisão dos benefícios, a heterogeneidade dos participantes, a comunicação face a face, e a função de produção. Por outro lado, ações em que a repetição afeta são: a presença de ações passadas, como se dá a ligação dos indivíduos, e a entrada e saída voluntária. Ainda, a reputação, confiança e reciprocidade são apontadas como variáveis individuais que podem fortalecer ou prejudicar a cooperação.

Compreende-se assim, que as ações coletivas são a união de um ou mais indivíduos (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017; WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016), os quais buscam meios em coletivo para alcançar algum objetivo, posto que, em conjunto podem obter maior vantagem e atingirem seu propósito em menor tempo (WENNINGKAMP et al., 2017). Tais ações podem ser realizadas de modo formal ou informal, através de um acordo entre os indivíduos que compartilham recursos, bem como planejam juntos (WENNINGKAMP et al., 2017). De acordo com Barnaud et al. (2018), tais modos de conduzir a ação coletiva fazem emergir valores de emancipação, como equidade e justiça social.

Visto isso, as formas de atividade coletiva podem ser através de parcerias, cooperativas, associações, alianças e sindicatos (WENNINGKAMP et al., 2017), ou ainda, associações de bairros e instituições de caridade (OSTROM, 2007). Tais coletivos normalmente caracterizam-se pelas decisões serem tomadas de forma conjunta (BARNAUD et al., 2018), a divisão dos recursos, e os objetivos serem mais facilmente atingidos por meio da coletividade (WENNINGKAMP et al., 2017). Neste viés, Wenningkamp e Schmidt (2016, p. 337) alegam que algumas das contribuições das ações coletivas residem no pressuposto de que “a partir da mudança do pensamento individual para o coletivo, um dos ganhos mais evidentes é o maior desenvolvimento local e regional”. Em meio a isso, a solidariedade, a confiança entre os indivíduos, e os valores relacionados a considerar-se membro da sociedade e não somente almejar pelo bem comum, tornam-se pontos relevantes a se destacar (WENNINGKAMP; SCHMIDT, 2016).

2.3.2 Autogestão

A autogestão é um dos princípios da economia solidária (ALVES et al., 2016), voltada a relações democráticas, em que os indivíduos são parte do processo produtivo, envolvendo-se em todas as atividades (VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015). O empreendimento surge devido à iniciativa de trabalhadores que se unem, ou seja, se associam para criar uma empresa que será gerida por eles. Torna-se então, uma oportunidade para trabalhadores desenvolverem associações com princípios de relações solidárias, democráticas e justas (PINHEIRO; PAULA, 2016), dado que, todos os membros participam da gestão e dividem os resultados de forma igualitária (ANTEAG, 2005).

Na linha da autogestão não se visa somente os processos administrativos de um grupo, mas todos os aspectos organizacionais e as relações dos indivíduos (TORRES et al., 2015; VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015). Assim, o trabalho coletivo tem ganhado destaque no novo formato organizacional que vem sendo construído, no qual a autogestão apresenta-se como uma nova forma de reinserção dos indivíduos, através de uma gestão flexível, sem centralização de poder (PINHEIRO; PAULA, 2016).

De acordo com Carvalho (2012, p. 50), “a essência dessa prática social está fundada na repartição do poder e do ganho, na união de esforços e no estabelecimento de um outro tipo de agir coletivo, que encontra na cooperação qualificada a implementação de um outro tipo de ação social.” Dessa forma, as organizações voltadas a autogestão visam o indivíduo e sua relação solidária com o grupo. Trata-se de uma construção e reconstrução contínua, a qual, de certo modo, não pode ter um conceito único, visto que, cada grupo que compõe tal organização possui suas particularidades, ou seja, seus modos de gestão, que são relativos aos valores deste (PINHEIRO; PAULA, 2016).

Flach (2011) destaca que tal empreendimento solidário apresenta estruturas hierárquicas flexíveis e horizontais, com elevado grau de autonomia do trabalhador, trabalho coletivo, ideias de transformação social, bem como propostas alternativas frente ao desemprego. Parte-se do princípio da divisão do trabalho, da informalidade, da participação igualitária de todos no processo de decisão, bem como a remuneração. Ou seja, normalmente, por meio de reuniões decidem os caminhos que seguirão, ou ainda, explanam sobre suas decisões individuais para o grupo, com base nos valores que a associação preza (PINHEIRO; PAULA, 2016).

Neste viés, as organizações baseadas nos princípios de autogestão, voltadas à reciclagem, são uma oportunidade a indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social,

pois podem gerar trabalho e renda através de relações solidárias (ASSIS et al., 2015; PINHEIRO; PAULA, 2016). Ao mesmo tempo, é uma resposta positiva ao meio ambiente, o qual, cada vez mais sofre devido ao acúmulo de resíduos (VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015). Seguindo esta linha de pensamento, Pinheiro e Paula (2016, p. 262), argumentam que “a possibilidade de contribuições da autogestão requer não apenas a construção de novas estruturas sociais, mas também a criação de um novo imaginário capaz de sustentar novas práticas e olhares sobre a realidade”.

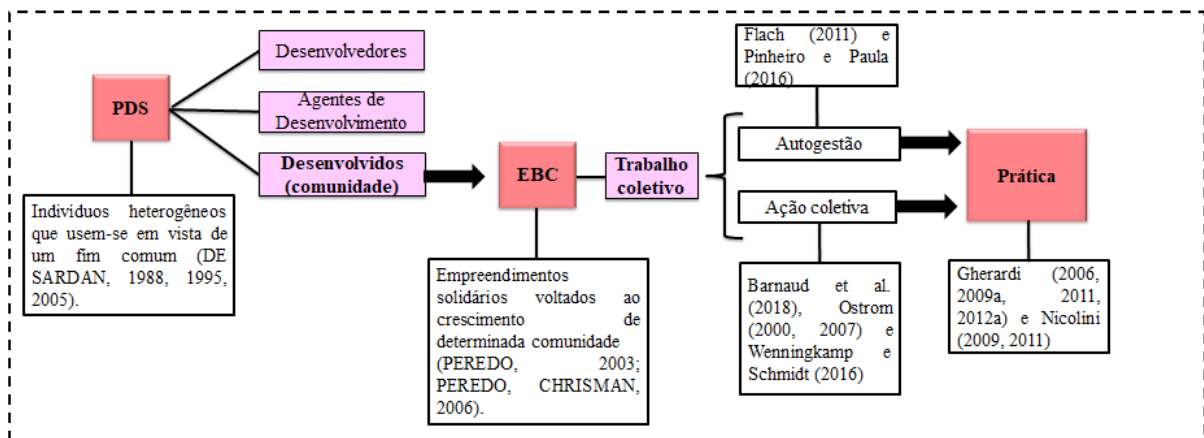
Portanto, tendo em vista que Alves et al. (2016) apontam a autogestão como a maneira mais simples de economia solidária, que inclui a cooperação, divisão dos resultados (TORRES, 2015), autonomia, trabalho coletivo (FLACH, 2011) e compromisso coletivo (SILVA, 2017); a ação coletiva torna-se parte fundamental neste empreendimento, da qual, é indissociável a colaboração dos indivíduos. Castanheira e Pereira (2008, p. 121) destacam ainda que, “a ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão está orientada, fundamentalmente, pela reciprocidade entre os vínculos sociais, sobretudo de confiança, estabelecidos no processo de trabalho”.

2.4 ARTICULAÇÃO DO ESQUEMA TEÓRICO

Com base em toda a construção teórica anteriormente apresentada, esta subseção tem o intuito de apresentar o esquema teórico (Figura 2) da dissertação. Compreende-se os PDS como fomentadores dos desenvolvidos, os quais, sob o viés de empreendimentos como EBCs, criam espaço para o desenvolvimento de práticas coletivas que podem gerar aprendizado, bem como emancipação e crescimento aos indivíduos envolvidos, por meio do trabalho coletivo.

Assim, dentro desse formato que é conduzida uma EBC, é possível destacar a autogestão e a ação coletiva enquanto aspectos que a compõe, os quais, em conjunto com o entendimento da lógica dos EBP, podem ser geradores de trabalho e renda, tendo em vista a configuração formada em tais espaços.

Figura 2 – Esquema teórico



Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Neste contexto, o suporte oportunizado por meio de um PDS auxilia o desenvolvimento de EBCs, enquanto solução para determinados indivíduos, os quais tem um objetivo comum e, tal projeto, pode ser um empreendimento social, voltado a economia solidária e aos princípios da autogestão. Parte-se então, da lógica do trabalho coletivo, configurado em autogestão e ação coletiva.

Tais iniciativas proporcionam autonomia ao indivíduo, o qual pode aprender ao longo do tempo e em coletivo, o que converge com a perspectiva dos EBP. “Não há como as pessoas aprenderem algo que não esteja posto em um espaço social no qual haja interação” (BISPO, 2013a, p. 134). Logo, os PDS são uma oportunidade de emancipação, trabalho e renda. Compreende-se a aprendizagem como um processo de engajamento social dentro de práticas específicas, posto que, o conhecimento é construído através de ações coletivas, em processos de negociação e renegociação entre os indivíduos envolvidos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (Arthur Schopenhauer)

Lincoln e Guba (2006) e Saccol (2009) argumentam que é necessário que o pesquisador se posicione enquanto sua postura ontológica, epistemológica e metodológica. Denzin e Lincoln (2006) corroboram, e complementam que é necessário além de tais esclarecimentos, explicar também sobre a teoria e a análise realizada. Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 32):

Por trás destes termos, está a biografia pessoal do pesquisador, o qual fala a partir de uma determinada perspectiva de classe, de gênero, de raça, de cultura e de comunidade ética. Esse pesquisador marcado pelo gênero, situado em múltiplas culturas, aborda o mundo como um conjunto de ideias, um esquema (teoria, ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) que ele então examina em aspectos específicos (metodologia, análise).

Aliado a isso, a ontologia seguida no estudo é intersubjetiva (SACCOL, 2009), em que existe interação entre sujeito-objeto, ou seja, há uma construção social, não sendo totalmente objetiva nem subjetiva. A epistemologia adotada é interpretativista, considerando-se que é construtivista, pois, segundo Angen (2000) e Saccol (2009), parte-se da construção da realidade por meio das práticas, as quais são transmitidas e interpretadas. Assume-se tal postura, uma vez que a prática é a unidade de análise (BISPO, 2013a; GHERARDI, 2011; NICOLINI; MONTEIRO, 2017), e o conhecimento se manifesta das práticas, posto que, quando se analisa a prática, investiga-se profundamente a instância do conhecimento (NICOLINI, 2011). Assim, adota-se uma epistemologia baseada em prática, visto que, o mundo é entendido através de práticas interconectadas (NICOLINI, 2011).

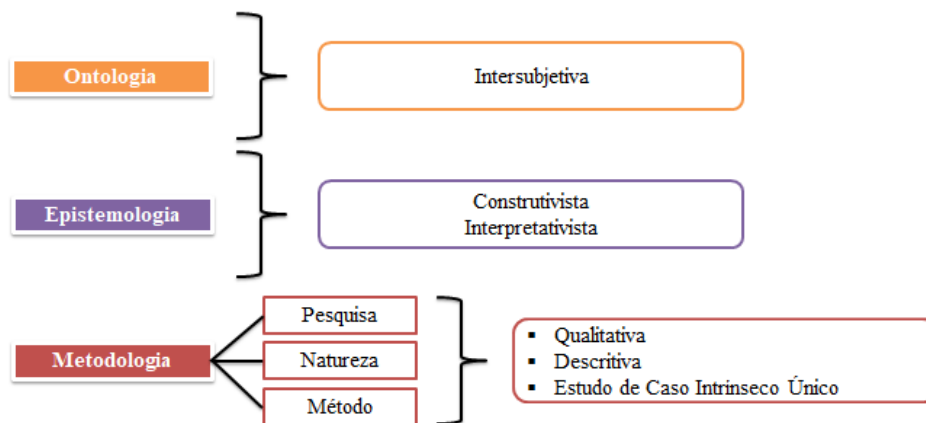
Diante disso, o objeto de pesquisa foi construído, tendo como base Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007), os quais alegam que não são as relações reais entre as coisas, mas as relações conceituais entre os problemas. Os autores defendem que “um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pelas questões que lhes é formulada” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007, p.48). Saccol (2009, p. 262) acrescenta que:

Ao invés de ir a campo com um conjunto predefinido de construtos ou instrumentos para medir a realidade, o pesquisador, muitas vezes, deriva seus construtos a partir do trabalho de campo, visando a captar aquilo que é mais significativo, segundo a

perspectiva das pessoas no contexto pesquisado. Aos participantes é permitido usar suas próprias palavras, expressões e imagens, basear-se em seus próprios conceitos e experiências.

Dessa forma, de acordo com as escolhas ontológicas, epistemológicas e metodológicas adotadas no estudo, desenvolveu-se um breve esquema para melhor compreensão (Figura 3).

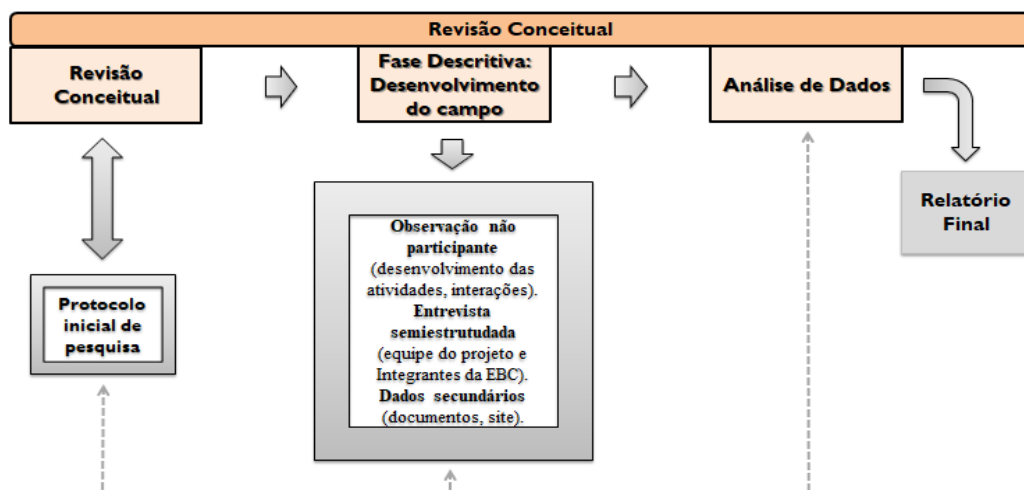
Figura 3 – Esquema da postura ontológica, epistemológica e metodológica do estudo



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

A seguir, com o intuito de tornar os procedimentos do estudo mais claros, apresenta-se o desenho de pesquisa (Figura 4), contendo de forma sintética os procedimentos seguidos desde o início do estudo.

Figura 4 – Desenho de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Portanto, a partir do exposto, nas próximas subseções são explanados o método de abordagem e delineamento da pesquisa, o objeto de pesquisa, a coleta de dados, a análise de dados, as considerações éticas, bem como os critérios de qualidade da pesquisa.

3.1 MÉTODO DE ABORDAGEM E DELINEAMENTO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, uma vez que se pretendeu relatar e verificar determinado objeto, interpretando determinada realidade social (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002), com o objetivo de haver maior compreensão tanto de aspectos individuais quanto coletivos, não se permitindo visões fechadas (RICHARDSON, 2010). Flick (2009, p. 37) menciona que, “a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”.

Stake (2011) argumenta que este tipo de pesquisa se trata de um estudo detalhado, com foco nas particularidades, o interesse está nas diferenças e não nas singularidades. Existe uma ligação importante entre o pesquisador e o pesquisado, entretanto, é preciso ter cautela e não se deixar levar pela intuição, mas pelos dados que se obtém (SACCOL, 2009; STAKE, 2011). Em suma, se busca a compreensão humana, por meio de um olhar profundo, que vê além do comum, visto que, se analisa o contexto e suas particularidades mais indiretas (STAKE, 2011). À vista disso, buscou-se desenvolver um estudo profundo, com foco no contexto envolvido e em suas características intrínsecas.

O estudo compreende uma pesquisa descritiva, em que se procurou descrever características de determinado objeto, em que foi realizado o desenvolvimento do campo, através de diversas técnicas de coleta de dados, as quais serão posteriormente explanadas. Conforme Richardson (2017), o interesse reside na descrição de um problema, situação ou fenômeno, a fim de responder certa questão. Stake (2011) aponta que dependendo do tipo de estudo, a descrição deve ser mais densa ou não, pois nem sempre são relevantes todas as informações. No caso deste estudo, a descrição do objeto é significativa, a qual necessitou de cautela ao ser explanada, em vista de desenvolver um relato preciso das peculiaridades existentes. Ressalta-se ainda, que buscou-se descrever de modo real os dados, a fim de apresentar e interpretar com veracidade a realidade dos indivíduos.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso intrínseco único, o qual, para Stake (1998, p. 13) “é um sistema integrado”, ou seja, um objeto específico, complexo e singular, e tais características o tornam um estudo particular (STAKE, 1998). Coraiola et al.

(2013, p. 312) complementam que, “os estudos intrínsecos se caracterizam pelo interesse nas características exclusivas específicas ao caso, pela preocupação de restringir-se à compreensão do próprio caso ao invés de concentrar-se em um conceito ou teoria”. À vista disso, em relação a ser intrínseco, justifica-se devido o foco estar no caso em si, ou seja, no objeto, é nele que se encontra o principal interesse. Argumenta-se ainda, que o objeto de pesquisa é o Projeto Profissão Catador, mas o foco do presente estudo reside na EBC AREPRICA.

3.2 OBJETO DE PESQUISA

No ano de 2006, através do financiamento do CNPq, por intermédio da UNICRUZ, foi criado o projeto de AGETREC na cidade de Cruz Alta (RS). Tal projeto visa a coleta, separação, armazenamento e comercialização de materiais recicláveis (VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015). Em novembro de 2006 surgiu a ACCA, já em 2009 formaram a ARCA, e em 2010 duas novas associações foram criadas, a ATRECA e a AREPRICA. Tais associações⁴ receberam apoio do Poder Executivo Municipal, bem como do Instituto Vompar e da Refinaria Alberto Pasqualini, através da Rede de Parceria Social do Rio Grande do Sul, além da Petrobrás – principal patrocinadora (VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015).

Todas as associações têm parceria com prefeitura, pois esta concedeu o terreno, e assumiu os gastos com água e luz. Já os maquinários, adquiriram através da SENAES, e a construção dos galpões originou do projeto da Petrobras. Virgolin, Silva e Araújo (2015) destacam que cada associação possui um espaço físico adequado, além de máquinas e equipamentos, como prensas, balanças, picotadoras, elevador de fardos, computadores, impressoras, móveis e equipamentos de escritório. O projeto é constituído por um estatuto e uma diretoria, que é composta pelos presidentes de cada associação, e a equipe do projeto - assistente social, administrador, monitor, jornalista e três coordenadoras (economista, assistente social e administradora). Além disso, salienta-se que o auxílio da coordenação do projeto, quando se trata das atividades, ocorre na prática, visto que, os recicladores aprendem seguindo as instruções, não apenas observando como o instrutor da equipe está fazendo.

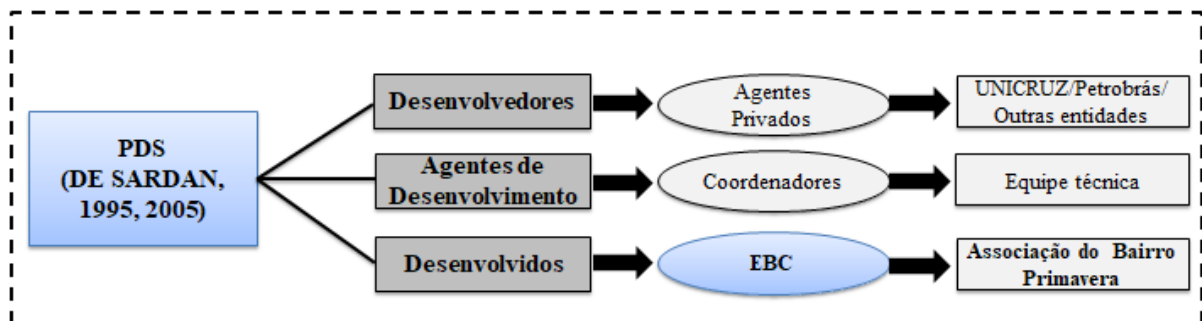
No presente estudo, a EBC estudada é a AREPRICA, a qual é composta por 15 recicladores, e para se manter organizada possui cargos de presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário. Optou-se por esta, devido se destacar perante as demais, sendo que possui recicladores empreendedores, estrutura organizada, ambiente limpo e um grupo unido,

⁴ Referenciadas também enquanto EBCs e empreendimentos.

o qual busca desenvolver parcerias na cidade. Aponta-se ainda, segundo a coordenadora do projeto, que mesmo sendo a EBC mais nova da cidade é a que mais cresceu. Além disso, existem dois tipos de recicladores na EBC, os que saem para fazer a coleta na rua – correspondem a 5 integrantes, voltando ao galpão somente para enfiar o material, e os que ficam apenas no galpão, fazendo o processo com o material doado – correspondem a 10 integrantes.

A seguir, a Figura 5 demonstra a construção do objeto de pesquisa, em que se tem o PDS. Esta articulação ocorreu com base na definição do que se estudaria, em que foi delimitado que seria uma vertente de aprendizagem sociológica, na qual se buscava compreender as práticas dos indivíduos, as quais são contínuas e em constante transformação. À vista disso, foi feita uma aproximação inicial no Projeto Profissão Catador, a fim de obter maiores informações sobre o mesmo. Após este contato, foi analisado, em conjunto com a base teórica que vinha sendo desenvolvida, qual das EBCs do projeto seria mais relevante estudar. Dessa forma, optou-se pela AREPRICA, pois apresentava maiores particularidades que interessavam a pesquisa.

Figura 5 – Construção do objeto de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Salienta-se assim, que a formação do PDS se dá pelos desenvolvedores (agentes privados), os quais são a UNICRUZ, que criou o projeto, contratou uma equipe técnica, e fomenta através de investimentos em pesquisas, projetos de extensão e divulgação; bem como a Petrobrás, sua principal patrocinadora, além de outras entidades que são pequenas apoiadoras. Os agentes de desenvolvimento (equipe técnica), que são os indivíduos que compõe a coordenação do projeto, sendo contratados da UNICRUZ que buscam dar apoio aos recicladores. Por fim, os desenvolvidos, foco deste estudo, são as EBCs, que neste caso é uma

das associações do Projeto Profissão Catador, a AREPRICA. Tal empreendimento solidário é voltado à economia solidária, balizado pelos princípios da autogestão.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de múltiplas técnicas, a fim de se alcançar os objetivos estabelecidos. Assim, utilizou-se a observação não participante, análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas. Segundo Angen (2000), Richardson (2017), Saccol (2009) e Stake (2011), o uso de diversas técnicas em estudos qualitativos fazem com que se tenha maior qualidade e confiabilidade em relação aos dados.

Sobre a observação não participante, Gómez, Flores e Jiménez (1996, p. 150) apontam que, “a observação permite obter informações sobre um fenômeno ou evento tal como ocorre”. É uma técnica que oferece a representação da realidade, pois se pode verificar cada movimento do fenômeno estudado (GÓMEZ; FLORES; JIMÉNEZ, 1996), o que através de outras fontes poderia ser obtido de modo mais raso, neste caso torna-se mais acessível. Por ser não participante, é conhecida também como simples, pois o pesquisador se insere no ambiente estudado, mas não participa do que está acontecendo, apenas observa (FERREIRA; TORRECILHA; MACHADO, 2012). Nesse sentido, no estudo, foram utilizadas observações não participantes a fim de acompanhar encontros, momentos de trabalho e interações entre os indivíduos pesquisados, e as informações adquiridas foram redigidas em um diário de campo. A seguir, no Quadro 6, são expostos os momentos em que houve observações.

Quadro 6 – Momentos de observação

(continua)

Momento	Período	Integrantes	Principais observações
Visita à EBC	Outubro – 2017	10 Recicladores; 1 Assistente Social	Apresentaram receio com a minha chegada. Após a apresentação, em que expliquei a finalidade do trabalho, foram gentis e pareceram ficar mais calmos. A assistente social me convidou para conhecer a EBC, em que percorri todo o espaço e observei os maquinários. O grupo demonstrou instabilidade e certa revolta, estavam com problemas. Após a visita, em conversa informal com a assistente social, foi entendido que a tensão ocorria devido a dúvida em relação a venda da carga ao comprador.
Visita à EBC	Fevereiro – 2018	7 Recicladores; 1 Assistente Social	Havia um grupo pequeno de recicladores, estavam ansiosos para o recebimento de uniforme do projeto, o ambiente estava com odor forte dos materiais recebidos por uma empresa de laticínios, os quais estavam acabando de ser reciclados. Os recicladores pareceram surpresos e tímidos com a minha chegada, e quando foi mencionado que seriam entrevistados, demonstraram receio. Foram feitas somente duas entrevistas neste dia, pois achei melhor ir os conquistando aos poucos, para que confiassem e respondessem com veracidade a pesquisa. Além disso, um dos entrevistados perguntou se deveria mentir quando lhe foi feita uma pergunta.
Encontro no Projeto Profissão Catador	Março – 2018	1 Reciclador; 1 Assistente Social; 1 Assistente Administrativo; 1 Administrador; 1 Empregado da limpeza	Toda equipe do projeto me recebeu com cordialidade, e logo fui chamada para conversar com o entrevistado. Inicialmente ele pareceu tímido, com receio e sem interesse na pesquisa, porém, ao longo da conversa, apresentou empolgação e atenção aos questionamentos. O reciclador possuía uma dicção boa, e na maior parte do tempo falava corretamente as palavras. No final da entrevista, ele foi tomar café com a assistente administrativo, em que ficaram conversando de forma natural e amigável.
Visita à EBC	Abril – 2018	10 Recicladores; 1 Assistente Social	Os recicladores me receberam com prontidão, e pareceram animados com as entrevistas. Tive a oportunidade de analisá-los em grupo um bom tempo, em que pareçam agir em conjunto, se ajudando e tendo momentos de descontração. Uma entrevistada ficou emocionada ao mencionar a amizade do grupo, e as outras salientaram a importância de participarem da EBC, do apoio do projeto, e da relação positiva entre o grupo. Neste dia, foi percebido a grande diferença da dicção entre as entrevistadas, e o entrevistado do último encontro.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 6 – Momentos de observação

(conclusão)

Momento	Período	Integrantes	Principais observações
Encontro no Projeto Profissão Catador	Junho – 2018	1 Reciclador; 1 Assistente Social; 1 Assistente Administrativo; 1 Administrador	Fui recebida pela assistente social, a qual me direcionou a sala de entrevista. O reciclador pareceu mais animado do que no encontro anterior, e discorreu um tempo considerável sobre cada pergunta. Sorriu durante a entrevista, reforçou várias vezes a amizade que desenvolveu com o grupo, e o quanto foi importante tanto a amizade quanto o aprendizado na EBC para que mudasse de vida.
Encontro no Projeto Profissão Catador	Junho – 2018	1 Reciclador; 1 Assistente Social; 1 Assistente Administrativo; 1 Professora/Coordenadora do Projeto	Fui recepcionada novamente pela assistente social, e antes de ser direcionada a sala de entrevista conversei rapidamente com a professora/coordenadora do projeto. Nesta conversa, fui convidada a participar da aula da professora/coordenadora, em conjunto com a recicladora que iria entrevistar, e uma fabricante de vassouras pet. Em relação a entrevista, a entrevistada demonstrou timidez inicialmente, mas alegria em ver que a EBC é interesse de estudos. Apontou sobre a mudança de vida gerada ao ingressar no projeto, tanto como pessoa quanto profissional. Sorriu muito durante a entrevista, mostrou alegria e amizade pelo grupo, porém revolta com a população que não faz a coleta consciente dos resíduos.
Acompanhamento em aula da graduação da UNICRUZ que integrante da EBC participou	Junho – 2018	1 Recicladora; 1 Fabricante de vassouras pet; 1 Professora/Coordenadora do Projeto; 25 Alunos	A professora/coordenadora do projeto ofereceu carona até a UNICRUZ, então me encontrei com ela, a recicladora e a fabricante de vassouras pet na sede do Projeto Profissão Catador. Percebi durante o caminho, que a relação entre elas já se tornou algo informal, conversam sobre a família e problemas cotidianos. A recicladora e a fabricante demonstraram insegurança e timidez ao entrar na sala de aula, pois pareciam se sentirem de certa forma diferentes em relação aos alunos, o que foi se modificando ao longo da noite. No momento de sua fala, a recicladora estava tímida, apresentou receio, porém, relatou de forma consistente sua atuação no projeto e a importância dele enquanto oportunidade de aprendizado e renda, bem como demonstrou autonomia. A fabricante apresentou timidez, mas relatou sua história de vida, e falou com propriedade sobre o trabalho que desenvolve, ressaltando a importância do controle e gestão do empreendimento. A turma inicialmente estava dispersa, mas durante a noite foram se interessando mais pelo assunto, fizeram diversas perguntas e incentivaram a recicladora e a fabricante a falarem. É válido salientar ainda, que após a solicitação da professora/coordenadora, tive a oportunidade de me apresentar, e contar um pouco do trabalho que estava desenvolvendo.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Em relação aos dados secundários (Quadro 7), foram utilizados em formato *online*, como materiais publicados pelo Projeto Profissão Catador; artigos científicos e informações internas disponibilizadas, como históricos, documentos, dentre outros; além do estatuto da AREPRICA, e dados de perfil e renda, com o propósito de fornecer dados fieis e concretos. Tais fontes podem ser compreendidas como pesquisa documental, uma vez que se analisa documentos verídicos, com o intuito de sustentar os dados coletados da pesquisa (GERHARDT et al., 2009). Esta técnica forneceu dados relacionados ao contexto do Projeto Profissão Catador; e informações relacionadas a questões de renda, perfil e regulamentação formal da EBC, as quais contribuem para a compreensão geral dos participantes da associação, bem como desenvolveram, de modo formal, como conduzirem o empreendimento.

Quadro 7 – Informações sobre os documentos obtidos

Fonte	Documento	Tipo	Número de Páginas
AREPRICA	Estatuto	Word	10
	Informações dos recicladores	Excel	4
	Renda Janeiro	Excel	4
	Renda Fevereiro	Excel	4
	Renda Março	Excel	4
	Renda Abril	Excel	4
	Renda Junho	Excel	4
	Gráfico de vendas 2014 – 2017	Excel	5
Projeto Profissão Catador	Folheto de obtenção de recursos	Word	4
	Site	Página Web	-

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Relacionado às entrevistas, são entendidas enquanto encontros sociais, nos quais oradores colaboram entre si para produção de um relato, expondo ações, sentimentos e pensamentos passados ou futuros (SEALE et al., 2007). São formas de se obter informações singulares, as quais não foram possíveis identificar e compreender somente através da observação (STAKE, 1998). As entrevistas, nesta pesquisa, foram semiestruturadas, visto que, segundo Gaskell (2002), esta técnica fornece dados para a compreensão detalhada das crenças, valores e opiniões dos indivíduos estudados. Visa-se “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2002, p. 68).

Assim, as entrevistas semiestruturadas são um tipo de entrevista que deve possuir um tópico guia, ou seja, um modelo de roteiro que é desenvolvido através da construção teórica do estudo, bem como o conhecimento prévio que se tem do objeto de pesquisa. Normalmente este

guia não é muito extenso, dado que, deve servir de suporte para a entrevista, na qual podem vir a surgir novos questionamentos por parte do pesquisador. Este tipo de investigação deve iniciar com questões simples para não retrair o entrevistado, e o pesquisador deve sempre o estimular com gestos de encorajamento durante fala. Além disso, deve-se deixar que o entrevistado descreva minuciosamente seu relato, independentemente do tempo que precisar, tanto para responder, quanto para refletir sobre a questão (GASKELL, 2002).

No presente estudo, as entrevistas foram conduzidas individualmente, aplicadas aos indivíduos da EBC AREPRICA que possuíam interesse e disponibilidade em participar da pesquisa, além da equipe técnica do projeto (Quadro 8). Em relação ao número de entrevistas, foram realizadas 19, em que 4 indivíduos foram entrevistados duas vezes em vista de sanar dúvidas, totalizando de fato, 15 pessoas. Além disso, destaca-se que o nome dos entrevistados foi alterado, em virtude de manter a confidencialidade dos dados. No momento em que se observou a saturação dos dados, a coleta foi finalizada. Conforme Moraes (2003, p. 194) “a saturação é atingida quando a introdução de novas informações nos produtos da análise já não produz modificações nos resultados anteriormente atingidos.”

Quadro 8 – Relação dos entrevistados

(continua)

Entrevistado	Idade	Formação	Função	Duração da entrevista
Eva	52 anos	Ensino superior	Coordenadora do Projeto	1'30'
Luana	58 anos	Ensino superior	Assistente social do Projeto	40'24
Marcos	41 anos	Ensino fundamental incompleto	Reciclador	11'04
Marcela	28 anos	Ensino fundamental incompleto	Recicladora	12'03
Lucas	31 anos	Ensino superior	Administrador do Projeto	9'22
Luana	58 anos	Ensino superior	Assistente social do Projeto	46'41
Thomas	27 anos	Ensino fundamental incompleto	Reciclador – Presidente	55'25
Eva	52 anos	Ensino superior	Coordenadora do Projeto	1'10'04
Rebeca	32 anos	Ensino superior	Coordenadora do Projeto	58'33
Tuane	31 anos	Ensino superior incompleto	Assistente administrativo do Projeto	15'10
Letícia	61 anos	Ensino fundamental incompleto	Recicladora	42'55
Eloisa	41 anos	Ensino fundamental incompleto	Recicladora	17'24
Fernanda	31 anos	Ensino médio incompleto	Recicladora	23'01

Fonte: Desenvolvido com base nos dados da pesquisa.

Quadro 8 – Relação dos entrevistados

(conclusão)

Entrevistado	Idade	Formação	Função	Duração da entrevista
Clarisse	38 anos	Ensino fundamental incompleto	Recicladora	13'48
Thomas	27 anos	Ensino fundamental incompleto	Reciclador – Presidente	1''10'20
Tuane	31 anos	Ensino superior incompleto	Assistente administrativo do Projeto	21'32
Lucas	31 anos	Ensino superior	Administrador do Projeto	10'32
Morgana	34 anos	Ensino superior	Publicitária do Projeto	36'16
Silvia	33 anos	Ensino fundamental incompleto	Recicladora	1''00'26

Fonte: Desenvolvido com base nos dados da pesquisa.

Ressalta-se ainda, que as entrevistas foram gravadas, em prol das respostas serem completas, possuindo todos os seus detalhes e, posteriormente, transcritas. Na visão de Gil (2008), a maneira mais confiável de se obter os dados com veracidade é por meio de anotações ou o uso de gravações durante a entrevista, porém, salienta-se que o segundo modo é o mais preciso para preservar o conteúdo da entrevista na íntegra, considerando que há o consentimento do entrevistado.

A seguir, no Quadro 9, destaca-se a operacionalização dos objetivos, em que buscou-se apresentar como se pretendeu alcançar o objetivo geral do estudo. Assim, a partir de cada objetivo específico foi apontada a técnica para atingi-lo, o roteiro que foi utilizado para realizá-la, e a base teórica explorada para tal formulação.

Quadro 9 – Operacionalização dos objetivos

(continua)

Objetivo Geral			
Compreender como se configuram as práticas coletivas na Associação de Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador.			
Objetivos Específicos	Identificação	Roteiro	Referências
Identificar e descrever como ocorre o trabalho coletivo	Entrevista semiestruturada	Como são criados os grupos de trabalho?	Flach (2011); Barnaud et al. (2018); Ostrom (2000, 2007); Pinheiro e Paula (2016); Silva (2017); Torres (2015); Wenningkamp e Schmidt (2016); Wenningkamp et al., (2017)
		Como é o relacionamento do grupo no momento do trabalho? E fora dele?	
		Como são tomadas as decisões sobre a associação?	
		Como são divididas as tarefas?	
		Existem tarefas que somente alguns recicladores realizam?	
		Como é a responsabilidade dos recicladores com o grupo?	
		Como é feita a divisão dos recursos?	
		O que tu entendes sobre trabalho coletivo?	
	Observação não participante	Existente trabalho coletivo na associação? Por quê?	
		Identificar como os grupos se organizam/dividem e o que consideram para fazer isto.	
		Analisar se o processo de tomada de decisão é em conjunto ou individual, e o que consideram para isto.	
		Analisar a relação entre os indivíduos do grupo.	
		Identificar o comportamento do grupo.	
Identificar como se aprende, produz e reproduz as práticas coletivas no momento de trabalho	Entrevista semiestruturada	Existe um modo específico de fazer a reciclagem na associação? Como funciona?	Gherardi (2006, 2009a, 2011, 2012a); Nicolini (2009, 2011); Reckwitz (2002)
		Quando é necessário auxiliar um colega em alguma atividade, como você faz isso?	
		Quando você precisa de ajuda em alguma atividade, o que você faz, e como?	
		Você acredita que aprendeu desde que começou a trabalhar na associação? Por quê?	
		Como você entende que ocorre o conhecimento/aprendizado na associação?	
		Você acredita que a interação entre o grupo facilita o aprendizado? Por quê?	
	Observação não participante	Identificar as ferramentas utilizadas.	
		Identificar os procedimentos realizados.	
		Analisar como ocorre a troca de conhecimento entre os indivíduos no dia a dia.	

Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Quadro 9 – Operacionalização dos objetivos

(conclusão)

Objetivo Geral			
Compreender como se configuram as práticas coletivas na Associação de Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador.			
Objetivos Específicos	Identificação	Roteiro	Referências
Analisar a textura de práticas	Entrevista semiestruturada	O modo de trabalhar na associação se modificou desde que tu iniciaste?	Bispo (2013a); Corradi, Gherardi e Verzenolli (2010); Gherardi (2006, 2009a, 2009b); Nicolini (2009, 2011); Nicolini, Gherardi e Yanow (2003); Schatzki (2005)
		Tu observas teu trabalho como algo que tu fazes sempre igual ou tu tentas fazer diferente?	
	Observação não participante	Analisar o processo desenvolvido ao longo da atividade.	
		Analisar como ocorre a repetição da atividade.	
		Identificar mudanças nas práticas.	
		Identificar as práticas que já viraram rotina.	
		Analisar a relação entre as práticas dos indivíduos.	
		Analisar a relação social dos indivíduos durante as práticas.	
Identificar como transmitem estas práticas.			

Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

3.4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados sem tratamento obtidos em um estudo nada mais são do que dados brutos, os quais o pesquisador deve transformá-los em um conjunto de dados coerentes e com significados. A análise de dados compõe um conjunto de transformações, reflexões e operações, que se faz através da extração de significados do que se obteve na pesquisa, a fim de resolver uma investigação (GÓMEZ; FLORES; JIMÉNEZ, 1996).

Na pesquisa em questão, os dados foram tratados mediante análise textual interpretativa, conjuntamente com a análise de *templates*. De acordo com Moraes (2003), parte-se do pressuposto que a pesquisa qualitativa não tem o objetivo de comprovar hipóteses, e sim ter compreensão acerca de determinada investigação, o que desperta o interesse na análise textual. A análise textual interpretativa é uma estratégia de análise de dados qualitativos, a qual parte do pressuposto de que a realidade é múltipla e socialmente construída, ou seja, não é um fenômeno estável, mas que se modifica, em que se busca interpretar a realidade como entendida pelos seus próprios participantes (FLORES, 1994).

Neste tipo de estudo, a investigação deve ser flexível, nem totalmente objetiva nem subjetiva, isto é, deve existir uma relação entre as características do objeto e a compreensão que os indivíduos possuem perante ele. O pesquisador vai a campo, com intuito de captar o que possui maior relevância, de acordo com o contexto estudado (SACCOL, 2009).

Flores (1994) aponta algumas características deste tipo de análise, como a operação sobre os dados transcritos e documentos históricos; a indiferenciação das tarefas de análise; a aplicação da coleta de dados desde o início da pesquisa; processos abertos, flexíveis e não padronizados; caráter indutivo, desenvolvido pela coleta de dados, permitindo certas inferências; e revisão constante dos resultados durante o processo de pesquisa, possibilitando modificações e substituições, ou seja, um estudo em constante construção. Ainda, conforme Gómez, Flores e Jiménez (1996, p. 201), a análise textual interpretativa é formada por:

Técnicas de análise de dados que também se aplicam aos dados gerados pela própria pesquisa, com a participação ativa do pesquisador, que utilizam as categorias para organizar conceitualmente e enviar a informação, mais interessados no conteúdo das categorias e na sua interpretação do que nas frequências dos códigos e tradicionalmente não associados a técnicas quantitativas.

Considerando o exposto, entende-se a análise textual interpretativa como um meio em que os dados textuais não residem somente em entrevistas, mas no diário de campo do pesquisador, o qual busca fazer a ligação entre os diversos meios de coleta utilizados, para

assim interpretar de forma mais precisa os dados obtidos (GÓMEZ; FLORES; JIMÉNEZ, 1996). O pesquisador interpreta e analisa os dados conjuntamente com a coleta de dados (FLORES, 1994; MORAES, 2003).

Salienta-se ainda, que foi feito o *zoom in* e *zoom out* no estudo, de acordo com o proposto por Nicolini (2009), ou seja, houve momentos de troca da lente de análise, ora se olhava de perto, ora se olhava de longe. A seguir, no Quadro 10, são expostos os elementos de análise que compõe o escopo da presente dissertação, bem como os objetivos que se buscou atender através deles.

Quadro 10 – Elementos de análise do *zoom in* e *zoom out* que compõe o estudo

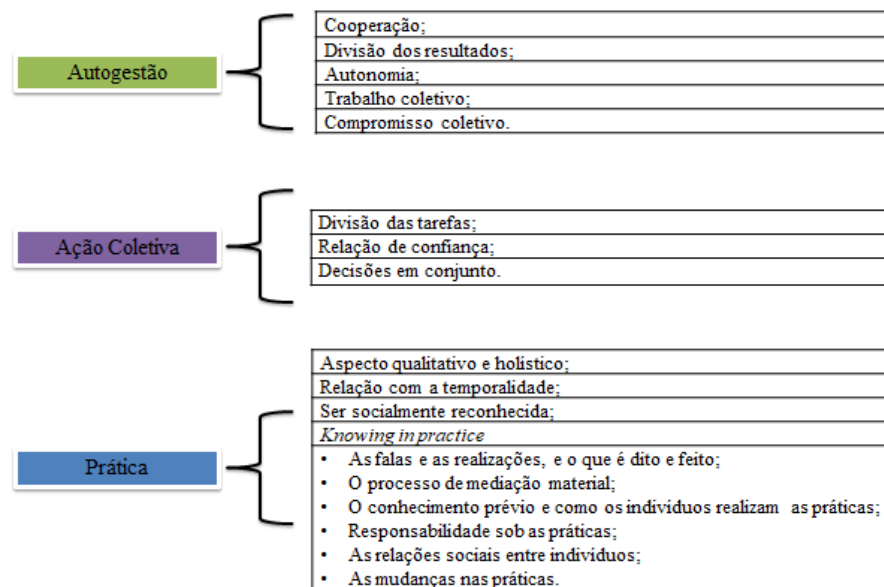
<i>Zoom in</i>	Propósito	Objetivo Específico
Fazeres e dizeres	Compreender os fazeres e dizeres que compõe as práticas, e qual influência acarretam as mesmas.	a) Identificar e descrever como ocorre o trabalho coletivo. b) Identificar como se aprende, produz e reproduz as práticas coletivas no momento de trabalho.
Ordem interacional	Identificar se existe uma ordem ao realizar uma prática, e analisar se esta ordem é modificada e de que modo.	
Artefatos	Verificar quais artefatos são utilizados na realização das práticas, e a importância destes.	
Preocupações práticas	Analisar como as preocupações interferem na realização das práticas, se há um interesse individual, ou buscam o coletivo.	
Tensão entre criatividade e normatividade	Verificar se ocorrem momentos de criatividade nas práticas, o que consideram ao realizarem a mesma, e se possuem autonomia para isto.	
Processos de legitimação e estabilização	Identificar se o grupo busca ter um parâmetro ao realizar as práticas, ou se alguns vão inovando e outros não, e o que isso pode gerar ao grupo.	
<i>Zoom out</i>	Propósito	Objetivo Específico
Conexões entre as atividades, como tais conexões formam nexos e quais são seus efeitos	Compreender a textura, a fim de verificar a rede de conexões que influencia esta, e qual a relevância de pertencer a mesma.	c) Analisar a textura de práticas.

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Além disso, a análise de *templates* utilizada no estudo é um conjunto de técnicas organizadas para que os dados textuais sejam analisados, bem como um modo flexível, que permite ao pesquisador focalizar os requisitos que são do seu interesse, considerando sua posição epistemológica. São desenvolvidos códigos, os quais são descritivos, amparados por temas, que são compostos por subtemas, em ordem hierárquica (KING, 2004). De acordo com King (2004), os códigos definidos *a priori* são modificados com o decorrer da pesquisa. Em síntese, “a essência da análise de *templates* é que o pesquisador produz uma lista de códigos (modelo) que representam temas identificados em seus dados textuais” (KING, 2004, p. 256).

A seguir, desenvolveu-se um prévio *template* inicial de análise (Figura 6). Conforme King (2004), o *template* inicial deve ser desenvolvido com precaução, não sendo nem muito extenso, nem muito reduzido, uma vez que o guia de entrevistas pode dar suporte para a elaboração inicial.

Figura 6 – *Template* inicial de análise



Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Após a coleta de dados, a qual ocorreu em um processo de ida e volta ao campo, um novo *template* de análise emergiu (Figura 7), o qual serviu de suporte à análise de dados, pois esta foi desenvolvida através das categorias que nele foram descobertas.

Figura 7 – *Template* final de análise

- **Projeto de desenvolvimento social**
 - Desenvolvedores
 - Papel da UNICRUZ
 - Criação e estrutura do projeto
 - Apoio externo
 - Agentes de desenvolvimento
 - Suporte oferecido
 - Negociação entre os indivíduos
 - Situação atual e futura do projeto
 - Desenvolvidos
 - Criação da EBC
 - Atuação dos recicladores
 - Impacto social/econômico/ambiental
- **O Trabalho coletivo**
 - Autogestão
 - Autonomia
 - Compromisso
 - Gestão flexível
 - Divisão dos recursos
 - Ação coletiva
 - Divisão das tarefas
 - Decisões em conjunto
 - Relacionamento do grupo
- **O fazer enquanto prática**
 - *Zoom in*
 - Fazer e dizeres
 - Ordem interacional
 - Artefatos
 - Preocupações práticas
 - Tensão entre criatividade e normatividade
 - Processos de legitimação e estabilização
 - *Zoom out*
 - Conexões entre as atividades, como tais conexões formam nexos e quais são seus efeitos

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Para a operacionalização do estudo, desenvolveu-se um Termo de Carta de Aceite (Apêndice A) e Autorização Institucional (Apêndice B), o qual foi assinado pelo presidente da associação, autorizando o desenvolvimento do estudo, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), que foi apresentado ao respondente para esclarecer eventuais dúvidas durante a entrevista semiestruturada, sempre respeitando o livre arbítrio de

participar ou interromper a participação a qualquer momento da aplicação. O documento elaborado foi submetido para aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria para posterior aplicação. Também foi entregue ao entrevistado o Termo de Confidencialidade (Apêndice D), a fim de garantir o sigilo das respostas da pesquisa, expondo que os dados serão utilizados somente para o desenvolvimento do estudo.

3.6 CRITÉRIOS DE QUALIDADE DA PESQUISA

Alguns estudiosos tratam que assumir uma postura crítica ou interpretativista faz com que as duas perspectivas não possam ser tratadas em conjunto, todavia, tais posicionamentos convergem ao ponto que “os pesquisadores podem ser interpretativos e críticos sem qualquer inconsistência inerente. A maioria dos pesquisadores mencionados anteriormente sugeriria que é frequentemente difícil evitar ser crítico quando se conduz a pesquisa interpretativa” (POZZEBON; RODRIGUEZ; PETRINI, 2014, p. 296). Assim, assumir uma postura crítica interpretativista é buscar compreender e interpretar um fenômeno de modo mais apurado, a fim de fazer considerações amplas e profundas, isto é, a reprodução social possui destaque (POZZEBON; RODRIGUEZ; PETRINI, 2014), o que se torna consoante com a presente pesquisa, dado que, o foco reside nas práticas dos indivíduos, as quais geram a produção e reprodução da sociedade.

Ao passo que se assume tal postura, é preciso validar o estudo, a fim de que se considere que este possui relevância significativa ao arcabouço teórico estudado, em que se deve contribuir como novos questionamentos e descobertas (ANGEN, 2000; POZZEBON; RODRIGUEZ; PETRINI, 2014). Bem como Saccol (2009, p. 263) argumenta, “uma pesquisa interpretativista é uma tarefa desafiadora, pois exige uma considerável preparação por parte do pesquisador, e uma série de princípios a serem atendidos visando a garantir sua seriedade, profundidade e robustez”.

Neste escopo, Pozzebon, Rodriguez e Petrini (2014), após debruçarem-se sobre os critérios de validade de uma pesquisa, destacam cinco pontos principais, sendo autenticidade, plausibilidade, criticalidade, reflexividade e ardilidade. Tais elementos são conhecidos como princípios dialógicos, devido unirem de modo sólido os pressupostos críticos e interpretativos; estarem de acordo com a tradição da pesquisa etnográfica; atentarem-se ao compromisso de que a construção do conhecimento deve considerar o contexto; e buscarem manter um diálogo entre o pesquisador e o leitor (POZZEBON; RODRIGUEZ; PETRINI, 2014). A seguir, no Quadro 11 apresenta-se algumas particularidades que envolvem cada um dos critérios.

Quadro 11 – Características dos cinco princípios dialógicos

Princípio	Descrição
Autenticidade	Direciona-se a atenção para a vivência do pesquisador no campo, se ele ‘estava lá’ de fato. Deve ser demonstrado ao leitor que há real conhecimento sobre o objeto estudado, com dados profundos e convincentes, mostrando envolvimento e esforço. Além disso, é preciso ficar nítida a conexão dos dados com a teoria, tendo cautela ao passo que o pesquisador não deve deixar seus valores e opiniões pessoais prevalecerem, considerando, contudo, que o tipo de pesquisa interpretativista permite a intervenção do pesquisador.
Plausibilidade	A pesquisa deve gerar resultados para o crescimento da área disciplinar em que se encontra, contribuindo com novas descobertas, apontando <i>insights</i> originais, bem como fazendo ligações com experiências do cotidiano.
Criticalidade	É preciso fazer com que durante a leitura, o leitor sinta-se instigado, faça reflexões e questionamentos, descobrindo assim, visões diferenciadas, indo do convencional ao desconhecido.
Reflexividade	O pesquisador, mesmo que siga determinadas linhas teóricas precisa deixar claro seus pressupostos e opiniões.
Ardilidade	O estudo deve ser apresentado de modo criativo, em que haja momentos de inquietações por parte do pesquisador, bem como reflexões, metáforas e argumentações robustas.

Fonte: Desenvolvido com base em Angen (2000), Pozzebon, Rodriguez e Petrini, (2014) e Saccol (2009).

Ao mesmo tempo, torna-se relevante apontar a reflexão desenvolvida por Angen (2000, p. 387), a respeito da validade de uma pesquisa interpretativa:

Quão cuidadosamente a questão da pesquisa é ponderada e enquadrada, quão respeitosa o inquérito é levado a cabo, com a persuasão dos argumentos desenvolvidos na conta escrita, e quanto amplamente os resultados são divulgados se tornam questões muito mais importantes do que qualquer processo de contabilidade baseado em critérios que ocorre após a conclusão da pesquisa.

Ressalta-se, neste sentido, que a validação de um estudo interpretativo não deve ser um processo fechado, pode-se desenvolvê-lo de acordo com alguns critérios, mas não os tendo como padrões, pois é uma pesquisa de construção contínua, deve-se desencadear reflexões, ser criativa, ética e instigante (ANGEN, 2000; POZZEBON; RODRIGUEZ; PETRINI, 2014). Angen (2000) destaca dois norteadores, sendo a validação ética e a validação substantiva, contudo, aponta que os esforços de validação da pesquisa interpretativa se tornam uma questão moral, a fim de haver melhor compreensão acerca da existência cotidiana. Assim, “como pesquisadores, somos responsáveis por escolher tópicos que tenham valor prático; nossa pesquisa deve ser relevante e benéfica para os interessados” (ANGEN, 2000, p. 392).

Em meio a isso, Godoy (2005) destaca que os pesquisadores devem deixar claro como ocorreu de fato a pesquisa, isto é, relatar a entrada no campo de pesquisa, quem participou, o que, e como foi feito. Assim sendo, a seguir (Quadro 12), apresenta-se como foi conduzida a

coleta de dados da presente dissertação, considerando os critérios de pesquisa, de acordo com o exposto por Angen (2000), Pozzebon, Rodriguez e Petrini, (2014) e Saccol (2009).

Quadro 12 – Condução da coleta de dados

Princípio	Descrição
Autenticidade	Em virtude das diversas fontes de dados coletadas no estudo, houve cuidado durante todo o processo para que o pesquisador, mesmo desenvolvendo um estudo em que poderia intervir, não ultrapassasse o limite de considerar seus pressupostos acima dos dados coletados e analisados. Se teve cuidado na inserção ao campo, ao passo que se deve ter cautela ao abordar a população, respeitando seus limites em detrimento do objetivo da pesquisa. Além disso, a fim de manter a veracidade e originalidade dos dados, optou-se por apresentar trechos de entrevistas tal qual foram relatadas, isto é, não houve correção ortográfica nestes casos.
Plausibilidade	Ao longo do estudo buscou-se aproximar a teoria com o cotidiano, fazendo uma ligação que tais pressupostos poderiam estar juntos. Além disso, apresentou-se sugestões para estudos futuros, considerando o que foi desenvolvido na dissertação, tendo em mente que houberam diversos vieses, devido não poder desenvolver um estudo mais robusto.
Criticalidade	Buscou-se desenvolver a pesquisa de modo tentador para incentivar o leitor, proporcionando uma leitura agradável e envolvente, não como um ‘manual’ composto de respostas prontas. Foram trazidas questões sociais aos leitores, a fim de que levantem questionamentos em relação as suas próprias ações, fomentando assim, maior reflexão.
Reflexividade	Durante toda a construção da pesquisa, se teve cautela em relação as escolhas feitas para o desenvolvimento da presente dissertação, a fim de que não haja dúvidas durante a leitura.
Ardilidade	Apresentou-se durante o estudo, diversas ilustrações a fim de esquematizar o desenvolvimento teórico proposto, além de manter uma discussão coerente e pertinente entre os autores, em que se teve cuidado de não utilizar linhas teóricas que não corroboravam.

Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Logo, devido a importância de demonstrar a condução e organização das técnicas utilizadas para se desenvolver o estudo de caso intrínseco único, a fim gerar maior confiabilidade a pesquisa, criou-se um protocolo (Quadro 13), o qual descreve de forma mais completa como foram realizados os passos da pesquisa.

Quadro 13 – Protocolo do estudo de caso intrínseco único

(continua)

Protocolo de Estudo de Caso	
Objeto de pesquisa	Associação dos Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador de Cruz Alta – RS.
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevista semiestruturada com Integrantes da EBC; - Observação não participante dos Integrantes da EBC; - Entrevista semiestruturada com a Equipe Técnica do projeto; - Documentos da EBC – estatuto, rendas, perfil; - Documentos do projeto – folheto de obtenção de recursos; - Documentos via <i>internet</i> sobre o projeto - artigos científicos e <i>site</i> do projeto.

Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Quadro 13 – Protocolo do estudo de caso intrínseco único

(conclusão)

Protocolo de Estudo de Caso	
Plano de coleta de dados	- Elaboração do roteiro das entrevistas semiestruturadas; - Elaboração do roteiro da observação não participante; - Obtenção das fontes secundárias – documentos.
Coleta de dados	- Realização das entrevistas semiestruturadas; - Observação não participante com diário de campo; - Organização das fontes secundárias - ordem histórica.
Análise dos dados	- Transcrição das entrevistas semiestruturadas; - Leitura rigorosa das entrevistas semiestruturadas; - Leitura rigorosa do diário de campo; - Leitura rigorosa das fontes secundárias; - Análise textual interpretativa.
Elaboração final da pesquisa	- Considerações finais e redação final; - Limitações do estudo e sugestões de novas pesquisas.

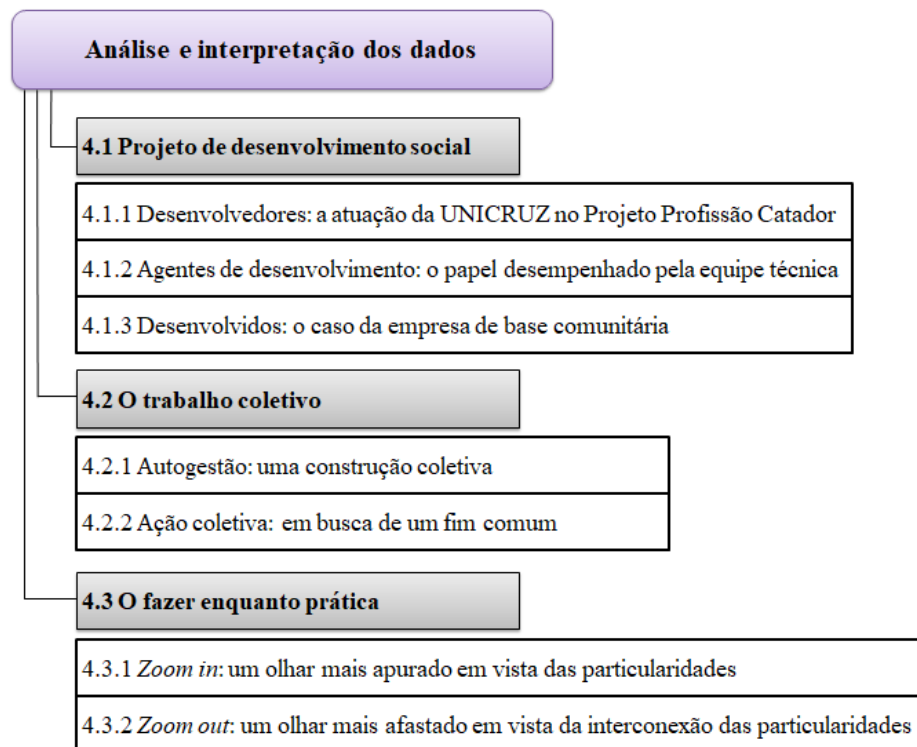
Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

“O período de maior ganho em conhecimento e experiência é o período mais difícil da vida de alguém.” (Dalai Lama)

Esta seção tem como propósito apresentar os resultados obtidos com a realização da presente pesquisa, em consonância com os objetivos propostos na seção introdutória desta dissertação. Diante disto, foi desenvolvida a Figura 8, para melhor visualização de como está organizado o desenvolvimento da seção.

Figura 8 – Estrutura da análise dos resultados



Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

4.1 PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nesta subseção são apresentados os principais achados em relação ao Projeto Profissão Catador, sendo abordados os desenvolvedores, agentes de desenvolvimento e desenvolvidos, conforme a lógica do De Sardan (1988), a fim de proporcionar um panorama geral do estudo.

4.1.1 Desenvolvedores: a atuação da UNICRUZ no Projeto Profissão Catador

Em decorrência do número elevado de recicladores individuais que contemplavam a cidade de Cruz Alta, além do dever implícito que uma instituição comunitária possui em relação a promover o desenvolvimento local e regional, a UNICRUZ buscou parceiros e criou o Projeto Profissão Catador. Conforme consta no site do projeto, objetivam: “constituir uma rede de comercialização de materiais recicláveis, fortalecendo a organização econômica e social dos catadores de materiais recicláveis do município de Cruz Alta, Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Salto do Jacuí e Ibirubá”.

Salienta-se assim, que o interesse no desenvolvimento de projetos sociais para instituições de ensino superior representa iniciativas positivas, as quais acarretam em maior visibilidade de atuação responsável e aproximação da comunidade, bem como a relevância de se desenvolver alternativas a indivíduos carentes. Após a criação do projeto, a instituição passou a ser mais divulgada, em que cada evento era destacado também seu logotipo, o que acaba por virar referência positiva.

Tendo em vista a estrutura de um PDS (DE SARDAN, 1988, 2005), a UNICRUZ representa os desenvolvedores, posto que, ofereceu condições para existência de tal. Consoante ao explanado por Vidal e Branco (2004), é possível perceber que a UNICRUZ buscou planejar ações em vista da população carente, para que houvesse crescimento como um todo, através condições dignas de trabalho, a fim do progresso local e regional.

Para a condução do projeto, uma equipe técnica de suporte às associações foi contratada pela UNICRUZ, que é composta por indivíduos da própria instituição. Em meio a isso, observa-se que foram contratados os agentes de desenvolvimento, os quais dão suporte a um PDS (DE SARDAN, 1988). Devido se tratar de uma equipe que possui ligação direta com a UNICRUZ, acredita-se que isso propiciou melhor ligação entre as partes, dado que, havia maior aproximação, não sendo uma equipe externa e/ou desconhecida. Assim, após a constituição da equipe do projeto, estes passaram a criar parcerias com agentes externos, como o Banco de Alimentos de Cruz Alta, o qual passou a oferecer um sacolão de alimentos as associações.

Há também cinco pequenos projetos de extensão acadêmica, em vista de aproximar o conhecimento teórico e prático, e auxiliar os recicladores através do que cada curso pode vir a contribuir, bem como buscar recursos, através de parcerias. Dessa forma, o projeto, em conjunto com a UNICRUZ, buscou apoio dos agentes públicos, para que contratassem os recicladores para recolher os resíduos. Inicialmente houve recusa, pois segundo Eva (Coordenadora do Projeto), “não queriam pagar, diziam ‘eles já vão poder reciclar os resíduos’, quando acontecia

isso, a gente indicava se recusarem trabalhar sem receber, e no fim das contas os organizadores dos eventos acabavam mudando de ideia”.

Neste contexto, pontua-se que o agente público poderia ter analisado a criação de outra alternativa, e não necessariamente ter se recusado a auxiliar, visto que, deveria ser o primeiro a apoiar os recicladores. Percebe-se então, a questão defendida por De Sardan (1988, 2005), pois houve negociação entre os indivíduos a fim de se encontrar um ponto comum, o que representa a complexidade e imprevisibilidade do PDS, para que todos conseguissem obter resultados almejados, mas tendo como principal objetivo, o fim comum de promover os desenvolvidos.

Vale destacar que o projeto, com suporte direto da UNICRUZ, dedica atenção especial à divulgação, principalmente na própria instituição, a fim de sensibilizar a comunidade como um todo, bem como promover os indivíduos. Tais alegações podem ser evidenciadas no relato de Morgana (Publicitária do Projeto): “o objetivo do Projeto Profissão Catador é promover emancipação dos sujeitos né, então a gente tem essa questão de dar voz as comunidades que a gente atende”. Identifica-se a questão de atingir dois pontos cruciais para o desenvolvimento de um projeto social, por um lado impactar a percepção da comunidade a fim de contribuir mais, por outro, incentivar os indivíduos vulneráveis a lutarem por seus objetivos (VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015).

Isto posto, compreende-se a relevância da alternativa desenvolvida pela UNICRUZ, uma vez que, a mesma reuniu esforços e buscou criar uma iniciativa em vista da comunidade, oferecendo tanto fomento próprio, como através de parcerias a fim de maior avanço do projeto. Além disso, a questão das parcerias demonstra-se enquanto um ponto positivo em relação a maior visibilidade do projeto, pois o torna mais abrangente a população. Infere-se assim, que há congruência com o exposto por De Sardan (1995, 2005) e Sartre e Berdoulay (2005), pois a UNICRUZ identificou uma carência social, a qual representava um cenário não satisfatório aos recicladores, e passou a agir em vista de criar processos para modificar tal realidade.

4.1.2 Agentes de desenvolvimento: o papel desempenhado pela equipe técnica

Com base nas entrevistas e observações, evidenciou-se que a atuação da equipe do projeto se dá, principalmente, por meio das assistentes sociais, as quais mantêm um vínculo maior com os recicladores, transformando as demandas de ambos os lados, sejam desenvolvedores ou desenvolvidos, em objetivos compreendidos por todos. Tais representantes do projeto realizam trabalhos com as famílias dos recicladores, incentivam a concluírem os estudos, inserem as crianças na escola, renovam o bolsa escola, e solucionam problemas

complexos que os indivíduos carregam devido sua vivência anterior. Alicerçado a isso, observa-se congruência com o exposto por Barreto e De Paula (2014), os quais afirmam que os PDS podem ser oportunidades de inserir os indivíduos na sociedade, promovendo seu empoderamento.

Em relação ao restante da equipe do projeto, estes atuam direcionados em manter o projeto em andamento, contudo, em eventuais dúvidas, dão o suporte necessário as associações. Segundo relato de Tuane (Assistente Administrativo do Projeto), os recicladores possuem dificuldades em compreender alguns regulamentos ou solicitações, conforme exposto no seguinte trecho:

Eles têm bastante dificuldade de entende [...] E a gente também tem que ter paciência né, porque a maioria deles não tem muito estudo né. Se tu for vê, analisa ali, hã, a gente sempre faz o relatório, a maioria deles tem o primeiro grau incompleto, é, são poucos que tem o segundo grau completo, que tiveram, porque a maioria deles parou de estuda pra trabalha né, pela questão de precisa, de, é bem complicado.

Destaca-se aqui, a questão da escolaridade dos recicladores, dado que, após análise dos dados de perfil, verificou-se que nenhum possui o ensino fundamental completo, e nas entrevistas, foi possível perceber a dificuldade de se expressarem em alguns momentos. Tal contexto interfere na questão da compreensão das demandas e na confiança destes em relação ao projeto, pois na fala da Rebeca (Coordenadora do Projeto), Tuane (Assistente Administrativo do Projeto) e do Lucas (Administrador do Projeto), foi mencionada a grande insegurança que muitos recicladores possuem devido à falta de conhecimento.

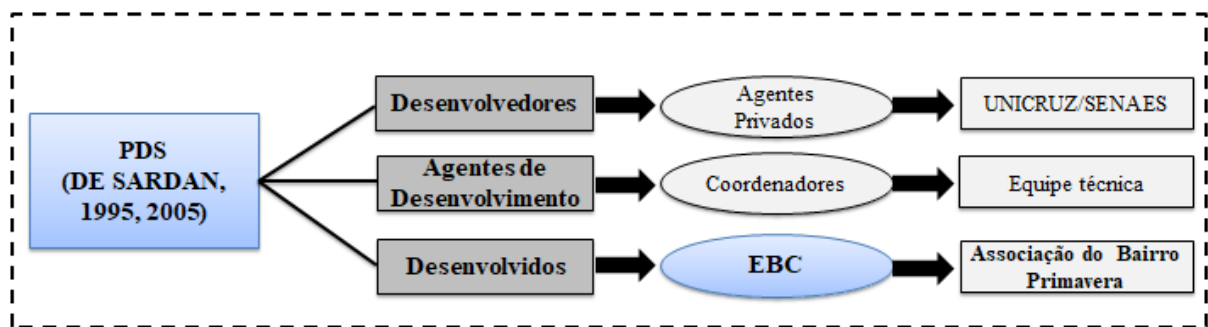
Constata-se então, a atuação dos agentes de desenvolvimento, uma vez que, “de um lado o agente de desenvolvimento deve louvar os conhecimentos técnico-científicos contra os conhecimentos populares, do outro deve ‘casar’ um com o outro” (DE SARDAN, 1995, p. 155). Tal achado corrobora com o argumento de De Sardan (1988), posto que, os desenvolvedores estão sendo interlocutores de informações e conhecimentos aos desenvolvidos, atendendo o que se espera de sua atuação.

Outro ponto a ser abordado, é a estrutura de apoio do projeto que se modificou, visto que, não possui a mesma fonte de recursos que se tinha inicialmente (Figura 5), sendo composto somente pela UNICRUZ e a SENAES (Figura 9). Dessa maneira, os patrocinadores iniciais auxiliaram na construção e compra de maquinários, mas como todo projeto possui início, meio e fim, os fomentos externos também apresentam prazo de vigência. Conforme Luana (Assistente Social do Projeto):

Hoje você tá trabalhando com eles ainda, mas não tem patrocinadores, recursos, como vinha antigamente, porque a gente já chegou na fase que era a construção, a organização dos catadores organização do espaço físico, e as oficinas de treinamento para que eles pudessem futuramente, quando não tivesse mais o projeto, eles gerir o próprio negócio né.

Percebe-se a questão de sobrevivência em longo prazo das associações, que seria o alcance de um dos principais objetivos do projeto. Entretanto, de acordo com Rebeca (Coordenadora do Projeto), mesmo que o projeto venha a ficar sem fomento externo, ao menos em médio prazo, continuará existindo, pois “é uma das questões que a UNICRUZ assumiu”. À vista disso, constata-se que de fato a instituição soma esforços para manter o projeto ativo, a fim de que fortaleça as associações e gere desenvolvimento local e regional, cumprindo o estabelecido por ela.

Figura 9 – Situação atual do Projeto Profissão Catador



Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Alicerçado a este contexto, é possível refletir sobre a questão das instituições, ao passo que, a iniciativa da UNICRUZ deve ter fortalecido a mesma, pois como De Sardan (1988, 2005) alega, um PDS é um espaço que contempla indivíduos heterogêneos que se unem por meio de um objetivo comum, mas que também possuem objetivos individuais. Consoante a isso, o projeto carrega a importância de atender uma causa social e ambiental, o que traz consigo mais do que uma resposta a um dever implícito enquanto instituição comunitária, mas uma postura que se reflete ativa e positiva perante a comunidade como um todo.

Além disso, por meio dos dados secundários, como os documentos para solicitação de fomento, site e artigos científicos; bem como as entrevistas, constatou-se que o projeto obteve grande crescimento, e é reconhecido por diversas entidades, as quais ultrapassam o estado. Infere-se então, que a própria instituição passou a ser mais conhecida e reconhecida, uma vez que, a cada evento ou conquista de prêmio que o projeto recebe, a UNICRUZ está presente.

Sob a linha de pensamento do suporte ao projeto, evidencia-se congruência com o exposto por Anacleto, Paiva e Moura (2017) e Peredo e Chrisman (2006), pois discutem sobre a relevância da manutenção ao longo do tempo de um projeto, devido à dificuldade que os empreendimentos têm de se manter sem apoio externo. Aliado a isso, evidencia-se que a UNICRUZ está cumprindo seu papel social, posto que, se responsabilizou com a causa que defende, seja através da busca por apoio externo, quanto por seu próprio auxílio.

O que compete à sobrevivência das EBCs sem apoio do projeto, a AREPRICA foi apontada como uma das poucas que, neste momento, possivelmente, conseguiria se manter ativa, conforme se observa no seguinte relato de Rebeca (Coordenadora do Projeto):

Então o que que hoje eu posso te dizer, é uma associação que, se o projeto não tivesse mais como te continuidade nenhuma, se de repente a UNICRUZ falasse não, nós não vamos mais banca os profissionais, vocês tem que se retirar totalmente, eu vejo que tem possibilidade de sobreviver sim, dentro dessa associação. Porque eles aprenderam a fazer os processos de compra, de venda, a questão política e social que é ter voz, sabe chega nas pessoas, negocia, eles conseguiram assimilar. O que que é importante que tenha, que o grupo não se desfaça, né, é importante que esse aprendizado ele continue sendo passado para os outros.

Observa-se congruência com os achados de Campos (2015), dado que, segundo a autora, a parceria entre diversos indivíduos em um projeto ocasiona tensões e desafios de aprendizado, podendo gerar ganhos econômicos e técnicos, favorecendo a comunidade envolvida, neste caso, os desenvolvidos. Entende-se que a EBC possui um grupo de recicladores ativos, que se interessam em aprender, pois almejam crescer. Assim, acabaram por carregar e aplicar nas práticas os conhecimentos que lhes foram passados, mesmo dentre suas dificuldades, e assim estão conseguindo desenvolver um empreendimento que reflete proatividade.

Contudo, é preciso considerar também que: “o fato de ter outras associações antes amadureceu bastante a equipe, então ela acaba que ela evoluiu mais rápido que as outras, mas pela bagagem que a equipe conseguiu levar e transferir pra dentro do projeto” (Fala da Entrevistada Rebeca, Coordenadora do Projeto). Diante disso, torna-se possível fazer ligação com o defendido por De Sardan (1988) a respeito dos PDS, pois devido ao papel desempenhado pelos agentes de desenvolvimento no processo de transmissão de informações e conhecimentos, ao mesmo tempo acabaram por obterem saberes para a própria equipe, o que impactou na sobrevivência das EBCs.

Um ponto evidenciado enquanto carente, é a gestão das finanças da EBC, porque necessita de maior aperfeiçoamento: “é preciso mais capacitação, conhecerem novas ferramentas de gestão” (Fala da entrevistada Eva, Coordenadora do Projeto). Além da questão

de que a pessoa responsável por essa função, normalmente, se sente receosa em fazer o pagamento, tanto por ter incerteza sobre a precisão do resultado, quanto pela receptividade do grupo. “Muitos deles tem medo, esse negócio de fazer o pagamento é um sofrimento assim óh, quando uma sai e a outra tem que volta, eles têm medo de errar sabe, por mais que a gente passe segurança” (Fala da entrevistada Tuane, Assistente Administrativo do Projeto).

Entram, neste espaço, os agentes de desenvolvimento (DE SARDAN, 1988), que auxiliam os desenvolvidos resolvendo incongruências, a fim de traduzir a linguagem de modo mais formal, neste caso, para o grupo, em vista de que entendam como se procedeu a atividade. Evidencia-se a relevância do aprendizado construído pelos agentes de desenvolvimento, tanto para a condução satisfatória do seu papel, quanto para o impacto que gera nas EBCs que são criadas. Constata-se aqui, a importância da atuação não somente dos desenvolvidos, mas dos desenvolvedores e agentes de desenvolvimento, os quais devem desenvolver suas ações com base no longo prazo, para que o crescimento ocorra o mais rápido possível, tendo então, que lidar com a complexidade que possui um projeto social e seus diversos indivíduos, bem como De Sardan (1988, 1995, 2005) expõe.

4.1.3 Desenvolvidos: o caso da empresa de base comunitária

A economia solidária (FRANÇA-FILHO, 2007) advém de um modelo de gestão diferenciado, em que indivíduos vulneráveis se unem a fim de criarem soluções para obterem seu sustento, tais como EBCs (PEREDO, 2003; PEREDO, CHRISMAN, 2006) de reciclagem. A realidade enfrentada por estes indivíduos é marcada por preconceito, descaso e, por vezes, miserabilidade (VIRGOLIN; SILVA; ARAÚJO, 2015). Assim, enquanto trabalham como recicladores individuais, acabam por sofrer abuso dos atravessadores⁵, tanto por não terem conhecimento, quanto por ser a única opção (ARNS et al., 2015; SOUZA; PAULA; DE SOUZA-PINTO, 2012).

Aliado a isso, tendo em vista o número elevado de recicladores individuais que contemplavam o bairro Primavera, o projeto desenvolveu uma EBC, a fim de que trabalhassem em conjunto, e conseguissem melhores resultados. Assim, a EBC, no escopo deste estudo, acaba por preencher o grupo dos desenvolvidos, completando o que é defendido por De Sardan (1988), sobre a composição de um PDS.

⁵ Podem ser entendidos também enquanto intermediários comerciais, os quais obtêm os materiais coletados pelos recicladores individuais por valores a baixo da média, utilizando da boa-fé destes, posto que, necessitam do dinheiro e assim, normalmente, vendem pelo valor ofertado (SILVA, 2017).

Devido à complexidade que um projeto social congrega, a trajetória da EBC iniciou no ano de 2010, porém, de fato, criou forma no dia 11 de junho de 2013. Conforme relato de Eva (Coordenadora do Projeto), “muitas vezes tu começa a trabalhar com os grupos num período, mas até tu constituir uma equipe, e tu conseguir constituir uma associação, leva bastante tempo”. Tal argumento vai de encontro com o defendido por De Sardan (1995, 2005), o qual expõe sobre a complexidade que possui um projeto social, devido as diversas realidades envolvidas.

Segundo Rebeca (Coordenadora do Projeto), devido ao aprendizado proporcionado pela participação no projeto, a EBC foi construída de forma diferente: “Primavera já foi feito todo o projeto antes, foi pensado como deveria se, então tem tudo certinho [...] é uma estrutura que tu já tem onde recebe os grupos, onde mostra a associação, mostra os fardos, mostra separação... tem essa estrutura diferenciada”. Observa-se congruência com Virgolin, Silva e Araújo (2015), os quais argumentam que um projeto social apresenta resultados mais em longo prazo. Neste caso, o aprendizado ocorreu através de tentativas anteriores, que demonstraram que ainda não se tinha uma estrutura física nas associações que atendesse o esperado. A seguir, nas Figuras 10 e 11 apresenta-se a estrutura externa e interna da EBC.

Figura 10 – Estrutura física externa da EBC



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 11 – Estrutura física interna da EBC



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nas Figuras 11 e 12, busca-se ilustrar o espaço em que os recicladores desenvolvem suas atividades, o qual, de fato é configurado enquanto um galpão de reciclagem, o que não ocorre nas outras EBCs. Explica-se isto, devido ao fato apontado por Rebeca (Coordenadora do Projeto), o que acaba por refletir a complexidade de um PDS e seus atores, pois mesmo indiretamente, a EBC obteve um empreendimento físico melhor. Assim, constata-se por meio das entrevistas, que a EBC se tornou referência enquanto espaço de visitação e eventos, o que gera maior oportunidade de crescimento e aprendizado a mesma, dado que, se tornou fonte de atenção, e obteve aproximação da comunidade.

Ressalta-se ainda, que a forma de organização dos recicladores da EBC é diferenciada, posto que, de acordo com Luana (Assistente Social do Projeto), mesmo diante do número elevado de trabalhadores existentes no bairro, houve muita insegurança inicialmente. Dessa forma, é trabalhado de duas maneiras na EBC: em uma se tem os recicladores coletivos que ficam somente no galpão; e em outra existem os recicladores avulsos⁶, os quais saem recolher seus materiais na rua e vão até a EBC somente para enfardar em um dia específico da semana. Segundo Luana (Assistente Social do Projeto), foi um longo processo de trabalho para

⁶ Por vezes citados enquanto recicladores individuais, entretanto, para não causar similaridade com o reciclador individual que trabalha somente na rua, serão entendidos enquanto recicladores avulsos os trabalhadores que participam da AREPRICA.

conseguir aproximar os recicladores avulsos até a EBC, conforme se observa no seguinte trecho:

A gente começou um trabalho chamando os catadores avulsos, pra eles irem pra dentro da associação, e eles começaram os próprios catadores avulsos, ali ao redor da associação, em conversa com os catadores que trabalham na doação, eles começaram a perceber assim os valores né, que eles tavam comercializando, o produto deles, e era bem maior do que eles vendiam para o atravessador, e eles tavam perdendo muito com isso, né, daí começamos assim ó, fazer com que o catador avulso viesse trabalhar, viesse pra dentro da associação [...] E a preocupação deles, eles não entendiam no início, que teria essa divisão, eles achavam assim oh, eles teriam que coletar o material deles, leva pra associação e ter que dividir com o restante, então até chegar, a fazer com que ele entendessem que não iria acontecer essa divisão, foi um processo bem longo né.

Diante do exposto, aponta-se o defendido por Silva (2017), o qual argumenta que os recicladores acabam por trabalhar individualmente devido diversos motivos, como: preferência em desenvolver a atividade sozinho em vista de ter maior autonomia e os resultados serem somente para si; não compreenderem ou terem conhecimento de como ocorre a formação de uma associação e/ou cooperativa de reciclagem; a falta de conhecimento técnico para buscar apoio nos estágios iniciais da formação de um empreendimento solidário; e por acreditarem que irão trabalhar para os agentes externos, que fomentam a associação e/ou cooperativa, não tendo conhecimento de que o negócio é dos recicladores.

Neste contexto, identificou-se congruência com o exposto por Silva (2017), dado que, os recicladores avulsos trabalham desse modo devido obterem maior rendimento, pois caso houvesse maior número de materiais, tal cenário poderia ser diferente. Ressalta-se que estes recicladores são mais retraídos e desconfiados do que os que trabalham em coletivo, o que corrobora com os achados de Silva (2017), em relação a falta de compreensão sobre como o trabalho é desenvolvido em uma EBC de reciclagem. Vale apontar ainda, que conforme Luana (Assistente Social do Projeto), os recicladores que permanecem na EBC e apresentam postura ativa, conseguem uma mudança de vida significativa:

Aqueles que permanecem, eles têm uma mudança de vida sim, né, tanto financeiramente porque hoje se consegue mais quantidade de materiais e eles participam muito de capacitações, né, não é só feito assim, aquele trabalho dentro da associação [...] quanto se iniciou o trabalho com eles, se trabalhava cidadania, associativismo, [...] a parte de direitos, tudo assim foi trabalhado né, eles passaram por várias oficinas e fora isso, é realizado, nós temos uma vez por ano, a gente tem um fórum de catadores, onde é um encontro de catadores, agora já se tornou um fórum de catadores que no início o encontro era só, catadores de cruz alta, hoje já se chama os outros municípios para participar. Daí eles ficam dois dias né, debatendo, é um encontro deles, nós ficamos só como ouvintes né, não interferimos nesse processo e eles vão a cada dois meses, eles vão pra porto alegre que eles tem dois dias de capacitações lá com outros catadores, que é na AVESOL, [...] Então aquele que tu

nota assim, aquele que tá participando destes encontros ele tem uma outra visão, né, eles vem de lá com outra visão de vida, de crescimento, de empreendedorismo, bem diferente daquele que não quer sair, não quer ir para as capacitações.

À vista disso, evidencia-se a diferença na vida do reciclador que ingressa e permanece na EBC, em comparação ao que não consegue se manter nela. Contudo, entender tal posicionamento dos recicladores enquanto desistência é ignorar o fato da sociedade como um todo não o apoiar, nem sequer separando o lixo de forma adequada, pois na maioria das vezes, quem é dotado de conhecimento e oportunidades não são os recicladores (TRINDADE; SILVA, 2015).

4.1.3.1 O avanço dos envolvidos: reflexos de um projeto de desenvolvimento social

Iniciativas sociais enquanto EBCs normalmente buscam o desenvolvimento de determinada localidade, seja este social, econômico e/ou ambiental, em vista de maior empoderamento e capacitação dos envolvidos (SARREAL, 2013). Para que isso ocorra, é preciso a mobilização de indivíduos locais em prol de um projeto da comunidade (BUARQUE, 1999).

Um ganho importante do projeto, obtido através do esforço de todas as EBCs de Cruz Alta, tendo o presidente da AREPRICA como um dos principais representantes neste processo, é a implantação da coleta seletiva em oito bairros, enquanto, anteriormente, ocorria de duas formas: coletasso e a coleta seletiva da prefeitura⁷. O processo de tal implantação levou, em média, 4 anos, entre as associações, o projeto e a prefeitura.

Tal contexto corrobora com o exposto por De Sardan (1988, 1995, 2005), em relação ao conflito entre os diferentes objetivos que os indivíduos que compõe um projeto possuem. Além disso, evidencia-se a questão do desenvolvimento, em que os indivíduos tiveram oportunidade de crescimento através de uma busca de diversos indivíduos, o qual de fato ocorreu, porque o objetivo foi alcançado (DE SARDAN, 1995, 2005; SARTRE; BERDOULAY, 2005; CONTERATO; FILLIPI, 2009). Salienta-se ainda, que a vitória foi obtida por meio dos recicladores, conforme relato de Morgana (Publicitária do Projeto):

⁷ O coletasso ocorria em um dia específico da semana, em que cada associação se deslocava em grupos para fazer a coleta de resíduos na vila próxima ao galpão, além de irem buscar materiais com um pequeno caminhão nas empresas parceiras. Já a coleta seletiva da prefeitura, é um contrato do agente público juntamente com a empresa coletora de lixo da cidade, em que os resíduos depositados nos containers do centro da cidade são levados para as associações.

Então os catadores eles são protagonistas, da ampliação da coleta, né. Então uma reunião que me orgulha muito, foi logo que eu entrei, eu fiquei muito assim, feliz, foi quando eles fizeram na antiga gestão municipal ali né, no antigo prefeito, eles fizeram, depois de várias, várias negociações deles né, com o poder público municipal... hã, eles entraram na prefeitura naquele salão nobre, foram assim, foi mais acho que de cinquenta catadores, porque, e eles assim, deram um ultimato no prefeito, de que tinha que sair dali o papel da ampliação da coleta seletiva assinada. E eles conseguiram, e saíram com o papel assinado. Né, e em momento algum naquela reunião, naquele momento, teve uma intervenção da nossa equipe ou da coordenação. Os catadores dialogando com o prefeito.

Percebe-se o defendido por De Sardan (1995, 2005), dado que, os indivíduos que pertencem a tal projeto possuem diversos interesses, o que torna pertinente e necessária diversas negociações, a fim de que o resultado tanto a longo, quanto a curto prazo, satisfaça ambas as partes. Ao mesmo tempo, é possível observar que o grupo dos desenvolvidos apresenta amadurecimento, uma vez que, os agentes de desenvolvimento, neste caso, não precisaram intervir. Silva (2017, p. 8) complementa que, “para enfrentar essa dura realidade de pobreza e exclusão social, um contingente considerável de catadores – trabalhadores envolvidos em diferentes elos da cadeia da reciclagem – tem buscado se organizar sob diferentes estratégias de ação coletiva”.

Neste sentido, observa-se a atuação de cada indivíduo do PDS apontado por De Sardan (1988), sendo a prefeitura enquanto desenvolvedora, o projeto como agente de desenvolvimento, e as associações sendo os desenvolvidos. Entende-se que a coleta favorece todos os indivíduos, sejam desenvolvedores, agentes de desenvolvimento e desenvolvidos, o que acaba por satisfazer de fato o objetivo de um PDS. Alicerçado a isso, constata-se o interesse por parte dos recicladores em obterem crescimento e visibilidade, bem como a maior atuação dos agentes públicos; o que torna a questão em si da reciclagem e tais empreendimentos assuntos que percorrem a população que os cerca, em que tais achados vão de encontro com o exposto por Arns et al. (2015).

Além disso, é possível realizar um comparativo da situação social dos recicladores antes de participarem da EBC e após. Os recicladores, trabalhando individualmente, enfrentavam tanto questões de vulnerabilidade, miserabilidade, exclusão social, como abuso de atravessadores. “Histórias de vida muito difíceis, [...] toda essa bagagem que eles trazem, essa bagagem social de dificuldades, muitas vezes de miserabilidade” (Fala da entrevistada Eva, Coordenadora do Projeto).

Sobre isso, Marcos (Reciclador) mencionou que entregava seu material para os atravessadores e o valor pago era “bem menos, hoje inclusive o papel aqui é trinta e oito esses atravessador tão pagando quinze centavos”. A maneira de organizar o material também era

superficial, o que emerge ao pensamento de que, provavelmente, o atravessador possuía poder de barganha: “[...] nós separava mas nós botava tudo dentro de um *bag* e daí o cara ia lá pesava e levava (Fala da Entrevistada Clarisse, Recicladora)”. Tais achados coincidem com o estudo de Veronese (2016), o qual declara que através da atuação em empreendimentos de reciclagem, os indivíduos conseguem obter maior visibilidade perante a sociedade, além de melhores condições de trabalho.

Em relação aos recicladores que trabalham individualmente, Silva (2017, p. 39) expõe que possuem menor poder sobre os atravessadores, os quais compram seus materiais pelo valor que impõe, “apropriando-se assim de grande parte do excedente produzido na fase da coleta”. Com isso, emerge a questão da intervenção dos agentes públicos e privados, a fim de criarem iniciativas solidárias que beneficiem tal classe, bem como foi feito pela UNICRUZ. Assim, um PDS possui resultados a longo prazo (DE SARDAN, 1995, 2005), contudo, mesmo em curto, é possível observar alguns pontos relevantes.

Silva (2017) discorre que trabalhando em associações ou cooperativas, os recicladores conseguem obter melhores condições de trabalho e renda. Conforme Lucas (Administrador do Projeto): “conseguimos visualizar grandes mudanças nas vidas dos catadores, catador que conseguiu reformar a casa, pagar um curso para que o filho possa se aprimorar, ingressar na faculdade”. Neste escopo, Vorley e Williams (2015) complementam que, a inserção em empreendimentos pode proporcionar um futuro digno, gerando transformações nas vidas dos indivíduos. Percebeu-se também, o amadurecimento em relação a autoconfiança dos recicladores, dado que, tinham insegurança em falar em público, em virtude da opinião da comunidade:

E a Silvia tu chamava assim, Silvia tu tem que falar alguma coisa, ‘ai eu não vou’, e hoje assim óh, quando tu, ela tem que falar, ontem ela tava em uma apresentação para os acadêmicos no campus, a Silvia que vai, e ela consegue desenvolver tranquilamente o trabalho dela, até para vida dela (Fala da Entrevistada Luana, Assistente Social do Projeto).

Evidencia-se assim, o empoderamento que o projeto desencadeou, o que corrobora com um dos objetivos de uma iniciativa social, em vista de reinserir os indivíduos (SARREAL, 2013). Silva (2017) acrescenta que, ações dos agentes públicos e privados em prol de apoiar tais iniciativas de reciclagem provocam maior empoderamento aos envolvidos. Sobre isso, Morgana (Publicitária do Projeto) apontou que o trabalho que desenvolve com a EBC é somente de suporte (Figura 12), pois os próprios recicladores conseguem se posicionar sozinhos, sem que seja necessário alguém ficar lhes dizendo o que falar no momento de uma entrevista:

[...] a propriedade com que eles falam do trabalho deles, hã, da, da, do orgulho, do orgulho que eles tem de trabalha, né, dos materiais audiovisuais, toda vez que eu preciso conversa eu me impressiono, né, porque, alguns dizem ‘ai não vou fala, não sei fala, não quero fala’, e na hora que eles tão ali deslançando na frente de uma câmera eles falam muito melhor que nós.

Figura 12 – Suporte de publicidade



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na Figura 12, buscou-se ilustrar o momento de suporte com a publicitária, o qual ocorre de modo informal, e cada reciclador expõe sua dúvida caso considerar pertinente, dado que, pode preferir realizar uma entrevista sem este apoio. Consoante a isso, observa-se que os desenvolvidos fizeram uso dos saberes e informações obtidas através dos agentes de desenvolvimento, e conseguiram transformar em conhecimento que utilizam (DE SARDAN, 1988). Tal evidência corrobora com o relato de Eva (Coordenadora do Projeto), a qual menciona que: “hoje eles conseguem negociar com o poder público, hoje eles conseguem estabelecer parcerias com os geradores que são as empresas, as indústrias que geram mais resíduos. Então isso tudo é feito por eles, então isso já é um resultado de um ganho bem significativo de inclusão social”.

Outro ponto a ser ressaltado nos avanços sociais remete a questão de que, “o gênero feminino prevalece no grupo, e quando ocorrem desentendimentos os homens acabam desistindo e deixando de participar do projeto, enquanto as mulheres, mesmo sendo um trabalho

que requer força, seguem persistindo em seus serviços” (Fala da entrevistada Eva, Coordenadora do Projeto). O que coincide com os dados secundários analisados, posto que, ao longo do tempo, o número de recicladores do sexo masculino foi diminuindo e, atualmente, o grupo da EBC é formado por 16 recicladores, em que 14 são do sexo feminino.

Em relação ao trabalho infantil, foi erradicado, pois não é permitido que crianças nem sequer acompanhem seus pais no momento de serviço. O que apoia o exposto por Silva (2017, p. 18), o qual aponta sobre o Fórum Nacional Lixo e Cidadania de 1998, que luta pela “erradicação do trabalho infantil com o lixo em todo o país, com o lançamento da campanha Criança no Lixo Nunca Mais”.

Identificou-se também impactos na renda dos recicladores, uma vez que, conforme Marcos (Reciclador), trabalhar na EBC “melhor bastante o financeiro tipo assim eu tirava trezentos, quatrocentos por mês, aqui eu faço mil, mil e cem, mil e duzentos tudo melhor aqui”. Para Silva (2017), tais iniciativas surgem enquanto forma de reinserção de indivíduos que estão a mercê da vulnerabilidade social. De acordo com Eva (Coordenadora do Projeto), “em relação a questão de renda, nós temos um dado que a gente sempre trabalha, que é em torno de duzentos e oitenta por cento que aumento a renda no bairro Primavera”. Neste escopo, se faz ligação com o defendido por Peredo e Chrisman (2006), os quais argumentam que essas iniciativas acabam por afetar tanto o ambiente como reduzem a pobreza.

Contudo, analisando a renda mensal durante quatro meses, um reciclador avulso conseguiu obter no mês até R\$ 2.079,40, enquanto um que trabalha no coletivo recebeu, no máximo, R\$ 233,04. Alicerçado a isso, tais achados vão de encontro com o estudo de Campos (2015), em que houve melhoria social marginal, mas que ainda carece de crescimento. Entende-se que o motivo de tal contexto ocorre devido a quantidade de materiais recicláveis ser baixa, ou seja, falta consciência por parte da comunidade como um todo em separar e destinar adequadamente seu material. Assim, tal argumento pode ser consubstanciado por Silva (2017, p. 44), o qual expõe que os “trabalhadores vivem em sua maioria no limite de suas necessidades básicas e contam apenas com a renda de seu trabalho para conseguir manter a si e suas famílias”.

Sobre isso, remete-se ao pensamento de que se houvesse maior apoio público e da sociedade como um todo, os recicladores poderiam ganhar ao menos um salário mínimo e receber o dobro de materiais. Porém, devido a realidade ser diferente, a rotatividade de indivíduos na EBC apresenta acréscimo, visto que, em 2017 possuía cerca de 25 recicladores, sendo 12 coletivos e 13 avulsos, o que foi se modificando a cada mês e, atualmente, conta com um quadro de 16 recicladores, sendo 10 coletivos e 6 avulsos.

Por outro lado, verifica-se que trabalhando na EBC os recicladores têm maior consciência em relação a reciclagem, não carregando fardos tão pesados. Todavia, até perceberem que estavam prejudicando sua saúde, chegaram a fazer fardos de 300 kg: “a gente fez uma reunião, com nós e os enfardador, que isso tava ficando muito pesado e tava machucando as costa, como tu mesmo viu que tem pessoas de idade lá” (Fala da entrevistada Silvia, Recicladora). Diante do ocorrido, decidiram trabalhar com fardos de 80 kg. Tal fato corrobora com os dados da faixa etária dos recicladores da EBC, em que a média é de pessoas com 30 a 50 anos, possuindo uma recicladora de até 61 anos.

Tal cenário corrobora com os riscos físicos enfrentados pelos recicladores (SILVA, 2017), os quais, ainda que trabalhando em melhores condições são perceptíveis (BASTOS; ARAÚJO, 2015). Entretanto, não somente estes agravantes no trabalho, mas os riscos ocasionados pelos materiais contaminados, em que os recicladores podem, mesmo com a utilização de EPIs, sofrerem acidente no trabalho ou adquirirem alguma doença.

Verificou-se que os recicladores têm uma visão realista, posto que, entendem que uma das justificativas por não haver um número maior no grupo é o descaso da sociedade, o qual se inicia na fase de destinação: “se tivesse mais pessoas que tivessem consciência que isso é um trabalho, com certeza existia muito mais pessoas trabalhando na associação” (Fala da entrevistada Silvia, Recicladora). Há também falta de conhecimento, visto que, a sociedade, em alguns casos, nem sabe quais materiais são recicláveis e não procuram aprender; ao menos é o que a falta de materiais demonstra. “A maioria pensa que é só o pet porque ele divulga só o pet na televisão, e não é o pet, jornal, livro, hã, caderno, revista, tudo é material pra nós” (Fala da entrevistada Eloisa, Recicladora).

Entretanto, há uma questão forte relacionada a comunidade, posto que, existem fatos que evidenciam certa modificação no comportamento, mesmo que ainda contemple pequena parcela. Tuane (Assistente Administrativo do Projeto) mencionou que, “vejo bastante evolução assim das pessoas, de te visão né. Tã, tendo mais consciência é. Hã, só que a gente ba, é um trabalho de formiguinha que a gente tem que tá sempre né”. Neste meio, Eloisa (Recicladora) complementou que, “muitas vezes até guardam pra gente, vai cruzando eles chamam a gente. Pra alcança na mão da gente os material”. Entende-se que esta mudança se justifica através do trabalho de sensibilização da comunidade e a implantação da coleta, o que tornou mais próximo o contato dos recicladores com a população, bem como a facilidade de destinar o material, pois recolhem diretamente nas casas.

De acordo com Rebeca (Coordenadora do Projeto), o reconhecimento da população em relação a profissão dos recicladores é um resultado que ainda estão buscando, existe um grande

trabalho entorno disso, mas não há como se esquecer de que se trata de um PDS que gera impactos ao longo do tempo (DE SARDAN, 1995, 2005). Bem como Trindade e Silva (2015) destacam, é preciso ser desenvolvido um longo trabalho cultural para que o reciclador seja entendido enquanto um indivíduo que não vive atrelado ao lixo, mas que realiza suas atividades com resíduos e assim obtém seu sustento. “O processo de conscientização deve partir de políticas específicas a esse grupo que dia a dia se consolida num lugar de extrema importância à nossa sobrevivência” (TRINDADE; SILVA, p. 131).

Conforme Luana (Assistente Social do Projeto), os recicladores argumentam que: “não trabalham com o lixo, porque lixo é tudo aquilo que não presta, né, e o, o material que eles trabalham gera renda, [...] então eles são recicladores. Porque se não, se eles não fizerem esse trabalho, esse material deles vai pro lixo”. Trindade e Silva (2015, p. 131) defendem que “o reconhecimento desse grupo de cidadãos terá que ocorrer, pois culturas diferentes são saberes/fazeres diferentes. Muitos segmentos da sociedade já reconhecem o catador como profissão e, mais do que isso, como um agente a serviço da melhoria ambiental”.

Identificou assim, que a visão dos recicladores sobre a questão ambiental é forte, possuem clareza da relevância da preservação, não buscando somente realizar seu trabalho para fins monetários, mas para um futuro mais sustentável. Como destacado por Thomas (Reciclador – Presidente): “hoje se eu vê um plástico na rua eu tenho vontade de recolhe. Então tudo isso daí contribui não só pra mim, pra cidade, pra o meio ambiente”. Além disso, os recicladores recebem materiais que não resultam em lucro, pois não recebem mais que R\$ 0,07 centavos; contudo, tendo consciência da importância de tal descarte, realizam o trabalho da mesma forma. O que corrobora com o exposto por Eloisa (Recicladora), “não deve larga na natureza né, que isso prejudica muito, [...] a gente tá fazendo um favor, ao meio ambiente né”. Assim, “a reciclagem e o trabalho dos recicladores são alternativas inteligentes e consistem em geração de trabalho e renda, diminuindo o impacto social dessa sociedade de consumo” (FORTUNA; FOSCHIERA, 2015, p. 83).

Neste contexto, alguns recicladores vão até as escolas dar palestras de educação ambiental as crianças, os quais, segundo Rebeca, defendem que “deixo de se um mero catador pra se um agente ambiental”. À vista disso, bem como Bastos e Araújo (2015), Fortuna e Foschiera (2015) e Silva (2017) apontam, a atividade de reciclagem, em virtude do grande acúmulo de resíduos e problemas entorno de como resolver tais questões, acaba por se tornar um escape para sistemas públicos falhos.

Portanto, com base na discussão da presente subseção, percebe-se a relevância da criação de um PDS voltado as carências da comunidade, enquanto geração de trabalho e renda;

bem como o impacto que a atuação de cada grupo de atores, sejam desenvolvedores, agentes de desenvolvimento ou desenvolvidos, pode gerar no crescimento do mesmo. Argumenta-se isso, devido a diferença de crescimento da EBC AREPRICA devido o aprendizado obtido pelos agentes de desenvolvimento, além da proatividade e interesse dos desenvolvidos em se capacitar. Constatam-se aqui, a questão da complexidade e imprevisibilidade de um projeto, pois todas receberam o mesmo apoio, mas uma cresceu mais que a outra, sendo o inverso do que se espera, em que a mais nova se desenvolveu com maior rapidez do que a pioneira.

4.2 O TRABALHO COLETIVO

Nesta subseção são discutidas as questões referentes ao trabalho coletivo desenvolvido na EBC, com base na autogestão e ação coletiva, além de se destacar o entendimento que os recicladores possuem em relação ao mesmo.

4.2.1 Autogestão: uma construção coletiva

O formato do trabalho na EBC se dá através de um único grupo, dado que, dividindo o grupo por faixa etária, não se obteve bons resultados. Emerge em meio a este achado, a questão da autonomia do grupo, uma vez que, os recicladores optaram por dividi-lo, mas não souberam agir com liberdade e compromisso ao mesmo tempo.

Consoante a isso, Eloisa (Recicladora) afirmou que tal modo de trabalho não funcionou na EBC devido ao grupo dos recicladores mais jovens terem passado a desenvolver as atividades com menor empenho, esperando que o outro grupo desenvolvesse todas as atividades. Com base no exposto por Flach (2011) e Silva (2017), percebe-se que os recicladores não estavam agindo sob os princípios da autogestão, posto que, estavam deixando seus interesses individuais acima da coletividade; o que não corrobora com um espaço que preza por relações solidárias e democráticas, conforme Carvalho (2012), Pinheiro e Paula (2016) e Virgolin, Silva e Araujo (2015), também argumentam.

Em relação a esta mesma questão, é válido apontar o projeto de fabricação de vassouras pet que foi implantado na EBC, devido esta possuir uma estrutura que, de fato, corresponde ao formato de uma EBC de reciclagem. O andamento de tal projeto demonstra, novamente, como os recicladores carecem de maior entendimento sobre como agir com base nos princípios da autogestão, uma vez que, não conseguiram trabalhar ao mesmo tempo na reciclagem e no projeto das vassouras pet. De acordo com Rebeca (Coordenadora do Projeto): “o que que

acontece, quando tu tem lá a associação, que ela tá para reciclagem, que ela tá pra, com essa função de separação, é muito difícil tu convence o catador de sai da separação do lixo, do reciclável pra i pra produção”.

Neste meio, o grupo não aceitou que alguns trabalhassem na fabricação das vassouras pet e outros na reciclagem, o que gerou conflitos na EBC. Assim, o projeto acabou sendo redirecionado a uma família externa ao Projeto Profissão Catador, e a EBC passou a fornecer o pet a mesma. Tal cenário demonstra a dificuldade de agirem com base na autogestão (PINHEIRO; PAULA, 2016), mas evidência que após a desistência da fabricação, observaram o prejuízo que tiveram, e passaram a vender o pet para o projeto, demonstrando agirem com maior planejamento. Tal achado corrobora com o exposto Vorley e Williams (2015), os quais argumentam que ações de empreendedorismo, a fim de criar soluções diferentes são um passo importante em EBCs, em virtude do seu crescimento.

Tendo em vista que a EBC é, mesmo diante de dificuldades, pautada pelos princípios da autogestão, a gestão é organizada com base em um estatuto que foi construído pelos recicladores; o que evidencia a questão de ser um empreendimento de todos, bem como Pinheiro e Paula (2016) e Virgolin, Silvia e Araújo (2015) apontam. Dessa forma, a gestão foi construída de modo que facilita o desenvolvimento das regras, com base nos valores e princípios do grupo; o que corrobora com Gherardi (2012b), a qual assume a relevância da produção coletiva para que o trabalho coletivo seja desenvolvido.

Ainda neste contexto, vale ressaltar que o objetivo da EBC, o qual consta no estatuto, destaca o interesse no “exercício profissional solidário, para executar, com autonomia, atividades similares ou conexas, em regime de associativismo e autogestão democrática, sem ingerência de terceiros, com a finalidade de transformar as condições socioeconômicas e de trabalho do grupo [...]”. Alicerçado a isso, identificou-se que a inserção de recicladores na EBC ocorre por meio de entrevista com a equipe do projeto e apresentação do estatuto e, posteriormente, por meio da votação dos trabalhadores é decidido se o reciclador é aceito ou não.

Além disso, com base no estatuto, é eleita uma diretoria na EBC por meio de uma assembleia, em que é realizada uma votação para escolher o presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal (composto por 3 recicladores), os quais serão eleitos por dois anos, podendo ser reeleitos. A seguir, no Quadro 14 é exposta a função detalhada, correspondente a cada cargo da EBC.

Quadro 14 – Cargos na EBC de acordo com o estatuto

Cargo	Função
Presidente	De acordo com o estatuto são diversas atividades, mas que ocorrem de fato são: convocar reuniões, solicitar que o grupo cumpra o mencionado no estatuto e, quando necessário, responder pela EBC, assinar documentos, etc.
Vice-presidente	Atua enquanto suporte do presidente, atendendo suas solicitações e, quando preciso, o representando.
Tesoureiro	Segundo o estatuto são diversas, contudo, as evidentes são: controlar o cartão ponto, as finanças, os materiais que recebem de cada doador, sejam parceiros, coletas ou comunidade, e negociar com o comprador dos materiais. Em alguns casos, devido à alta rotatividade fica como responsável do cargo a pessoa que se prontificar, demonstrando então, um processo informal.
Secretário	Age através do suporte direto das solicitações do tesoureiro.
Conselho fiscal	Não foi identificado em virtude da alta rotatividade de recicladores, a qual interfere nos responsáveis das funções. Assim, percebeu-se que acabaram por deixar o mais explícito possível a gestão, mas sem a revisão do conselho.

Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Entretanto, esta formação de diretoria serve enquanto controle e representação da EBC, posto que, nenhum indivíduo possui a autoridade de ditar regras, somente apresentar opiniões ao grupo. Conforme Thomas (Reciclador – Presidente): “pra mim foi bom, não tive que ‘ah, eu sou o presidente’, ‘eu sou melhor que vocês’ [...] o presidente só muda em questão de documentações, tu vai leva um nome em frente a associação, tu vai, é só isso, mais em questão de trabalho em grupo não muda nada”.

Evidencia-se o defendido por Carvalho (2015), Pinheiro e Paula (2016) e Virgolin, Silva e Araújo (2015), visto que, a autogestão é baseada em um empreendimento gerido por todos os integrantes de forma democrática e justa, sem que haja poder centralizado e delegação rígida de tarefas; em que se desenvolvem através de estruturas hierárquicas flexíveis (FLACH, 2011).

Um ponto do estatuto que recebe destaque é a questão do horário de trabalho, conforme Marcela (Recicladora): “se tipo eu não vim de manhã eu ganho falta e daí se eu vim de tarde eu ganho só o turno da tarde, ai se eu falta três dia seguido ai eu to suspensa do galpão”. Tal contexto corrobora com o apontado por Pinheiro e Paula (2016), os quais destacam sobre modelos de gestão diferenciados, em que os indivíduos possuem liberdade para criarem seu próprio modo de desenvolver o negócio.

Considerando que existem dois tipos de recicladores na EBC, os recursos são divididos de forma distinta. Os recicladores coletivos dividem os recursos de forma igualitária, em que é pago por cada turno que foi trabalhado. Tal cenário corrobora com o defendido por Anteg

(2005), Flach (2011) e Pinheiro e Paula (2016), os quais salientam que empreendimentos com base na autogestão e associativismo acabam por dividir de forma igualitária o rendimento.

Contudo, os recicladores avulsos recebem pelo valor de suas cargas de materiais individuais, não dividindo o valor arrecadado. Verifica-se assim, que os recicladores avulsos agem com base em alguns pontos dos princípios da autogestão (FLACH, 2011; PINHEIRO; PAULA, 2016; SILVA, 2017; TORRES, 2015), pois possuem autonomia e os mesmos direitos que os outros recicladores, cooperam com o grupo, participam das eleições; mas existem aspectos que não correspondem, como a divisão dos recursos ser individual. Além disso, evidencia-se a questão da ação coletiva no que compete a divisão dos recursos dos recicladores coletivos, visto que, de acordo com Wenningkamp et al. (2017), uma das características desses coletivos, é que dividem os recursos.

Logo, compreende-se que os recicladores seguem os princípios da autogestão na EBC, mesmo que existam alguns pontos que são modificados pelo grupo, a fim de se encaixarem com seu modo de desenvolver o trabalho coletivo. Isto não é entendido enquanto prejudicial, posto que, quando se entende que a autogestão fornece autonomia e flexibilidade ao grupo, quando agem com base em tal, estão seguindo os pressupostos do modo de gestão.

Todavia, existem aspectos que carecem de maior empenho, dado que, em certos momentos não apresentam interesse em novas oportunidades, como ocorreu com a fabricação de pets, pois tanto não souberam gerir, quanto faltou interesse para criar um modo de seguir no projeto. De forma geral, constata-se que ao longo do tempo foram aprimorando a forma de conduzir o empreendimento, a fim de que seja um espaço para o crescimento de todos, em que o grupo completo é o que gera bons resultados, e não somente sob o direcionamento de alguns.

4.2.2 Ação coletiva: em busca de um fim comum

As atividades desenvolvidas na EBC, de modo amplo, podem ser entendidas enquanto processos de gestão (aspectos administrativos) e os de reciclagem. Em relação à gestão, conforme exposto, existe uma diretoria que é responsável; e relacionado a reciclagem, as atividades são desenvolvidas por todos os recicladores, variando no número de pessoal e a própria disponibilidade, o que é decidido no momento de trabalho. Sobre isso, Ostrom (2007) argumenta que o número de indivíduos e a divisão na produção afetam o andamento das atividades positiva ou negativamente. Neste caso em específico, identificou-se que trabalhando desta forma os recicladores apresentaram conseguir desenvolver suas funções de forma satisfatória.

Contudo, devido se tratar de um empreendimento solidário, questões como a organização e limpeza do espaço físico também se tornam atividades a serem realizadas pelo grupo. Conforme consta no estatuto, visam: “propagar o espírito de solidariedade entre toda a categoria e agir de acordo com os critérios cooperativistas, sempre priorizando o coletivo e não o individual”. Percebeu-se congruência do exposto com os dados obtidos nas entrevistas, pois todos os recicladores apontaram que dividem as tarefas de organização do espaço físico, bem como se pode observar no seguinte trecho de entrevista:

É dividido, é dividido as tarefa. [...] Segunda o fulano, hã, faz, limpa a cozinha e lava essa partezinha aqui. [...] então aquele é todo dia, se chega de manhã, de manhã é a hora. Porque daí, hã, quase sempre a pessoa vem de manhã, né, então tem que tá limpo, tem que tá tudo certinho né. Então a fulana faz isso aí nesse dia, no outro dia a outra fulana faz, daí já nem precisa porque daí ela olha ali e já vai indo, né, não precisa nem tu... é assim (Fala da Entrevistada Letícia, Recicladora).

Tal achado corrobora com Barnaud et al. (2018), Schmitz, Mota e Sousa (2017) e Wenningkamp e Schmidt (2016), os quais refletem que a ação coletiva ocorre por meio de um interesse individual, mas que possui uma motivação coletiva com base na reciprocidade. Wenningkamp e Schmidt (2016) expõem que agindo de tal modo, é possível obter resultados positivos mais facilmente. Assim, o esforço do grupo resulta em cooperação e voluntariedade, em que ambos podem obter ganhos satisfatórios. Ostrom (2007) e Barnaud et al (2018) apontam ainda, que a cooperação e a reciprocidade entre o grupo podem facilitar ou prejudicar; o que, no caso exposto, evidenciou facilitar o andamento das atividades.

No que compete ao processo decisório, identificou-se que, bem como se defende na ação coletiva (BARNAUD et al., 2018; OSTROM, 2000, 2007; WENNINGKAMP et al., 2017), ocorre tudo “em conjunto, nunca se toma uma decisão sozinha numa associação. Porque nós não temo patrão, [...] se tem então regras a cumprir, né. O que tá no estatuto ali, já foi passado, batido ali, então aquilo a gente tem que segui né” (Fala da Entrevistada Letícia, Recicladora). Dessa forma, os assuntos são debatidos entre todo o grupo (Figura 13) e, quando necessário, é feita uma votação. Conforme Fernanda (Recicladora), “É perguntado se todos concordam né, é tudo junto”.

Figura 13 – Momento de reunião



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na Figura 13, busca-se demonstrar um momento de reunião, o qual ocorre de modo informal, em que os indivíduos se reúnem e decidem em conjunto. Salienta-se ainda, que se percebeu tanto nas entrevistas, quanto nos momentos de observação, que o grupo busca agir em conjunto, sem que nenhum indivíduo haja individualmente, posto que, fazem parte de um coletivo, e são os interesses deste que devem ser considerados.

Constata-se assim, que os indivíduos buscam agir com base na justiça e respeito ao grupo, em vista de que nenhum se destaque perante os outros, mas acordam em conjunto o que será decidido; assim como Barnaud et al. (2018), Ostrom (2000, 2007) e Wenningkamp et al. (2017), alegam ocorrer em uma ação coletiva. Além disso, em relação ao relacionamento do grupo, identificou-se que, no geral, conseguem se relacionar de forma positiva, contudo, por vezes, existem conflitos.

De acordo com Thomas (Reciclador – Presidente), quando o grupo observa que um reciclador está faltando e sendo desleixado com o trabalho, há uma reunião com este indivíduo, em que são expostos os pontos negativos e solicitado que mude, porque o grupo deve trabalhar não pensando no individual, mas no coletivo. Letícia (Recicladora) complementou ainda que:

[...] não se pode trabalha descontente, não pode né, todos tem que tá no mesmo, fala a mesma língua, se a outra colega também não gosto então vamo, vamo vê, vamo acha um jeito pra nós, que fique bem pra todo mundo né. A discussão, discussão que eu digo é trata dos assuntos de dentro do galpão, o que que tá certo, o que que tá errado, né. [...] Sempre tem uma coisa que lá vai tá descontente, mas vamo vê aonde que o outro fico descontente e vamo tenta alinha, pra da certo né, se não não da certo, né.

Tal contexto corrobora com o exposto por Castanheira e Pereira (2008) e Wenningkamp e Schmidt (2016), em que a ação coletiva deve partir de valores e da solidariedade para que de fato ocorra, visto que, quando se pensa em coletivo, os ganhos no desenvolvimento de uma localidade podem ser evidentes. Assim, se um conflito não é resolvido, o grupo encaminha o reciclador para a equipe do projeto a fim de que as assistentes sociais solucionem o problema. Caso não consigam mudar a situação, o grupo pode fazer votação através de uma reunião e solicitar que o indivíduo se retire. Tal achado coincide com o argumento de Gherardi (2012b), a qual menciona que a comunicação e a responsabilidade são cruciais para o apoio em tempo real da capacidade de pensar e agir coletivamente e cooperativamente em um grupo de trabalho.

Conforme Ostrom (2007), a reputação, confiança e reciprocidade são variáveis individuais que podem fortalecer ou prejudicar a cooperação de um grupo. Em relação a isso, ficou evidente que o grupo preza pelo coletivo, em que foram identificados os seguintes aspectos como relevantes: afinidade, amizade, confiança, honestidade, união, coleguismo, companheirismo, alegria e descontração. Neste contexto, Thomas (Reciclador – Presidente) destacou que “[...] a gente acaba criando uma relação muito forte né, como amizade”.

Um ponto que fortalece tais achados, sobre ser um grupo que age com base na ação coletiva (OSTROM, 2000) é mencionado por Tuane (Assistente Administrativo do Projeto): “[...] são bem receptivos. Eles têm até algumas regras assim que, eles esperam fecha uma carga pra entra outra pessoa, mas eles nunca se recusam a recebe alguém, sempre tem lugar pra mais um sabe”. Além disso, a carga é vendida através da união dos materiais dos recicladores coletivos e avulsos, em vista de venderem mais rápido, o que favorece a todos. Tal achado confirma o defendido por Castanheira e Pereira (2008) e Wenningkamp e Schmidt (2016), os quais expõem que as ações solidárias em conjunto podem gerar resultados positivos a todos, atingindo o desenvolvimento de determinada localidade; o que coincide com a EBC, pois quanto mais rápido conseguirem vender a carga de materiais, maiores resultados e crescimento obterão.

Aliado a isso, um achado que corrobora com Ostrom (2000), em relação a busca do bem comum, é a questão de a EBC receber uma sacola de alimentos que é dividida de forma igualitária entre todos. Contudo, “se tu entro lá esse mês, tu trabalho três dias, tu não recebe ainda. Tu só vai recebe no próximo mês. [...] pra fica uma coisa mais organizada. E justa, porque quando vê tu trabalha três quatro dia e recebe a sacola e sai, que também já aconteceu isso [...]” (Fala da Entrevistada Tuane, Assistente Administrativo do Projeto). Porém, segundo Letícia (Recicladora):

[...] a gente fica com dó do colega né, principalmente a comida que vem, porque tá ali no estatuto assim ó, trinta dias, a pessoa entra aqui, aí então tu espera mais daí aqueles trinta, se a comida vem hoje ela não ganha a comida, ela vai ganhar depois. Mas todo mundo tá aqui pelo mesmo objetivo, a comida. [...] porque a gente, a gente não quer só pra gente, a gente quer pros outros, pra todo mundo. Então a gente tenta fazer da nem que seja um pouquinho, vai vai espera até tal dia, não não, veio bastante então vamos repartir um pouquinho pra cada e deu, tá certa a coisa.

Assim, conforme Ostrom (2000), os indivíduos não agem somente por fins individuais, mas por causas que favoreçam a coletividade em vista do bem comum. Com base no discutido até o momento, acredita-se ser pertinente trazer à tona a discussão sobre o que é o trabalho coletivo para os recicladores da EBC. Segundo Thomas (Reciclador – Presidente), “trabalho coletivo é a gente tá a disposição né, não ter hora, não ter dia”. Já Letícia (Recicladora) argumentou que:

[...] como é que vai chegar um, vai chegar um caminhão ali, e eu sozinha vou poder fazer aquilo ali? Eu não posso. Então coisa boa que se tem aquelas outras pessoas pra ajudar. [...] é bom trabalhar no coletivo, é muito bom. Né, porque só eu vou fazer o que? Né, vou levar de repente uma semana ali fazendo aquilo dali que veio, né, o quanto, em nós, nós estamos aqui em dez, rapidinho, é rápido e a gente e aquele caminhão já né, já tá feito tudo, vamos enfada... o trabalho coletivo é muito importante, muito importante pra nós, né.

Observa-se congruência com o defendido por Gherardi (2012b), a qual menciona que o trabalho pode ser entendido enquanto uma ação coletiva e coordenada, em virtude de que, individualmente, cada pessoa deve cooperar com o grupo, fazendo com que haja união das atividades em vista do trabalho coletivo. Por isso, se há omissão por parte de participantes do grupo, o todo pode ficar comprometido.

Percebe-se que na EBC existe um ambiente de compartilhamento que favorece a ocorrência do trabalho coletivo, pois há diversidade de opiniões e modos de fazer que são transformados pelo grupo, bem como Pereira, Mendes e Moraes (2017) salientam que deve ocorrer. Dessa forma, o trabalho coletivo é a união de indivíduos que se desenvolvem através das atividades que realizam de forma conjunta (BORBA; SEMINOTTI, 2009). Aliado a tal cenário, Eloisa (Recicladora) mencionou que “[...] a gente trabalha sempre unida, quando uma não sabe das coisas uma pergunta pra outra né... [...] se a gente tá em dúvida de alguma coisa uma pergunta, posso perguntar pra outra pra gente não errar”.

Com base nas evidências, é possível inferir que o grupo preza pelo trabalho coletivo e pela união enquanto um laço que, por vezes, ultrapassa questões profissionais. Conforme a entrevistada Eloisa (Recicladora): “a gente tenta ajudar, [...] se ele não pode, a gente diz ó colega, tu não pode deixar que eu vou e faço por ti. É assim, como eu tava com problema na minha

vesícula, as guria não deixavam eu forceja, elas mandavam eu fica ali e elas faziam, por mim né, um ajuda o outro”. Assim, salienta-se que o grupo busca se auxiliar no momento de trabalho, independente da atividade que seja, bem como do tipo de reciclador, sendo coletivo ou avulso.

Consoante ao exposto, a ação coletiva se reflete enquanto o principal aspecto do trabalho coletivo na EBC, pois os indivíduos prezam o grupo e a relação que foi desenvolvida e fortalecida ao longo do tempo. Dentro disso, é possível entender que a ação coletiva serve de base para que ocorra a autogestão, posto que, faz com que a união do grupo e o interesse no bem comum façam com que consigam se organizar e se desenvolver, considerando o todo.

Portanto, o trabalho coletivo emerge tanto das atividades de autogestão, quanto de ação coletiva, em que as atividades nem sempre são vistas como coletivas, como os afazeres realizados pelo secretário; contudo, existe um fim coletivo por trás, o que faz com que sejam realizadas com base no objetivo do grupo. Dessa forma, tais achados corroboram com o exposto por Gherardi (2012b), pois um trabalho individual e/ou coletivo, é obtido através da uma orientação comum. Em que, Pereira, Mendes e Moraes (2017) e Borba e Semiotti (2009) complementam ainda, que o trabalho coletivo, mesmo realizado individualmente, possui em algum momento um fim coletivo que está interligado a outras atividades.

4.3 O FAZER ENQUANTO PRÁTICA

Realizar uma prática não é simplesmente fazer determinada atividade, é algo que possui pequenas ações, as quais são dotadas de diversos elementos visíveis e invisíveis aos olhos humanos (GHERARDI, 2012b; SCHATZKI, 2005), os quais, estando presentes ou ausentes, bem como sendo utilizados de diversos modos, impactam na realização da prática, a tornando diferente (GHERARDI, 2012b). Por isso, o pressuposto de que o ‘fazer’ de uma prática é o espaço em que os indivíduos podem obter conhecimento ou aprimorar o que sabem, em que se produz, compartilha e modifica a maneira de desenvolver uma prática (GHERARDI, 2006, 2011).

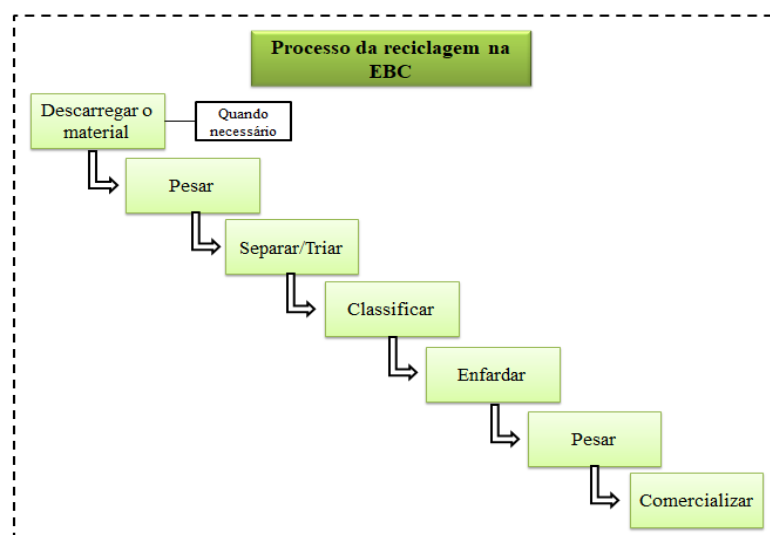
Em virtude disso, cada prática é diferente e acaba sendo feita como se fosse pela primeira vez, devido sua heterogeneidade (NICOLINI, 2009; NICOLINI; MONTEIRO, 2017). Nesta subseção são discutidas as práticas coletivas no momento de trabalho desenvolvidas na EBC, a fim de compreender como são aprendidas, produzidas e reproduzidas, bem como identificar a textura que as conecta, dividida nos itens do *zoom in* e *zoom out*.

4.3.1 Zoom in: um olhar mais apurado em vista das particularidades

Mesmo que uma atividade se pareça trivial, possui significados intrínsecos, isto é, a simples atividade de levar algo a determinado lugar (GHERARDI, 2012b), ou, no caso desta dissertação, a simplória atividade de separar o que é resíduo do que é lixo, possui muito mais do que um básico processo de reciclagem. Alicerçado a compreensão desenvolvida desde o início desta sessão, entende-se que as práticas coletivas no momento de trabalho, as quais residem na reciclagem, se sustentam pelo trabalho coletivo, posto que, este conduz a um desenvolvimento da coletividade, que fornece espaço para a autonomia do grupo; considerando que este atua com base na ajuda mútua.

Consoante a isso, compreende-se que é um trabalho que envolve pessoas, seus sentidos e atitudes, e a cada pequena prática, seja ela um pequeno gesto, acabará gerando algo diferenciado. Logo, existem diversas possibilidades e resultados através de uma ação (GHERARDI, 2012b). Assim, o processo da reciclagem na EBC depende de diversas variáveis, as quais são expostas na Figura 14, a seguir, a qual será posteriormente detalhada.

Figura 14 – Desenvolvimento da reciclagem na EBC



Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Com base na Figura 14, visa-se demonstrar de modo completo os processos que podem ocorrer na produção das atividades da reciclagem da EBC. Contudo, evidencia-se a questão dos fazeres e dizeres, em que a prática possui diversos fatores que a dão forma, pois seu desenvolvimento sofre alterações, sendo produzida conforme o momento da mesma, com base

na experiência de seus praticantes (GHERARDI, 2011; NICOLINI, 2009). Percebe-se que há uma ordem, em que existem regras a serem seguidas, as quais são negociadas de acordo com o momento da prática (NICOLINI, 2009).

O descarregamento do material ocorre somente se este advém da coleta seletiva do projeto ou da prefeitura, caso seja de outra forma, não é necessário. Desse modo, é preciso que descarreguem o material e limpem o caminhão antes que façam a pesagem. Segundo Letícia (Recicladora), “a gente no caso varre o caminhão, deixa ele limpinho né, porque daí não é só pra nós que ele traz, é pras outras associações”. Sobre isso, constatou-se tanto por meio das entrevistas, quanto das observações, a relevância que possui para o grupo desenvolver tal atividade, pois sentem-se responsáveis em contribuir com as outras EBCs. Salienta-se ainda, que em seu estatuto a EBC aponta a relevância do desenvolvimento da localidade, o que está atrelado também, às outras EBCs do projeto. Assim, observa-se as preocupações práticas (NICOLINI, 2009), em que as práticas são organizadas através de determinados entendimentos (SCHATZKI, 2005), fazendo o que faz sentido fazer (GHERARDI, 2012b; SCHATZKI, 2005), como o caso de agir com a finalidade de cooperar com as outras EBCs.

Em relação a pesagem do material, segundo Tuane (Assistente Administrativo do Projeto), não é somente um processo burocrático, mas relevante, dado que, aponta o volume de contribuição de cada parceiro, e no caso das empresas, podem utilizar em seus relatórios. Entretanto, é algo que requer, com frequência, ser reforçado, pois os recicladores acham mais cômodo ir diretamente para separação/triagem do material. A prática de pesar o material e anotar seu volume pode ser entendida como uma atividade que possui diversas interligações, visto que, impacta tanto no projeto enquanto responsável da EBC, bem como em cada fornecedor do material.

Evidencia-se os fazeres e dizeres, em como a prática deveria ser feita, mas por vezes não é; bem como a ordem das práticas, em que os recicladores apresentam uma postura resistente em relação a prática a ser desenvolvida, demonstrando a informalidade que possui o trabalho (NICOLINI, 2009). Há também, a tensão entre a criatividade e a normatividade, pois existe a responsabilidade de desenvolver uma atividade conforme sua ordem (NICOLINI, 2009), contudo, há o interesse em desenvolvê-la do seu modo, que, neste caso, seria não a realizar.

Posterior a isso, é realizada a separação/triagem, entretanto, vale ressaltar que nas atividades de separar/triar, classificar e enfardar, houve grande divergência em relação a nomenclatura dos dois processos iniciais, pois foram tratados enquanto separação e triagem somente, separadamente, e como primeira e segunda triagem. Além disso, percebeu-se que há

uma rotina no desenvolvimento das três atividades, a qual é adequada a cada dia de trabalho. Segundo Silvia (Recicladora), em um dia é feita a separação/triagem e a classificação do material, e no outro o enfardamento. Tais achados corroboram com o exposto por Nicolini (2009), dado que, a informalidade é organizada em meio a formalidade das práticas, em uma reorganização da ordem. A ordem é negociada (NICOLINI, 2009; CORRADI; GHERARDI; VERZENOLLI, 2010b) pelos recicladores, em que consideram o impacto de suas ações (NICOLINI, 2009).

A separação/triagem ocorre através da utilização de um *bag* e de um saco de lixo, em que cada material é depositado em seu local correspondente. Sobre isso, Marcela (Recicladora) explicou que “cada um pega um, quando chega doação pega um *bag*, né, cada um faz a sua separação cada usa sua lixo né, e daí depois que termino a separação amarra os lixo e varre onde que sujou pra sempre deixa lá em baixo limpo para o enfardadores vim enfarda”. Tal prática é desenvolvida em pé ou sentada, em meio a um círculo composto pelo grupo a fim de que interajam, em que se percebeu que conversam sobre o descaso da população, pois muitos materiais não são separados adequadamente. Constatou-se aqui, que a prática possui uma ordem a ser seguida (NICOLINI, 2009), a qual possui também uma preocupação prática em relação a limpeza, uma vez que, os recicladores fazem o que faz sentido para eles (GHERARDI, 2012b; SCHATZKI, 2005; NICOLINI, 2009); que seria considerar o grupo e manter o espaço limpo.

Após isso, é feita a classificação, processo em que os recicladores pegam os *bags* anteriores da triagem, retiram o material e depositam em novos *bags*, de acordo com o tipo de material. Letícia (Recicladora) mencionou que, “se separa então a sacolinha, o papelão e o cristal notra, cada um no seu *bag*, aquele ali é separado. Então é isso que eu te falei, do pet, do PAD, que tá misturado, então também do, da latinha [...]”. Aliado a isso, a ordem do fazer é negociada na prática, pois em alguns casos unem-se para fazer um *bag* de pet, dado que, há pouco desse material, e já poderá ser prensado por outro reciclador. Neste meio, além da ordem das práticas ser negociada (NICOLINI, 2009), a fim de que o trabalho seja desenvolvido de forma mais eficiente; há a nomenclatura dos artefatos envolvidos (NICOLINI, 2009; GHERARDI, 2006), os quais são sustentados além do grupo, já que, normalmente, são reconhecidos por outros recicladores.

Isto posto, os materiais são direcionados para a prensa, para que seja feito o enfardamento e, a seguir, é passada a ráfia, que se trata de uma fita para fechar o fardo. “Daí a gente prensa daí a gente bata eles daí coloca ali, é tudo, é pet é pet, hã, sacolinha com sacolinha, é tudo bem organizado, nada fora do padrão, é tudo bem certinho... é assim que a gente faz” (Fala da Entrevistada Clarisse, Recicladora). Observa-se que há uma preocupação

em desenvolver as atividades, entre um balanceamento do que pode ser inovado e do que deve ser mantido, a fim de não extrapolar os limites existentes das práticas a serem produzidas e reproduzidas (NICOLINI, 2009).

Após todas estas atividades é feita a pesagem do fardo para ser comercializado, ressaltando que, no momento da venda os recicladores carregam toda a carga até o caminhão para o comprador. Sobre isso, Luana (Assistente Social do Projeto) destacou que “[...] hoje um fardo não pode ser maior do que oitenta quilos, porque pra saúde deles isso mais tarde vai vim, ser prejudicial, porque já chegaram a fazer fardo de cem e poucos quilos, então isso não é saudável pra eles né, ham, carregando né, pro caminhão”. Tal achado aponta sobre o aprendizado ao longo do tempo, pois através da negociação, os recicladores foram aprimorando suas práticas, considerando seu bem-estar no trabalho.

Identificou-se que, em relação a receber ou oferecer auxílio, os recicladores buscam transmitir o conhecimento através da interação, em conversas informais e no momento da própria prática. Conforme Thomas (Reciclador - Presidente) mencionou: “[...] a gente também procura conversa sobre algumas instruções que uns sabem mais outros sabem menos, se tem algum dificuldade a gente né, acaba discutindo isso entre o grupo”. Aliado a isso, evidenciou-se nas observações, que o grupo conversa no momento das atividades, em que surgem assuntos tanto relacionados ao trabalho, sejam dúvidas ou novas ideias para a realização das atividades, quanto sobre a vida pessoal. Neste meio, os fazeres e dizeres, bem como a ordem das atividades se dissolvem entre o coletivo, baseando-se que enquanto seres sociais, agem com pressupostos comuns para que seus feitos corroborem com o de outros (GHERARDI, 2012b; SCHATZKI, 2005; NICOLINI, 2009).

Além disso, o grupo preza pela interação, para que as dúvidas sejam resolvidas e o material seja classificado corretamente, posto que, afeta diretamente na comercialização. Como Luana (Assistente Social do Projeto) salientou: “[...] se for descarte de material misturado, o preço caí, né, então eles não podem fazer isso né, eles tem que ter esse cuidado de não misturar material, porque, porque se tu misturar o material vai ser pago o valor do menor material que tá ali, menor valor, então não vale a pena”. Em complemento a isso, Silvia (Recicladora) apontou que auxiliam no momento da prática do colega de trabalho, pois: “se entra uma colega nova a gente tenta ensina né, ela desde o começo, hã, até a prensa né, tudo que a gente pude pra ela faze direitinho”.

Tais achados reforçam o defendido por Oliveira, Mozzato e Colet (2016) e Sawitzki e Antonello (2014), em que se compreende a aprendizagem enquanto um reflexo do grupo, através das práticas destes. Assim sendo, a informalidade, cooperação e improvisação auxiliam

na produção de uma prática e no aprendizado da mesma (SAWITZKI; ANTONELLO, 2014). À vista disso, as práticas são reconhecidas e sustentadas, possuindo negociação, mas um limite da possibilidade no fazer, dado que, seus efeitos podem ir além de fatores que relacionem somente o coletivo (CORRADI; GHERARDI; VERZENOLLI, 2010; GHERARDI, 2012b).

Evidenciou-se ainda, que os recicladores tinham pouco conhecimento em como realizar as atividades na EBC, e a participação na mesma proporcionou avanço; entretanto, percebem que existe muito o que aprender e melhorar. Conforme Letícia (Recicladora) mencionou: “todo dia tu aprende e daí tu qué sabe mais, e eu acho que vo fica velha, mas eu quero sabe mais ainda, né. Porque com certeza virão outras coisas, que tu quer aprende”.

Em meio a isso, o aprendizado vai se transformando por meio dos fazeres e dizeres, bem como da tensão entre o que podem fazer diferente, dentro dos limites do grupo (GHERARDI, 2011; NICOLINI, 2009). Segundo Avila e Antonello (2016), Nicolini, Gherardi e Yanow (2002) e Gherardi (2006, 2011, 2012a, 2012b), o aprendizado se dá por meio do *knowing in practice*, o qual, neste caso é informal, em que por meio da interação é negociado, sendo construído a cada dia, em um processo contínuo, temporário e mediado por artefatos.

Constatou-se ainda, que o aprendizado na EBC se dá tanto através da experiência individual, interação entre o grupo, das práticas de reciclagem e gestão (com base no estatuto), como nos eventos proporcionados pelo Projeto Profissão Catador e o suporte da equipe técnica. Relacionado a isso, Eva (Coordenadora do Projeto) destacou que: “a gente observou que capacitando os recicladores como alunos, em forma de sala de aula eles tinham poucos resultados. Na verdade, eles aprendem na prática mesmo”. Em complemento, Rebeca (Coordenadora do Projeto) apontou que:

Existe um aprendizado muito em cima da prática. Não adianta ir lá com conhecimentos teóricos porque muitas vezes eles não são entendidos pela forma técnica como são passados, e muitas vezes eles não são assimilados. Agora quando tu começa vivencia, e a resolver esses conflitos, eles geram aprendizagem dentro do processo da associação. [...] existe uma questão que eles, hãem aprendem com seus próprios desafios né, eles aprendem e vão se especializando, não sei se essa seria a melhor palavra, mas eles vão ai se lapidando dentro das suas funções a partir do aprendizado que eles tem, na vivência que eles tem.

Assim, é um conjunto de fatores que dão espaço para que o aprendizado ocorra e seja desenvolvido por cada indivíduo de seu modo, mas com base na ordem a ser seguida, bem como nas preocupações práticas em relação ao quanto se pode modificar uma prática. O fazer não se torna uma atividade desenvolvida de forma repetitiva, há um repertório sustentado, o qual

seguem e adaptam ao seu próprio fazer, com base no que o grupo considera (NICOLINI, 2009). Consoante a isso, Thomas (Reciclador – Presidente) relatou que:

[...] não tem como tu chega assim, que nem nós estamos conversando aqui, eu te fala né, fala, eu te fala por exemplo, hãm, eu to lá a mais tempo, eu já sei como faz a separação e tu chego hoje lá, tu quer aprende, não tem como eu te fala aqui de boca pra ti, ah tu tem que separa o papel esse, o papel aquele, então tu vai te que aprende na prática mesmo. Ali junto ao montante do material, e ali mesmo a gente dá as instruções, tu vai que nem, tu vai erra alguma coisa que nem eu falei, é errando que a gente aprende, que depois tenho certeza que na outra semana tu vai já vai tá craque na separação que nem a gente fala lá.

Tal achado corrobora com o apontado por Gallon et al. (2016), as quais defendem que o aprendizado advém não somente por meio de extenso estudo, mas da própria prática dos indivíduos, podendo ser algo aprendido, ensinado, e que irá se modificando a cada prática, pois esta vai sendo aprimorada ao longo do tempo. Observa-se também, que há uma ordem para desenvolver as atividades, a qual é negociada e transmitida pelos recicladores através dos fazeres e dizeres, em que há espaço para que adaptem ao seu modo (NICOLINI, 2009). Conforme Fernanda (Recicladora) salientou: “[...] é na, na prática. Ou a gente vê o colega, ou não sabe, pergunta, o colega diz né. É tudo assim que a gente aprende”. Esta negociação e interação no momento da prática pode ser entendida enquanto uma forma de obter e aprimorar o conhecimento, porque a própria negociação acaba por proporcionar uma diversidade de saberes. Um ponto que, sob o viés do modo de aprender dos recicladores emergiu diversas vezes, foi a questão dos fazeres e dizeres, o que pode ser fortalecido com o seguinte trecho da entrevista com Thomas (Reciclador – Presidente):

A forma é fazendo. Porque tu tem que faze pra ti aprende se tu não sabe né. Hãm, que nem eu não sabia faze nada, então tem duas questões, dai tu tem que ouvir e fazer, né, porque ouvir tu é obrigado a ouvir, e se tiver errado a pessoa vai te chama a atenção, então tu vai te que ouvir e fazer. É, tu vai ter que fazer essas duas coisas e, pra mim é mais fazer, e também ouvir, é tem que usar os dois modos. Ouvir e fazer, porque se tu fize, vai tá errado a outra pessoa vai te fala, então aquilo ali tu não vai fazer mais. Porque? Porque alguém te chamou a atenção e disse que aquilo dali é errado, então tu tem que faze o serviço certo, então é o ouvir e fazer. A melhor forma de tu aprende é ouvir e fazer, né.

Há congruência com o exposto por Avila e Antonello (2016), em que a flexibilidade e a autonomia de um grupo podem refletir em aprendizagem, posto que, o *knowing in practice* é um processo de construção e reconstrução da prática cotidiana que oportuniza novos modos de fazer. As práticas são entendidas enquanto um conjunto de fazeres (*doing*) e dizeres (*sayings*), que é organizado de forma que tenha sentido para o indivíduo praticante (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003; NICOLINI; MONTEIRO, 2017; SCHATZKI, 2005),

destacando a prática como heterogênea, visto que, é desenvolvida e aprimorada a cada vez que é produzida e reproduzida (ANTONELLO; GODOY, 2011; GHERARDI, 2006). Consta-se então, que a negociação das práticas ocasiona seu aprimoramento, o qual não é estático, pois a cada novo fazer, a produção e reprodução será modificada, por isso o entendimento de aprendizagem enquanto construção contínua.

Aliado a isso, a forma que o grupo produz as atividades é um ponto que facilita o aprendizado, em que negociam entre si e vão dividindo as atividades, com base na autonomia e responsabilidade que cada um possui. Sobre isso, Silvia (Recicladora) relata que: “hoje eu vo pra prensa, eu decido, vo lá e vo pra prensa sabe, e daí outros vão lá e separam, daí não, todo mundo aprende faze o que o outro sabe, pra não, pra que um dia não falta o fulano de i na prensa, a prensa não fica o dia inteiro desligada”. Ainda, Eloisa (Recicladora) reforça que, “não é só um, todos participam das tarefas, não tem assim, fulano faiz só isso, cada um sabe que tem que passa por toda a triagem né, uns vão classificando, otros vai pra prensa, depois aquele cansa da prensa, vai pra classifica pra descansa, e outro vai ocupa a prensa”.

Sobre isso, tanto através das entrevistas quanto das observações, percebeu-se a autonomia que os recicladores possuem para escolherem qual atividade desejam realizar, com base na formação do grupo, tendo em vista que os caminhos optados devem favorecer o desenvolvimento do mesmo. Neste meio, Crocco (2018) reflete em seu estudo a relevância de que o aprendizado seja entendido enquanto algo que ocorre ao longo do tempo em uma EBC, dado a complexidade envolvida. Evidencia-se assim, que a compreensão de que todos devem saber realizar as atividades é reflexo de divergências ocorridas, em que aprenderam a importância de que todos saibam dar andamento no empreendimento caso algum reciclador não esteja presente.

Neste contexto, entende-se que as práticas são compartilhadas entre os indivíduos, há uma produção e reprodução coletiva que emerge enquanto um aprendizado contínuo, em que não existem níveis, bem como Gherardi (2006, 2012b, 2013) expõe. Há uma preocupação envolvida sobre como agir, tendo em base que se pertence a um coletivo, e as práticas desenvolvidas devem fazer sentido a todos (NICOLINI, 2009; SCHATZKI, 2005). Além disso, outro ponto evidenciado é a questão das habilidades de cada indivíduo do grupo, posto que, buscam levar isto em consideração no momento do desenvolvimento das atividades, bem como se percebe no relato de Thomas (Reciclador – Presidente):

[...] tem uns que tem a facilidade de um trabalha com um né, com os maquinários, que é prensa, balança e outras coisas, tem outros que tem a facilidade né, de trabalha na separação, no recolhimento, né, então existe também esse, esse acordo entre o grupo

né, ah ele renda mais, melhor lá naquele trabalho, então vamo deixa ele lá. O grupo todo concordava, fazia aquele serviço. Ah, aquele de separação ele rende mais, ou ela rende mais, também... entrava em conversa com o grupo e fazia aquele serviço.

Portanto, a divisão do trabalho deriva da interação entre as pessoas, o que se desdobra ao longo do tempo, e constitui o trabalho como um produto coletivo e emergente (GHERARDI, 2012b). Um achado relevante, em que aprenderam por meio da interação e prática, é o peso dos *bags*; pois a atividade de classificar os materiais e coloca-los em *bags* possui uma regra negociada pelo grupo, dado que, cada *bag* não pode ter mais de 80 kg. Os recicladores, através da prática diária, foram adquirindo a noção da quantidade de material que podem adicionar, e quando chegado o limite, se deve passar para próxima fase. Coelho e Godoy (2015) reforçam, neste contexto, o formato de trabalho de uma EBC, em que é o espaço para diversas interações, as quais geram aprendizado, sendo um processo e não um produto, construído e produzido pela coletividade. Emerge assim, a questão do *knowing in practice*, pois o conhecimento ocorre por meio do próprio fazer, o qual é aprimorado, contínuo e temporário, enquanto um saber e fazer indissociáveis (AVILA, 2013; GHERARDI, 2011, 2012b; NICOLINI, 2011).

Os artefatos identificados através das observações se mostraram relevantes para que as atividades possam ser desenvolvidas e seguidas de modo eficiente, já que, caso não se possua no momento da prática, o resultado desta, provavelmente, será diferenciado ou, por vezes, a prática não poderá ser feita. A seguir nas Figuras⁸ 15, 16, 17 e 18 são apresentados alguns meios utilizados para desenvolver o processo da reciclagem.

Figura 15 – Balança



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

⁸ Salienta-se que estes são somente alguns dos meios utilizados na EBC.

Em relação a balança, observa-se que serve de parâmetro para que os recicladores obtenham informações do quanto de material foi arrecadado por parceiro, contudo, como já discutido anteriormente, esse processo nem sempre é seguido. Entende-se que isto não afeta o trabalho em si da EBC, por isso agem de tal modo. Entretanto, é preciso compreender que fazem parte de uma grande rede, e é necessário cooperar; para que reflitam maior confiabilidade aos parceiros, e assim possam ser mais reconhecidos e despertem interesse de outros, a fim de que o número de materiais aumente.

Por outro lado, a pesagem dos fardos é uma pequena prática relevante a todo o processo, pois através dela os recicladores obtêm não somente o tamanho da carga, se está correto ou não, como também conseguem controlar qual o peso total de todos os fardos a serem vendidos. Consoante a isso, sem este artefato, os recicladores não saberiam ao certo quanto de material estariam vendendo, e isso poderia acarretar em desvantagem em relação ao comprador. Assim, a prática de pesar os fardos configura-se enquanto uma prática que deve ser realizada, pois pode impactar negativamente quando não desenvolvida.

Figura 16 – *Bags*



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Constatou-se que os *bags* facilitam o processo de separação/triagem e classificação do material, em que, por meio destes, é possível alocar de forma mais ágil os materiais em seus respectivos locais. Todavia, é um artefato que se não houver no momento da prática, a mesma poderá ser realizada, considerando que haja outro lugar para depositar os materiais. Principalmente no momento da separação/triagem se torna importante, pois evita que os lixos não fiquem no ambiente, facilitando a limpeza do mesmo. Se configura, desta forma, enquanto um artefato que auxilia o desenvolvimento das práticas, mas sua ausência não interrompe a realização da mesma.

Figura 17 - Prensa



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Sobre a prensa, identificou-se que é um artefato que impacta diretamente na realização das práticas, pois sem está, é impossível finalizar o processo da reciclagem. Dessa forma, é um artefato que facilita o processo de prensagem do material, se tornando essencial para o desenvolvimento do mesmo, tendo em vista que, sem esta ferramenta, não é possível enfardar o material para venda. Evidencia-se aqui, que se trata de um artefato que está atrelado diretamente as práticas no momento de trabalho, e sua ausência faz com que a prática não possa ser desenvolvida.

Figura 18 - Fardos



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Os fardos se configuram enquanto a base final para a prática de trabalho na EBC, pois após serem prensados, os materiais são amarrados as fitas, finalizando os fardos para a venda. Assim, se não houverem fardos prontos, não há como comercializá-los, o que demonstra que estão diretamente atrelados a prática de trabalho na EBC, sendo o resultado de todo o processo desenvolvido. À vista disso, entende-se tais artefatos enquanto mediadores das práticas, os quais facilitam seu desenvolvimento e a cada fazer de um indivíduo podem ser utilizados de uma forma diferente (GHERARDI, 2006; NICOLINI, 2009).

Além disso, evidenciou-se por meio das entrevistas e observações, que alguns recicladores tem maior facilidade para utilizar os artefatos, o que influencia no momento da divisão das atividades a serem realizadas. A seguir (Figura 21) são expostos os quadros, identificados enquanto artefatos facilitadores da organização da gestão da EBC, a fim de que todos os recicladores se mantenham informados em relação aos procedimentos ocorridos ou que virão a acontecer.

Figura 19 – Meios para auxiliar a organização da gestão da EBC



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

À vista disso, alicerçado ao exposto Nicolini (2009), entende-se que um artefato pode servir de guia para novatos, a fim de que tenham uma noção básica de como se desenvolvem as atividades, para que, quando forem agir, utilizem como base o modo de práticas já institucionalizadas, isto é, uma maneira que é reconhecida pelos seus praticantes. Isto posto, na EBC, compreende-se que os artefatos destacados na Figura 21 servem para tal, os quais norteiam os novos recicladores sobre como ocorrem as práticas no empreendimento.

Com base no exposto, identificou-se que as práticas possuem um balanceamento entre a criatividade e a normatividade, pois existe a possibilidade de agir de forma diferente, contudo, é preciso ter a responsabilidade de que seu ato melhore o resultado, mas não o diminua, dado que, se trata de um grupo que trabalha em conjunto. Atrelado a este contexto, evidenciou-se que alguns recicladores buscam realizar de modo diferente suas práticas, não somente como algo que ocorre inconscientemente, mas almejam por isso. Conforme se observa no seguinte trecho:

[...] dos primeiros fardos que eu fiz, eu fiz de uma forma que nem o papel, o papel eu pegava ele com as mãos né, com as mãos e colocava dentro da prensa. Com o tempo, depois eu fui fazendo, fiz esse trabalho, tu coloca, enche de... retira um material do *bag*, põe dentro da prensa, prensa ele, sobe a máquina de novo, põe mais papel, prensa de novo, então eu tava fazendo um serviço que eu poderia fazer mais rápido, usando outro instrumento. Então eu procurei um balde, né, então de concha e concha com a mão, né, eu colocava dentro da prensa, então eu utilizei um balde, colocava o balde dentro do *bag*, enchia o balde até as bocas, virava dentro da prensa. Meu trabalho assim, cinquenta por cento melhor, cinquenta por cento mais rápido, cinquenta por cento mais ágil, né. Então foi esse modo que eu achei melhor, então eu fiz o trabalho que eu teria que fazer em mais tempo, usando um método que eu mesmo vi que era melhor, hã, usando um balde que nem eu te falei antes, reduzi a confecção daquele fardo na metade do tempo. Então sabendo que eu teria mais fardo pra fazer, eu fiz mais fardos em um dia, né, fazendo daquela forma que eu encontrei, sendo que ia demorar mais e ia produzir menos daquela outra forma que eu executei o serviço (Fala do Entrevistado Thomas, Reciclador - Presidente).

A inovação em realizar a atividade na prensa se apresenta enquanto *knowing in practice*, dado que, ocorreu com base no aprimoramento de cada prática desenvolvida, com suporte de um artefato (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003; GHERARDI, 2011; NICOLINI, 2011); mas tendo preocupação com seu resultado, para que este não interfira no modo geral que a prática precisa apresentar, visto que, trata-se de um coletivo e suas ações devem fazer sentido (NICOLINI, 2009). Portanto, a prática depende da percepção de cada indivíduo e sua capacidade de controlar e influenciar tanto a situação quanto o contexto em que a atividade é desenvolvida; pois uma mudança individual pode afetar a postura da coletividade (GHERARDI, 2012b). Sobre essa mesma questão, entre a criatividade e a tensão, Fernanda (Recicladora) mencionou que:

[...] nós tinha caxinha de leite pra enfiar né, e daí elas tavam molhada que sobre os restos do creme né, que vem da CCGL daí vem de bastante né, e pra nós enfiar com as mãos não dava, tava um cheiro já forte. Daí botamos luva, mas daí resbala né, que tá molhado, eu disse eu e o colega, vamos pegar um balde pra nós ser mais rápido. O balde não dava certo, eu digo tu vai com o balde eu vou achar alguma coisa melhor pra mim, mais rápido do que eu acho que vou ser mais rápido né. Peguei um saco e botava dentro do saco e só despejava na prensa, foi o mais rápido que eu consegui né, daí eu enchia pro colega, enchia aquela minha bolsa dava pro colega despejar que ele tava mais perto da prensa, enquanto ele despejava minha bolsa eu enchia o balde dele, pra nós ser mais

rápido dali né. Então o próprio horário do trabalho ali tu já descobriu uma outra forma... Sim... sim, ai depois daí, quando veio as colega nova eu disse pras colega nova né. Hã, assim vocês vão demora mais, daí eu peguei um saco, o colega pego um balde, quando o colega despejava o saco a gente, eu enchia o balde dele né. Daí umas querem tenta faze do jeito que a gente aprendeu ali né, que é uma forma nova, mas outros não.

Percebe-se nos trechos apresentados, a questão da autonomia e criatividade dos recicladores, os quais desenvolveram na prática um novo método/meio de otimizar suas atividades, demonstrando um aprender através da própria prática. Tal evidência pode ser fortalecida com o argumento de Gherardi e Rodeschini (2015), em que uma prática pode ser aprimorada através da análise de como se realiza a mesma, bem como poderia vir a ser realizada. Observa-se que, como Gherardi (2012a) expõe em seu estudo, o *knowing in practice* é compreendido não apenas através do ‘que’ e ‘como’, mas do contexto que envolve e influencia a reprodução de uma prática. Aliado a isso, consoante ao defendido por Gherardi (2006) e Nicolini, Gherardi e Yanow (2003), o *knowing in practice* ocorre através das interações, sendo temporário e mediado por artefatos.

Todavia, tal modo de realizar a atividade não foi reconhecido pelo grupo, ao menos a curto prazo, se apresentando enquanto um processo não estabilizado. Uma evidência que fortalece tal argumento é o relato de Fernanda (Recicladora): “daí assim nós fazia né, e daí quando chego na parte dos novo, hã, eles já não, eles fizeram do jeitinho deles, daí nós dexemo né, porque eles iam te que termina também né. Daí eles fizeram da forma deles né, mas conseguiram termina daí. [...] mas demoraram mais”. De acordo com Gherardi (2009a, 2009b; 2011), o aprendizado é distribuído ao grupo através das práticas coletivas. Neste caso, emerge a questão da interação dos recicladores para transmitir o conhecimento, ao mesmo tempo que oferecem autonomia para que decidam qual forma acreditam ser mais apropriada.

Observou-se que há recicladores que não tem interesse em aprimorar o modo de fazer, visto que, sentem certo receio em modificar a maneira rotineira de realizar suas práticas. Conforme Clarisse (Recicladora), ela faz sempre do mesmo jeito, “é assim que eu faço, por sequência. Nunca pensei em muda minha, porque é assim, é o meu ritmo. Se eu for muda meu ritmo daí eu acho que não vo consegui. Eu tenho que continua esse ritmo que eu estou. [...] se eu muda, eu acho que eu não consigo”. Assim, a prática possui uma ordem, está sustentada e reconhecida pela recicladora enquanto o correto a se fazer e, caso seja modificada, não é entendida como tal.

Portanto, para uma prática ser reconhecida e durável por um tempo, antes de ser aprimorada novamente, é preciso que: o aprendizado seja passado pelos novatos; o modo do

grupo agir seja similar, isto é, chegue ao mesmo propósito, possuam habilidades e preocupações práticas sustentadas pela coletividade; e os artefatos utilizados para realizar a prática sejam os mesmos (NICOLINI, 2009). Dessa forma, o modo criado pelos recicladores foi uma prática não legitimada, dado que, o restante do grupo não aprendeu como desenvolvê-la, não teve interesse de agir de modo similar, nem utilizou os mesmos artefatos.

Tais achados corroboram com o defendido por Nicolini (2009), o qual argumenta que uma prática é institucionalizada quando é reconhecida por seus praticantes, entendida enquanto uma prática social. Por outro lado, uma prática não é estabilizada quando seus praticantes não a reconhecem nem concordam que ela deve ser desenvolvida como é (NICOLINI, 2009). Aponta-se, neste sentido, o defendido por Schatzki (2005), em relação de que os indivíduos agem com base no que consideram que deve ser feito.

Dentoni et al. (2017) complementam que, as EBC agem com base em sua forma específica de organização e sentido, o que, ao longo do tempo vai se transformando, passando a ser algo ativo ou não. Dessa forma, o aprendizado ocorre na troca ou permanência de atividades. Evidenciou-se assim, que nem todas as práticas no momento de trabalho relacionadas ao processo da reciclagem são estabilizadas, como, por exemplo, a prática da pesagem inicial, dado que, existe resistência em praticá-la, enquanto o ato de limpar o caminhão é algo já institucionalizado, que faz sentido ao grupo. Todavia, isso envolve uma textura que engloba diversos aspectos influenciadores, os quais serão posteriormente abordados. Conforme Nicolini (2009), desvia-se a atenção da própria prática para uma textura da conexão, a qual carece de uma ampliação do *zoom out* para verificar o campo em que estão sendo realizadas.

4.3.2 Zoom out: um olhar mais afastado em vista da interconexão das particularidades

Constatou-se por meio das entrevistas e observações, que o modo de desenvolver as práticas coletivas no momento de trabalho da EBC está em constante construção, pois aprendem a cada nova prática, assim como defendido por Gherardi (2006, 2009a, 2009b) e Nicolini (2011). Salienta-se neste meio, o trecho da entrevista com Thomas (Reciclador – Presidente), o qual relatou sobre a separação do material: “[...] quando o material chega na associação a gente tem que fazer a separação dele, então separa tudo né, [...] desde o plástico que é reciclável, o outro não. [...] aprendi bem rápido e no dia de hoje eu já sei tudo que é e o que não é reutilizado pra nós”.

Diante de tal fato, se destaca a questão de que nem todo plástico ou outros materiais que parecem ser recicláveis são, e caso sejam tratados como tal, afetam negativamente a venda da

carga; demonstrando que as práticas possuem ligação, formando uma textura de diversas práticas interconectadas e que se influenciam (GHERARDI, 2006, 2012b). Tal ligação se dá através da população ao realizar o descarte inadequado, em conjunto com o reciclador que estiver realizando a atividade de separação, a qual, caso seja feita de modo errado, fará com que a venda seja prejudicada, pois o comprador não aceitará o material.

Observou-se que, decorrente do aprendizado obtido ao longo do tempo, os recicladores foram identificando novas oportunidades, como a possibilidade de venda da carga diretamente para indústrias. Letícia (Recicladora) relatou que: “a gente espera que futuramente nós possa então, vende direto pra fábrica”. Todavia, para isso seria preciso unirem-se a outras EBCs, o que, momentaneamente é impossível, devido o desinteresse destas. Tal evidência é também apontada no estudo de Oliveira, Mozzato e Colet (2016), os quais argumentam que relações externas podem promover maior aprendizado, o que traria também acréscimo na renda; entretanto, é algo que não ocorre. Logo, a mudança em uma prática já sustentada pela coletividade pode gerar conflitos e negociações (NICOLINI, 2009).

Além disso, evidenciou-se inovação no controle dos fardos, dado que, cada um que é finalizado possui uma anotação em sua parte superior com a letra inicial do nome do reciclador, para que, caso haja problemas, o responsável pela atividade responda por tal acontecido. Sobre isso Tuane (Assistente Administrativo do Projeto) aponta que:

[...] eles tavam desconfiado da, da balança, de quando vendiam o material, eles tavam achando que tavam sendo logrado pelo comprador. O que que a gente converso né, o que que vocês podem faze... O que que a gente pode faze, é pega e pesa o material, cada um anota o seu, né. Daí eles conversaram com o pessoal do comprador, e eles tão pesando antes de bota em cima do caminhão. Hum, eles criaram o jeito deles de faze. Pra pode conferi. E tá dando certo, tá dando certo. Porque assim ó, se vai um fardo, que tem tá, é de papel branco, e daí no papel é papel misto, tá marcado lá que foi a Tuane, um T de Tuane, eles têm, o que carrego tem o teu T, o teu fardo de papel, então é tudo anotado. O que carrega a nota, e eles anotam. Eles fizeram o controle deles e, deu certo, porque daí agora deu um erro lá, ah não, eu sei que foi no fardo da Tuane, vai volta e não vai se pago. Né, eles criaram isso assim. Acho que mais essa parte, que eles tão bem evoluído.

Evidencia-se uma mudança que foi reconhecida por todo o grupo e, devido a isso, logo se tornou institucionalizada. De acordo com Nicolini (2009), uma prática é temporária, pois é negociada entre os indivíduos e sua durabilidade depende do quanto o coletivo acredita ser o correto, isto é, até que ponto está apresentando o que se espera e não precisa ser aprimorada. A textura, neste caso, ocorreu entre o aprendizado que os recicladores possuíam, bem como a questão da preocupação prática, dado que, estavam agindo com responsabilidade, mas queriam o mesmo por parte dos compradores. Para isso, utilizaram o aprendizado que carregavam e em

conjunto desenvolveram um novo modo, o qual envolve outras práticas (GHERARDI, 2006, 2012b), como o processo anterior a pesagem, bem como o posterior, que seria a venda e a confirmação de que esta foi correta.

Um ponto que destaca que as práticas, por vezes, carecem de modificações, é a relação com os compradores, pois esses trazem exigências ao grupo, em que os recicladores precisam se adaptar, demonstrando assim a textura de práticas que estão interligadas (GHERARDI, 2006, 2012b). Consoante a isso, Fernanda (Recicladora) ressalta que “[...] umas coisa que ia no papelão, agora não vai mais, agora é misto, é como a caixinha do leite agora né, não é mais no papelão, daí dizia no papelão, agora é misto. [...] porque sempre tá mudando”. Letícia (Recicladora) complementa ainda que:

[...] muitos que, que compram da gente o material eles querem de um jeito, o outro lá já qué de outro jeito... então aquilo, toda vez que tu vai vende pra um, ele qué daquela maneira, então tu vai te que muda tudo aquilo dali, vai te que se da maneira daquele lá... né, o João mesmo né, ele as vezes ele fala pra nós que tal coisa assim que, que agora mudo, porque a gente muda.

Assim, a transmissão de uma nova prática pode requerer mudanças e negociações em uma textura de práticas já institucionalizadas e reconhecidas por seus praticantes (GHERARDI, 2006, 2012b; NICOLINI, 2009). Neste contexto, é válido apontar o relato de Silvia (Recicladora), a qual destaca que “[...] aprende na prática, como separa o material, é conforme nosso comprador. Porque anssim, ele fala, tipo mais melhor separado os material mais valor da, e a gente tá ali procurando valores né. Não misturando material pra pega poucos valores”. Percebe-se que o grupo busca atender e modificar de acordo com as solicitações, pois caso não faça, a carga terá menor rendimento. Além disso, a participação dos recicladores em eventos, como fóruns de sustentabilidade, que ocorrem uma vez ao ano na UNICRUZ, ocasionam mudanças em suas práticas:

[...] a gente foi conversando, né, discutindo um ao outro, e daí o conhecimento que cada um, é passado um para o outro em conversa. Então a gente adquire sim mais conhecimentos conversando entre grupos né. Ah, a gente tem comprador ali que é melhor, a gente tem, trabalha dessa forma, a gente, ah lá nós trabalhamos dessa, ah se vocês trabalharem dessa vai fica melhor ainda. Então a gente acaba se interagindo entre todos, e os grupos todos prestando atenção naquilo que cada um tava falando, né, e a gente leva aquilo lá pra melhora de todos né. A gente pega recomendações deles e eles levam as nossas recomendações, então é muito importante isso acontece, porque melhoras a gente tem que conseguir sempre né, nunca piora, a gente tem que, tudo que é de bom a gente tem que guarda, hã, dentro de si, e executa né (Fala do Entrevistado Thomas, Reciclador - Presidente).

À vista disso, o grupo obtém novas informações a respeito de como realizar as práticas, e quando retornam a EBC, discutem sobre como podem realiza-las no galpão, em vista de aprimorar de seu modo e dentro de suas condições, o que aprenderam através da interação com outros recicladores. Bem como defendem Gherardi (2006, 2012b) e Nicolini (2009), as práticas são como uma textura que possui diversas ramificações, isto é, diversas práticas que possuem conexões e o fazer externo de um indivíduo pode afetar o modo do coletivo fazer, gerando negociações e modificando práticas já institucionalizadas. Neste contexto, o grupo também participa a cada dois meses de dois dias de capacitações e discussões na AVESOL. De acordo com Eloisa (Recicladora), esta interação é relevante para a EBC, pois “[...] daí cada um passa um pouquinho do que faz no seu galpão, na sua, como é que vo te explica, no seu, na sua cidade né. Cada um ensina o outro, se o outro sabe mais ensina os que sabem menos”. Leticia (Recicladora) argumenta ainda que “[...] a gente viaja, a gente vê já outras coisas né. Então né, o fulano faz assim, eles fazem lá, vamo faze aqui também pra vê se dá. Pra vê se nós melhoramo aqui nossa situação aqui, né”.

Assim, as práticas na EBC são desenvolvidas com base em uma preocupação prática, a qual envolve uma textura que contempla a questão moral dos indivíduos, em que as práticas são movidas por um padrão de conduta. Neste sentido, a reprodução das práticas que são aprendidas e produzidas pelos recicladores possuem diversas interligações, seja com a experiência individual de cada um, com o grupo, com o Projeto Profissão Catador, com as exigências dos compradores, bem como com o modo em que a reciclagem é desenvolvida em outras EBCs, o que percebem tanto nos eventos que participam, como através de notícias.

Ressalta-se que tais aspectos tanto afetam quanto são afetados por cada reprodução, dado que, a prática é quem faz as interações entre os indivíduos, pois são práticas sociais, as quais formam um nexos de diversas práticas que possuem ligações (NICOLINI, 2009; NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003; RECKWITZ, 2002). Assim, uma prática desenvolvida de forma diferente na EBC pode se tornar uma prática institucionalizada em outro espaço de reciclagem. Evidencia-se que os recicladores agem com base na coletividade, em virtude das preocupações práticas, em que buscam realizar ações que beneficiem o coletivo, enquanto seres sociais que pertencem a um grupo.

Portanto, alicerçado ao exposto por Gherardi (2012b), compreendeu-se que a textura da EBC envolve aspectos individuais, coletivos, organizacionais, interorganizacionais e institucionais. Isto posto, a questão individual reside no aprendizado de cada reciclador, em como realiza suas práticas. Em relação ao coletivo, pode-se entender que é o grupo e o modo como realizam as práticas, através dos fazeres, da ordem, dos artefatos, das preocupações

práticas, tensões e legitimações práticas. O organizacional se dá através do Projeto Profissão Catador e dos compradores, os quais tem interferência na EBC, bem como o inverso. Já sobre os reflexos interorganizacionais, identificam-se a participação nos eventos e o modo que as EBCs conduzem suas práticas no momento de trabalho. Por fim, a questão institucional se dá por meio dos regulamentos e leis que podem impactar os espaços de EBCs.

A seguir, no quadro 15, foi desenvolvida uma síntese das principais evidências sob a lente do *zoom in* e *zoom out*.

Quadro 15 – Síntese das principais evidências através da lente do *zoom in* e *zoom out*

(continua)

Aspectos de identificação de <i>zoom in</i>	Evidências encontradas
Fazeres e dizeres	Dissolvem-se em meio a experiência de práticas já aprendidas e produzidas pelos indivíduos, como os processos da reciclagem, em que são adaptadas por seus praticantes. Existe uma base a ser seguida, a qual nem sempre é. O grupo aprende por meio dos fazeres e dizeres, isto é, a interação, bem como o próprio ato de fazer.
Ordem interacional	Existe uma ordem formal de como fazer o processo da reciclagem, mas este é negociado entre os indivíduos, informalmente, a cada dia. Tal ordem nem sempre é seguida, devido à resistência do grupo, como o exemplo da pesagem inicial. O próprio aprendizado do grupo é resultado de interações, em que há negociações de como se deve desenvolver as práticas, sustentando interesses coletivos.
Artefatos	O material reciclável, as vassouras para limpeza, a balança para pesagem, a cadeira para a atividade da reciclagem, os <i>bags</i> , as lixeiras, a prensa, os fardos, as fitas, as canetas para anotar os pesos e os quadros, são exemplos de artefatos que fazem parte das práticas. Caso não houvessem tais meios, as práticas seriam realizadas de modos diferentes, ou, por vezes, nem sequer conseguiriam ser praticadas.
Preocupações práticas	São práticas sustentadas pelo coletivo, em que os indivíduos, enquanto seres sociais, pertencentes a uma coletividade, agem com base no que deve ser feito, que faz sentido fazer. Por isso, a questão da limpeza do caminhão para as outras associações e para os outros integrantes da EBC, bem como o modo de aprendizado, o qual ocorre por meio de interações e autonomia dos indivíduos, os quais devem se basear no coletivo.
Tensão entre criatividade e normatividade	Há uma preocupação sobre o modo de realizar uma prática que não afete o grupo, mas que seja diferente e adaptado a fim de que a atividade seja desenvolvida de forma mais rápida. O grupo possui autonomia e flexibilidade para tal, desde que não prejudique a coletividade.
Processos de legitimação e estabilização	Existe estabilidade nos processos em si de fazer a reciclagem, mas as ações que possuem dentro são instáveis e, por vezes, não reconhecidas por todo o grupo. Há dificuldade de o grupo sustentar uma nova prática, pois acreditam que as práticas já sustentadas são o melhor modo de fazer. Isso acarreta diferentes modos de realizar as práticas dentro da EBC, formando um compilado de diversas maneiras de realizar as atividades.

Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Quadro 15 – Síntese das principais evidências através da lente do *zoom in* e *zoom out*

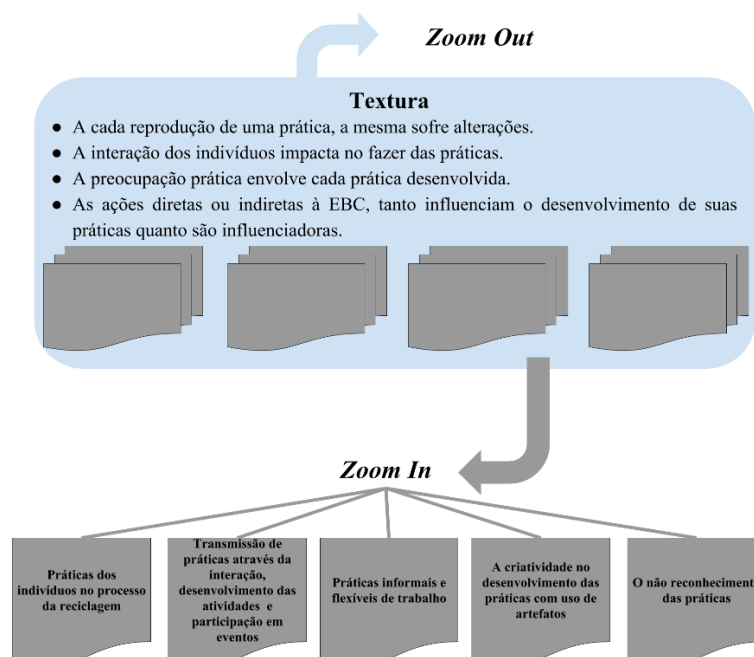
(conclusão)

Aspectos de identificação de <i>zoom out</i>	Evidências encontradas
Conexões entre as atividades, como tais conexões formam nexos e quais são seus efeitos	A textura que envolve a EBC é baseada na experiência individual de cada reciclador, no grupo, no Projeto Profissão Catador, nas exigências dos compradores, e no modo em que a reciclagem é desenvolvida em outras associações, o que percebem tanto nos eventos que participam, como através de notícias. Essas ligações tanto influenciam quanto podem ser influenciadas pela EBC. Pois, o descuido ao realizar a reciclagem pode impactar na hora do comprador destinar a carga vendida, prejudicando a EBC. Além disso, o aprimoramento de uma prática, se está se tornar institucionalizada, pode vir a contribuir com outras EBCs de reciclagem. Dessa forma, a textura carrega aspectos do individual ao institucional, posto que, a forma de um reciclador atuar interfere no desenvolvimento das atividades da EBC, tanto quanto uma nova lei em relação a reciclagem pode modificar o modo correto de fazer a mesma.

Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Logo, as práticas estão interconectadas em uma rede que tanto influencia quanto é influenciada pelas diversas práticas. Conforme Gherardi (2006, 2012b), o *knowing in practice* adquire um significado mais definido, as diversas práticas que vão sendo construídas e aprimoradas concretizam uma conexão, constituída enquanto uma textura de práticas. A seguir, na Figura 20, desenvolveu-se uma ilustração para melhor visualização da textura de práticas do estudo.

Figura 20 – A textura de práticas na EBC



Fonte: Desenvolvido pela autora (2018).

Pretende-se assim, demonstrar a textura das diversas práticas que possuem conexões, as quais dão forma ao desenvolvimento da EBC. Os quadros representados em cinza são as práticas identificadas por meio do *zoom in*, as quais evidenciam a aprendizagem e produção das práticas. Enquanto o quadro azul, que advém da união das práticas dos quadros cinzas, busca elucidar através dos itens apresentados, que as práticas observadas por meio do *zoom in*, quando vistas afastadas, isto é, por meio do *zoom out*, se entrelaçam e formam uma textura de diversas práticas, demonstrando a reprodução que ocorre com base no que se aprendeu e produziu, formando uma interconexão das práticas de diversos indivíduos que compõe o grupo de trabalho, bem como outras influências. Portanto, com base no entendimento de como ocorre o aprendizado na EBC no momento de trabalho, através da base teórica dos EBP, é possível destacar de modo geral que:

- A organização e divisão dos grupos ocorre no momento da prática, em que existe o grande grupo, que divide quais tarefas cada reciclador irá realizar.

- Os artefatos facilitam a prática de trabalho, em que existem algumas atividades que são rotineiras, as quais possuem linguagem específica e utilizam alguns equipamentos para seu desenvolvimento.

- A tomada de decisões ocorre sempre em conjunto, e se um reciclador acreditar que o modo de desenvolver uma prática é incorreto, a mesma não pode ser feita. Contudo, se uma nova maneira é desenvolvida, e a mesma é aceita por todos, mas não praticada, esta pode ser feita por quem a reconhece, porém, é uma prática não legitimada.

- A troca de conhecimento entre os recicladores se dá por meio de reuniões informais e interações no momento de trabalho, em que negociam o modo de fazer.

- Existe repetição de práticas, em que alguns recicladores buscam modificá-las, e outros somente repeti-las, pois possuem receio de mudança.

- Há ocorrência de mudanças nas práticas, tanto por interesse dos recicladores em inovar, quanto de demandas externas, como dos compradores, e de outros espaços de reciclagem, os quais são aprendidos em eventos, entre outros momentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O valor das metas futuras não reside na imagem do futuro que se cria na mente, mas sim na mudança que elas provocam no presente.” (David Allen)

A presente dissertação buscou compreender como se configuram as práticas coletivas na Associação de Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador. Para isso, buscou-se identificar e descrever como ocorre o trabalho coletivo, identificar como se aprende, produz e reproduz as práticas coletivas no momento de trabalho, e analisar a textura de práticas. Nos subitens a seguir são apresentadas as principais conclusões do estudo, a fim de demonstrar que o objetivo foi alcançado, bem como destacar suas limitações e possibilidades de pesquisas futuras.

5.1 OPORTUNIDADE DE TRABALHO E RENDA QUE SURGE DA PRÁTICA

Por meio do estudo desenvolvido, percebeu-se a relevância de um PDS (DE SARDAN, 2005), a fim de proporcionar a reinserção de indivíduos, bem como trabalho e renda. Identificou-se que os desenvolvedores estão atendendo seu papel social e ambiental, através da criação do projeto com base nas necessidades da comunidade, a fim de reinserir os indivíduos, gerar maior visibilidade, bem como proporcionar meios para realizar o trabalho de reciclagem de forma digna. A UNICRUZ buscou desenvolver parcerias, as quais, no caso dos agentes públicos, houve certa omissão em relação a apoiar o projeto, o que ao longo do tempo foi se transformando e atualmente há maior apoio. Contudo, acredita-se que a iniciativa deveria ter partido destes.

Percebeu-se a relevância dos agentes de desenvolvimento, os quais atendem efetivamente seu papel enquanto transformadores das informações dos desenvolvedores para os desenvolvidos (DE SARDAN, 1988), a fim de que o projeto consiga se desenvolver ao longo do tempo. Evidenciou-se também, o esforço da equipe técnica em relação à inserção dos indivíduos na sociedade, devido suas vivências anteriores, as quais representam problemas sociais complexos.

Em relação a EBC, observou-se ganhos relevantes, sejam sociais, econômicos e ambientais (PEREDO; CHRISMAN, 2006). Os recicladores passaram a ter maior visibilidade, bem como se reconhecerem enquanto indivíduos que possuem conhecimento e empoderamento, os quais podem se representar sem apoio de outros. Houve, neste aspecto,

recicladores que voltaram a estudar e passaram a se reconhecer enquanto profissionais; assim como avanço econômico, dado que, não estão à mercê de atravessadores e seus recursos tiveram acréscimo. Sobre o impacto ambiental, a população está modificando seu comportamento aos poucos, o que, a longo prazo pode se transformar em resultados relevantes na postura da cidade em relação a destinação correta dos resíduos, afetando diretamente o crescimento das EBCs.

A sustentabilidade do projeto, ao decorrer do tempo, demonstrou em curto prazo, algo a ser mantido, porém, em longo prazo, não se sabe o que ocorrerá. Em relação às associações envolvidas, a EBC é uma das entendidas enquanto um empreendimento promissor, em virtude das seguintes evidências: crescimento acelerado, o formato do grupo ser diferenciado, basear-se na coletividade para agir e possuir estrutura física que facilita a aproximação com a comunidade. Além disso, outro ponto é o amadurecimento que o projeto foi obtendo ao longo do tempo, pois possibilitou terem maior facilidade de conduzir as EBCs, bem como desenvolver uma ligação satisfatória entre os grupos do PDS (DE SARDAN, 1988).

Entretanto, a EBC poderia ter maiores condições de se manter sem o projeto se passasse a direcionar suas ações a alguns aspectos carentes, como entender de fato o trabalho de um reciclador, não abandonar um projeto relacionado à reciclagem, como o de vassouras pet; além de investir em ações empreendedoras e utilizar a estrutura física enquanto meio de aproximação com a comunidade, a fim de visualizarem de perto a realidade enfrentada.

Evidenciou-se ainda, que o pilar de condução do empreendimento na EBC é o trabalho coletivo, o qual é baseado em autogestão (FLACH, 2011; PINHEIRO; PAULA, 2016) e ação coletiva (OSTROM, 2000), em que os indivíduos buscam partir do individual, com base no coletivo para agir. Existem, entretanto, evidências de problemas no relacionamento, os quais, por vezes, recebem apoio da equipe do projeto, para que o trabalho coletivo continue a ser desenvolvido.

Os recicladores coletivos corroboram com o pressuposto do que se entende enquanto autogestão e ação coletiva, ocorrem incongruências, mas de modo geral seguem os princípios. Por outro lado, os recicladores avulsos, mesmo não agindo com base em todas as características da ação coletiva, a seguem, assim como em relação a todos os princípios da autogestão. Contudo, salienta-se que não aderem a todos os pressupostos, visto que trabalham assim por objetivarem ter lucros somente para si. Tal cenário é também uma resposta à sociedade, pois se houvesse maior número de materiais na EBC, os avulsos, conseqüentemente, passariam a trabalhar no coletivo.

Ficou evidente que, mesmo que haja dois tipos de recicladores na EBC, estes conseguem se organizar e desenvolver seu trabalho através da cooperação, em vista do bem comum. Assim,

é possível visualizar o desenvolvimento da comunidade enquanto fortalecimento do tecido social através de práticas de trabalho coletivo, dado que, este não é um conceito engessado sob os princípios da autogestão, em que é adaptada ao formato do grupo, pois reflete, neste caso específico, mais à ação coletiva.

Aliado a isso, entende-se que o trabalho coletivo fortalece a autonomia dos indivíduos no momento de trabalho, em que sentem segurança em relação ao grupo, isto é, podem agir de modo flexível, seja inovando ou mantendo a sua maneira de agir, bem como tem consciência de que fazem parte de um coletivo e este pertence a todos da mesma forma. Assim, as práticas coletivas de trabalho na EBC são aprendidas com base na experiência de cada indivíduo, nas práticas desenvolvidas, as quais podem ser adaptadas, na interação do grupo, nas participações em eventos, além do apoio da equipe do projeto. A produção das práticas ocorre através do conhecimento individual, com base na troca coletiva, porque mesmo que se pareça algo que envolve somente uma pessoa, o fim que compõe tal prática é coletivo, e deve ser baseado em tal.

Dessa forma, as práticas são reproduzidas em meio a uma textura de diversos aspectos, os quais influenciam e são influenciadores das práticas (GHERARDI, 2006). O fazer é algo que se transforma a cada prática (NICOLINI; MONTEIRO, 2017), seja por influência de quem a desenvolve ou de outros. A prática se dissolve através do que os indivíduos sabem, bem como prezam enquanto correto a se fazer. Em meio a isso, percebeu-se que a prática no momento de trabalho da reciclagem possui um processo estabilizado, o qual é reorganizado de acordo com as decisões do grupo, em que as atividades que compõe são instáveis e, por vezes, não reconhecidas.

Portanto, evidenciou-se que a EBC oferece autonomia para seu grupo desenvolver as atividades como entende ser pertinente, desde que seu resultado não seja menor do que o esperado. O *knowing in practice* é percebido desde o início do processo, o qual demonstra que as práticas são temporárias e se modificam ao longo do tempo (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003), formando uma rede de diversas práticas que envolvem tanto todas as atividades da EBC, quanto às influências que a afetam. Pois, mudanças nas práticas da EBC, tornando-se institucionalizadas, podem vir a contribuir com outros espaços de reciclagem. Ressalta-se assim, que o formato da EBC, baseado no trabalho coletivo do grupo, tem fortalecido seu crescimento, e a questão de autonomia e flexibilidade auxilia em seu processo de desenvolver suas práticas, oportunizando maior oportunidade de trabalho e renda.

5.2 DIFICULDADES E POSSIBILIDADES: LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE ESTUDOS FUTUROS

Uma das limitações do estudo encontra-se sobre o viés de não se ter conhecimento prévio da prática de reciclagem, bem como o foco na prática coletiva no momento do trabalho, deixando espaço para pesquisas que analisem a prática coletiva completa em uma EBC. Ainda, outra limitação reside na escolha de se estudar somente a EBC AREPRICA, tendo em vista que em Cruz Alta existem outras 3 EBCs que poderiam ter sido também investigadas. Sugere-se que sejam desenvolvidos estudos que busquem compreender a aprendizagem no viés formal e informal, a fim de verificar o quanto podem contribuir, com o intuito de auxiliar o crescimento do grupo, bem como analisar o *knowing in practice* na informalidade nestes espaços. Aprofundar a questão da ação coletiva na comunidade de recicladores, uma vez que os dados evidenciam forte laço entre os indivíduos, bem como a busca pelo bem do grupo. Além da investigação da sensibilização da comunidade, a fim de que se identifiquem maneiras de atingir o público de modo que gerem resultados em médio prazo, dado a complexidade em que muitos recicladores têm de viver trabalhando individualmente.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. N. et al. Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cadernos EBAPE**, v. 14, n. 2, p. 243-257, 2016.
- ANACLETO, K. C. O.; PAIVA, R. V. C.; MOURA, L. R. C. Propolis project: development of a social business model proposal. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 10, n. 3, p. 27-46, 2018.
- ANDRADE, D. C. T. et al. Empreendedorismo e economia solidária: um ensaio de suas convergências e divergências. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, p. 175-186, 2016.
- ANGEN, M. J. Evaluating interpretive inquiry: Reviewing the validity debate and opening the dialogue. **Qualitative health research**, v. 10, n. 3, p. 378-395, 2000.
- ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: Uma nova metodologia**. Anteag: v.2, 2005.
- ANTONELLO, C. S. Articulação da aprendizagem formal e informal: seu impacto no desenvolvimento de competências gerenciais. **Revista Alcance**, v. 12, n. 2, p. 183-209, 2005.
- ANTONELLO, C. S.; AZEVEDO, D. Aprendizagem Organizacional: Explorando o terreno de teorias culturais e das teorias baseadas em práticas. In: ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- ANTONELLO, C. S.; GODOY, A. S. Aprendizagem Organizacional e as raízes de sua polissemia. In: ANTONELLO, C.S.; GODOY, A.S. **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- ARNS, C. E. et al. Projeto “tecendo rede de reciclagem”: o despertar para a organização em rede dos catadores de material reciclável no Oeste de Santa Catarina. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.
- ASSIS, D. G. C. D. et al. O papel da liderança em associações: os desafios na construção de processos coletivos de gestão. **Gestão & Planejamento**, v. 16, n. 1, p. 4-28, 2015.
- AVILA, V. P. **Noção de *knowing-in-practice*: um estudo etnográfico em um ambiente de desenvolvimento de *software***. 2013. 207p. Dissertação (mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- AVILA, V. P.; ANTONELLO, C. S. *Knowing-in-practice*: explorando as práticas de um grupo de desenvolvedores de software. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: CBEO, 2016.
- AZEVEDO, D. **A escrita de projetos como prática: uma reflexão a partir do campo do teatro em Porto Alegre**. 2012. 264 p. Tese (doutorado em Administração) Programa de Pós-

Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BARRETO, R. O.; DE PAULA, A. P. P. “Rio da Vida Coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 111-130, 2014.

BARNAUD, C. et al. Ecosystem services, social interdependencies, and collective action: a conceptual framework. **Ecology and Society**, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2018.

BARNES, B. Practice as collective action. In: KNORR CETINA, K.; SCHATZKI, T.R.; VON SAVIGNY, E. **The practice turn in contemporary theory**. London e New York: Routledge, 2005.

BARROS, L. E. V. et al. Aprendizagem organizacional informal: perspectivas de pesquisa. In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2016, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENEGEP, 2016.

BASTOS, H. M.; ARAÚJO, G. C. Cidadania, empreendedorismo social e economia solidária no contexto dos catadores cooperados de materiais recicláveis. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, v. 13, n. 4, p. 62-79, 2015.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BENINI, É. A.; BENINI, E. G. A construção do trabalho associado sob a hegemonia estatal: organização, solidariedade e sociabilidade. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 325-344, 2015.

BÍSCOLI, F. R. V.; BÍSCOLI, R. Estudo de fenômenos sociais na perspectiva das teorias da prática a partir dos apontamentos de Silvia Gherardi. **Tempo da Ciência**, v. 22, n. 44, p. 20-33, 2015.

BISPO, M. S. **O processo de aprendizagem coletiva e o uso da tecnologia em agências de viagens: contribuições dos estudos baseados em prática e da etnometodologia**. 2011. 156 p. Tese (doutorado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração de empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

_____. Aprendizagem organizacional baseada no conceito de prática: contribuições de Silvia Gherardi. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 132-161, 2013a.

_____. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 13-33, 2013b.

BISPO, M. S.; SOARES, L. C.; CAVALCANTE, E. D. C. Panorama dos Estudos Sobre “Prática” no Brasil: Uma Análise da Produção. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

BOAS, L. F. V.; CASSANDRE, M. P. Aprendizagem Organizacional: Um Enfoque acerca da Abordagem Social da Aprendizagem e o Elemento “Emoção”. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 2, p. 99-116, 2018.

BORBA, P. M.; SEMINOTTI, N. O trabalho coletivo nas organizações como estratégia de produção de saúde. In: IV MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO PUCRS, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: IV Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUCRS, 2009.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia**. 6. ed. RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília, DF: IICA, 1999.

CAMARDELO, A. M. P.; OLIVEIRA, M.; STEDILE, N. L. R. Condições de vida e de trabalho de catadores de resíduos sólidos urbanos na cidade de Caxias do Sul/RS. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.

CAMILLIS, P. K. **Um estudo acerca dos Processos de Aprendizagem dos trabalhadores que não exercem funções gerenciais**. 2007. 133 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CAMILLIS, P. K.; ANTONELLO, C. S. Um estudo acerca dos processos de aprendizagem de trabalhadores que não exercem função gerencial. In: XXXIII ENCONTRO DA ANPAD, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

CAMPOS, S. A. P. **Relações Negócios e Sociedade e os Projetos de Desenvolvimento Social: Construindo Coletivos através das Redes de Atividades**. 2015. 385 p. Tese (doutorado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CARNEIRO, M. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.

CARVALHO, M. C. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. 2012. 119 p. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CASTANHEIRA, M. E. M.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. **Revista katálysis**, v. 11, n. 1, p. 116-122, 2008.

COELHO, D. B.; GODOY, A. S. Entre latas, papelões e outros recicláveis: um estudo sobre a aprendizagem em empreendimentos solidários. In: ANTONELLO, C.S; GODOY, A.S. **Aprendizagem organizacional no Brasil**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CONTERATO, M. A.; FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CORAIOLA, D. M. et al. Estudo de caso. In: TAKAHASHI, A. R. W. **Pesquisa qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

CORRADI, G.; GHERARDI, S.; VERZELLONI, L. Through the practice lens: Where is the bandwagon of practice-based studies heading? **Management learning**, v. 41, n. 3, p. 265-283, 2010.

CORRÊA, H. L.; XAVIER, L. H. Concepts, design and implementation of Reverse Logistics Systems for sustainable supply chains in Brazil. **Journal of Operations and Supply Chain Management**, v. 6, n. 1, p. 1-25, 2013.

CROCCO, O. S. **Learning, Development, and Change in a Community-Based Enterprise in Myanmar**. 2018. 164p. Dissertação (Doutorado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade George Washington, Washington, 2018.

CZARNIAWSKA, B. Going back to go forward: on studying organizing in action nets. In: HERNES, T.; MAITLIS, S. (Ed.). **Process, sensemaking, and organizing: perspectives on process organization studies**. Oxford University Press, 2010.

DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. Os Catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. **Mercado de trabalho**, n. 62, 2017.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.

DENTONI, D. et al. Learning “who we are” by doing: Processes of co-constructing prosocial identities in community-based enterprises. **Journal of Business Venturing**, v. 33, n. 5, p. 603-622, 2018.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DE FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos EBAPE**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

DE SARDAN, J. P. O. Peasant logics and development project logics. **Sociologia Ruralis**, v. 28, n. 2-3, p. 216-226, 1988.

_____. **Anthropologie et développement**. Paris: Karthala, 1995.

_____. **Anthropology and development: understanding contemporary social change.** Zed Books, 2005.

ESCÓSSIA, L.; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

FERREIRA, L. B.; TORRECILHA, N.; MACHADO, S. H. S. A técnica de observação em estudos de administração. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2012.

FLACH, L. A autogestão ensinando e encenando: um estudo etnográfico em uma organização cultural de Porto Alegre. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 4, n. 3, p. 378-389, 2011.

FLACH, L.; ANTONELLO, C. S. Organizações culturais e a aprendizagem baseada em práticas. **Cadernos EBAPE**, v. 9, n. 1, p. 155-175, 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, J. G. Aproximación interpretativa al contenido de la información textual. In: **Análisis de datos cualitativos: aplicaciones a la investigación educativa.** Barcelona: PPU, 1994.

FORTUNA, V.; FOSCHIERA, E. M. O catador e a reciclagem: uma alternativa coletiva de trabalho e renda. In: SILVA, E.M.T.; VIRGOLIN, I.W.C.; CAMARGO, M.A.S.(Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda.** Curitiba: CRV, 2015.

FRANÇA-FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

GALLON, S. et al. Formas de aprendizagem e saberes no trabalho de manicures. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 1, p. 96-112, 2016.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático.** Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GERHARDT, T. E. et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GHERARDI, S. **Organizational knowledge: the texture of workplace learning.** Blackwell Publishing, 2006.

GHERARDI, S. Knowing and learning in practice-based studies: an introduction. **The Learning Organization**, v. 16, n. 5, p. 352-359, 2009a.

_____. Practice? It's a matter of taste!. **Management Learning**, v. 40, n. 5, p. 535-550, 2009b.

_____. Organizational Learning: The Sociology of Practice. In: EASTERBY-SMITH, M.; LYLES, M.A. **Handbook of organizational learning and knowledge management**. 2. ed. Copyright, 2011.

_____. Docta ignorantia: professional knowing at the core and at the margins of a practice. **Journal of Education and Work**, v. 25, n. 1, p. 15-38, 2012a.

_____. **How to Conduct a Practice-based Study: Problems and Methods**. Edward Elgar Publishing, 2012b.

_____. Prática? É uma Questão de Gosto!. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 107-124, 2013.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. The sociological foundations of organizational learning. In: DIERKES, M.; BERTHOIN ANTAL, A.; CHILD, J.; NONAKA, I. (Ed). **The handbook of organizational learning and knowledge**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D.; ODELLA, F. Toward a social understanding of how people learn in organizations: The notion of situated curriculum. **Management learning**, v. 29, n. 3, p. 273-297, 1998.

GHERARDI, S.; RODESCHINI, G. Caring as a collective knowledgeable doing: About concern and being concerned. **Management Learning**, v. 47, n. 3, p. 266-284, 2016.

GHERARDI, S.; STRATI, A. **Administração e aprendizagem na prática**. Elsevier: São Paulo, 2014.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 3, n. 2, p. 80-89, 2005.

GÓMEZ, G. R.; FLORES, J. G.; JIMÉNEZ, E. G. **Metodología de la investigación cualitativa**. Ediciones: Aljibe, 1996.

KING, N. Using templates in the thematic analysis of texts. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (Ed.). **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. Thousand Oaks, California: Sage, 2004.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens**. 2. ed. Porto alegre: Artmed, 2006.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MOURA, G. L. Somos uma comunidade de prática? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 2, p. 323-346, 2009.

MOURA, R. L.; DINIZ, B. D. Analisando Projetos através das Práticas: Um Ensaio Teórico. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 7, n. 2, p. 34-41, 2016.

NICOLINI, D. Zooming in and out: Studying practices by switching theoretical lenses and trailing connections. **Organization Studies**, v. 30, n. 12, p. 1391-1418, 2009.

_____. Practice as the site of knowing: Insights from the field of telemedicine. **Organization Science**, v. 22, n. 3, p. 602-620, 2011.

NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. Introduction: toward a practice-based view of knowing and learning in organizations. In: **Knowing in organizations: A practice-based approach**. ME Sharpe, 2003.

NICOLINI, D.; MONTEIRO, P. The practice approach in organizational and management studies. In: **The SAGE Handbook of Process Organization Studies**. London, 2017.

OLIVEIRA, D. G.; MOZZATO, A. R.; COLET, D. S. Aprendizagem Baseada em Prática: entre remédios e receitas em pequena farmácia. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 5, n. 3, p. 90-115, 2016.

OLSON, M. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

OSTROM, E. Collective Action and the Evolution of Social Norms. **Journal of Economic Perspectives**, v. 14, n. 3, p. 137-158, 2000.

_____. Collective action and local development processes. **Sociologica**, v. 1, n. 3, p. 1-32, 2007.

PEDROZO, E.; SILVA, T. N. Cooperativa, uma organização diferenciada rumo à sustentabilidade. **Revista Análise**, v. 10, n. 2, p. 47-74, 1999.

PEREDO, A. M. Emerging strategies against poverty the road less traveled. **Journal of Management Inquiry**, v. 12, n. 2, p. 155-166, 2003.

PEREDO, A. M.; CHRISMAN, J. J. Toward a theory of community-based enterprise. **Academy of Management Review**, v. 31, n. 2, p. 309-328, 2006.

PEREIRA, A. C. E.; MENDES, D. P.; MORAES, G. F. S. Do prescrito ao real: a imprevisibilidade e a importância do trabalho coletivo em um centro de usinagem de uma empresa metal-mecânica do interior do Estado de Minas Gerais. **Laboreal**, v. 13, n. 1, p. 24-38, 2017.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 233-266, 2016.

PIROTTI, T. M. C.; BITENCOURT, C. C.; WEGNER, D. “Sozinhos não vamos vencer”: práticas colaborativas e ganhos coletivos em uma rede de empreendimentos da economia solidária Brazil. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 11, n. 3, p. 37-55, 2017.

PORTAL BRASIL. **Economia e Emprego**: Economia solidária recebe investimento de R\$ 25 milhões. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/05/economia-solidaria-recebe-investimento-de-r-25-milhoes>> Acesso em: 31 de agosto de 2018.

POZZEBON, M.; RODRIGUEZ, C.; PETRINI, M. Dialogical principles for qualitative inquiry: a nonfoundational path. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 13, n. 1, p. 293-317, 2014.

REATTO, D.; GODOY, A. S. A produção sobre aprendizagem informal nas organizações no Brasil: mapeando o terreno e rastreando possibilidades futuras. **Revista Eletrônica de Administração**, v.2 1, n. 1, p. 57-88, 2015.

_____. Aprendizagem informal no setor público: foco nas interações sociais e contexto organizacional. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 1, p. 17-36, 2017.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European journal of social theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANTOS, A. M. M.; DELUIZ, N. Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro Popular. **Trabalho**, v. 7, n. 2, p. 329-353, 2009.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D.; SCHWARTZ, Y. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 4, p. 721-725, 2009.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 12, n. 1, p. 201-220, 2017.

SARREAL, E. R. Community Based Entrepreneurship: An Alternative Social Enterprise Model For Small Communities In Poor Municipalities. **Policy Brief – AKI research grants on poverty issues**, v. v, n. 2, p. 1-4, 2013.

SARTRE, X. A.; BERDOULAY, V. Teoria do sujeito, geografia e desenvolvimento local. **Novos cadernos**, v. 8, n. 2, p. 109-124, 2005.

SAWITZKI, R. C. **Processos de aprendizagem em uma ONG: um estudo de produção teatral à luz da perspectiva cultural**. 2012. 260 p. Dissertação (mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SAWITZKI, R. C.; ANTONELLO, C. S. Em cena e nos bastidores: processos de aprendizagem de um grupo de trabalhadores de uma organização do terceiro setor. **Revista Alcance**, v. 21, n. 4, p. 719-748, 2014.

SEALE, C. et al. **Qualitative research practice**. London: Sage, 2007.

SCHATZKI, T. R. Practice mind-ed orders. In: KNORR CETINA, K.; SCHATZKI, T. R.; VON SAVIGNY, E. **The practice turn in contemporary theory**. Routledge, 2005.

SCHIAVO, S. R. **As práticas de trabalho e o processo de aprendizagem de trabalhadores da construção civil à luz da estética organizacional**. 2010. 118 p. Dissertação (mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SCHÖDER, P. Antropologia e ‘desenvolvimento’: balanço crítico de uma relação problemática. In: ANAIS DO I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 2011, Brasília. **Anais...** Brasília: IPEA, 2011.

SILVA, E. W. Extensão Universitária: A produção de conhecimento junto com os oprimidos. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.

SILVA, E. C. P.; LEMES, F. R. M.; THESING, N. J. ACATA: Uma experiência socioambiental. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.

SILVA, S. P. **A Organização Coletiva de Catadores de Material Reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Texto para discussão n.2268. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

SOUZA, M. T. S.; PAULA, M. B.; DE SOUZA-PINTO, H. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos pós-consumo. **Revista de Administração de Empresas**, v. 52, n. 2, p. 246-262, 2012.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos**. 2. ed. Ediciones: Morata, 1998.

_____. **Pesquisa Qualitativa: Estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

THESING, N. J.; SILVA, E. C. P. O mundo da economia solidária. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.

TRINDADE, C. R.; SILVA, V. L. L. Coletar, separar e reciclar, um outro olhar para o universo dos catadores. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.

TORRES, A. E. et al. Circular a palavra e construir sentidos: uma experiência de círculo de cultura com catadores de materiais recicláveis. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.

UNISOL. **Aprovado o PL da Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/aprovado-o-pl-da-economia-solidaria/>> Acesso em: 31 de agosto de 2018.

VALCHOVSKA, S.; WATTS, G. Interpreting Community-Based Enterprise: A Case Study from Rural Wales. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 7, n. 2, p. 211-235, 2016.

VERONESE, M. V. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, p. 213-236, 2016.

VIDAL, F. A. B.; BRANCO, M. I. C. Gestão de ONGs e desenvolvimento social: paradoxos e desafios da administração no terceiro setor. **Revista Alcance**, v. 11, n. 3, p. 403-422, 2004.

VILLARDI, B. Q.; CASTRO JUNIOR, J. L. P. Emocionalidade limitada-uma dimensão da aprendizagem coletiva para desenvolver relações cooperativas e solidárias em arranjos produtivos locais: os casos de Ubá (MG) e Nova Friburgo (RJ). **Cadernos EBAPE**, v. 5, n. 2, p. 1-15, 2007.

VIRGOLIN, I. W. C.; SILVA, E. M. T.; ARAÚJO, R. Relato da experiência do Projeto Profissão Catador: A organização social e econômica de catadores de materiais recicláveis no município de Cruz Alta/RS. In: SILVA, E. M. T.; VIRGOLIN, I. W. C.; CAMARGO, M. A. S. (Orgs.). **Profissão Catador: Alternativas coletivas na geração de trabalho e renda**. Curitiba: CRV, 2015.

VORLEY, T.; WILLIAMS, N. Creating and sustaining a model of communitybased enterprise learning: a participatory case study of ready hubs. **Community Development**, v. 46, n. 5, p. 559-579, 2015.

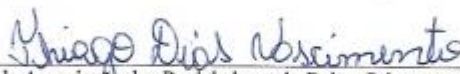
WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio: Uma Análise a Partir de Teses e Dissertações (1998-2012). **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 35, p. 307-343, 2016.

WENNINGKAMP, K. R. et al. A associação brasileira de pesquisa em secretariado (ABPSEC) à luz da teoria da ação coletiva. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, v. 15, n. 2, p. 79-98, 2017.

APÊNDICE A – CARTA DE ACEITE

Declaramos para os devidos fins, que aceitamos o desenvolvimento do trabalho “Conhecer, aprender, transformar: Projeto de Desenvolvimento Social como espaço para geração de trabalho e renda”, que compõe a dissertação da pós-graduanda Vanessa de Campos Junges, no qual a professora Simone Alves Pacheco de Campos é orientadora, a ser executado no período de Outubro de 2017 a Julho de 2018.

Cruz Alta, em 20 de Outubro de 2017.



Presidente da Associação dos Recicladores do Bairro Primavera (AREPRICA)

APÊNDICE B - MODELO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu _____, abaixo assinado, responsável pela Associação dos Recicladores do Bairro Primavera - AREPRICA, autorizo a realização do estudo: Conhecer, aprender, transformar: o desenvolvimento de práticas coletivas em um projeto de desenvolvimento social como espaço para geração de trabalho e renda, a ser conduzido pelos pesquisadores Simone Alves Pacheco de Campos e Vanessa de Campos Junges.

Fui informado, pelo responsável do estudo, sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Cruz Alta _____, de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE C – TERMO DE CONCENTIMENTO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Título do projeto: Conhecer, aprender, transformar: o desenvolvimento de práticas coletivas em um projeto de desenvolvimento social como espaço para geração de trabalho e renda.

Pesquisador responsável: Prof.^a Dr.^a Simone Alves Pacheco de Campos.

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Telefone para contato:(55) 991001862.

Local da coleta de dados: Associação dos Recicladores do Bairro Primavera – AREPRICA.

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “**Conhecer, aprender, transformar: o desenvolvimento de práticas coletivas em um projeto de desenvolvimento social como espaço para geração de trabalho e renda**”. O objetivo deste trabalho é analisar como as práticas de trabalho coletivo são aprendidas, produzidas e reproduzidas pelos indivíduos da Associação de Recicladores do Bairro Primavera do Projeto Profissão Catador para geração de trabalho e renda.

Os benefícios decorrentes de sua participação nesta pesquisa são indiretos, não havendo nenhum benefício direto ao Senhor (a). Esses benefícios indiretos são em termos sociais, pois o estudo visa contribuir para a sistematização e divulgação do conhecimento científico, o qual será difundido somente em formato de dissertação e artigos. Acredita-se que esta pesquisa seja importante porque contribuirá com a Associação dos Recicladores do Bairro Primavera, no viés que poderão ter uma melhor compreensão de como realmente realizam suas práticas coletivas de trabalho, e qual impacto em suas vidas elas estão gerando.

Ao aceitar participar deste estudo, você responderá uma entrevista, a qual será realizada pela pesquisadora por meio de um roteiro semiestruturado. Ressalta-se que durante a realização da entrevista estarão presentes apenas você e a pesquisadora, garantindo sua autonomia, ou seja, você terá o direito de decidir sobre aquilo que diz respeito à sua própria pessoa. O (a) participante poderá desistir a qualquer momento da entrevista e retirar este consentimento sem penalidade alguma.

A sua participação é livre e voluntária. Não haverá nenhuma forma de compensação financeira e, também, não haverá custos para o (a) participante. A sua identidade permanecerá em sigilo durante toda a pesquisa e, especialmente na publicação dos resultados. Além disso, as informações colhidas serão utilizadas única e exclusivamente para esta pesquisa.

O participante terá garantias de esclarecimentos antes e durante o curso do estudo. Em caso de dúvida, poderá entrar em contato com a Prof.^a Dr.^a Simone Alves Pacheco de Campos pelo telefone (55) 991001862.

Todos os dados coletados nesta pesquisa serão armazenados junto ao Programa de Pós-graduação em Administração, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria, prédio 74 C, em armário da sala 4303, sob a responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Simone Alves Pacheco de Campos (pesquisadora responsável), durante o período de cinco anos, estando à sua disposição a qualquer momento. Após este período serão incinerados.

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento

sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Cruz Alta _____, de _____ de 2018.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Conhecer, aprender, transformar: o desenvolvimento de práticas coletivas em um projeto de desenvolvimento social como espaço para geração de trabalho e renda.

Pesquisador responsável: Prof.^a Dr.^a Simone Alves Pacheco de Campos.

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Telefone para contato:(55) 991001862.

Local da coleta de dados: Projeto Profissão Catador - Associação dos Recicladores do Bairro Primavera – AREPRICA.

As responsáveis pelo presente projeto, Simone Alves Pacheco de Campos e Vanessa de Campos Junges, se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos (as) participantes (as) envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevistas semiestruturada e observações participantes no Projeto Profissão Catador, durante o período de Abril à Julho de 2018.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, Departamento de Ciências Sociais e Humanas - CCSH, sala 4303, 97105-970 – Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Simone Alves Pacheco de Campos. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em/...../....., com o número de registro Caae

Santa Maria,.....dede 20.....

Simone Alves Pacheco de Campos